



# Diário Oficial do Poder Legislativo

1ª Sessão Legislativa  
da 13ª Legislatura

ANO XLIX

RIO BRANCO - AC, 15 DE MARÇO DE 2011

N.º 3.848

## MESA DIRETORA

ELSON SANTIAGO  
Presidente

NEY AMORIM  
1º Secretário

JOSÉ LUIS  
2º Secretário

HELDER PAIVA  
1º Vice- Presidente

ANTONIA SALES  
2ª Vice- Presidenta

LIRA MORAES  
3º Secretário

ANTONIA VIEIRA  
4ª Secretária

## GABINETE DAS LIDERANÇAS

**PT** - Geraldo Pereira  
**PP** - Maria Antonia  
**PMDB** - Chagas Romão  
**PSDB** - Wherles Rocha  
**PC do B** - Eduardo Farias  
**PDT** -Walter Prado  
**PRP** - Astério Moreira  
**PSB** - Manoel Moraes  
**PT do B** - Gilberto Diniz  
**PR** - Helder Paiva  
**PSC** - Denilson Segóvia  
**DEM** - Jamyl Asfury  
**PMN** - Marileide Serafim  
**Líder do Governo** - Moisés Diniz

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PT** - Francisco Viga, Geraldo Pereira, Jonas Lima e Ney Amorim.  
**PP** - Elson Santiago e Maria Antonia.  
**PMDB** - Antônia Sales e Chagas Romão.  
**PSDB** - Wherles Rocha e Antonia Vieira.  
**PC do B** - Eduardo Farias e Moisés Diniz.  
**PSDC** - Éber Machado e Edvaldo Souza.  
**PDT** - José Luis e Walter Prado.  
**PRP** - Astério Moreira e Lira Morais.  
**PSB** - Manoel Moraes.  
**PT do B** - Gilberto Diniz.  
**PR** - Helder Paiva.  
**PSC** - Denilson Segóvia.  
**DEM** - Jamyl Asfury.  
**PMN** - Marileide Serafim.

## ATOS DA MESA DIRETORA

## RESOLUÇÃO N. 22/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na alínea "c", do inciso II do art. 12 do Regimento Interno desta Casa.

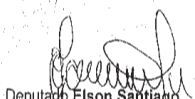
## RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, dos cargos em comissão os Assessores Parlamentares, que atuaram junto a 1ª Secretaria da Mesa Diretora, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2011:

Carlos Rahzi Neto	SP-EG-10;
Hellton Ruddem Rocha Almeida	SP-EG-10; e
Maria Jocineide Agostinho de Souza	SP-EG-01.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de janeiro de 2011

  
Deputado Elson Santiago  
1º Secretário, em exercício  
Republicar por incorreção.

  
Deputado Edvaldo Magalhães  
Presidente

  
Deputado Walter Prado  
2º Secretário, em exercício

\*\*\*\*\*

## RESOLUÇÃO N. 23/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na alínea "c", do inciso II do art. 12 do Regimento Interno desta Casa.


## RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, dos cargos em comissão os Assessores Parlamentares, que atuaram junto a 1ª Vice Presidência da Mesa Diretora, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2011:

Derci Santos Pego	SP-EG-01;
Jean Carlos Monteiro de Jesus	SP-EG-01; e
Siméia Menezes Costa	SP-EG-10.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de janeiro de 2011

  
Deputado Elson Santiago  
1º Secretário, em exercício  
Republicar por incorreção.

  
Deputado Edvaldo Magalhães  
Presidente

  
Deputado Walter Prado  
2º Secretário, em exercício

\*\*\*\*\*

## RESOLUÇÃO N. 24/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na alínea "c", do inciso II do art. 12 do Regimento Interno desta Casa.

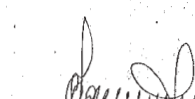
## RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, dos cargos em comissão os Assessores Parlamentares, que atuaram junto a 2ª Secretaria da Mesa Diretora, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2011:

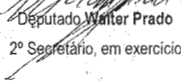
Fabiana Ferreira da Silva	SP-EG-01;
Jumara da Costa Nolasco	SP-EG-10; e
Rosângela Maria da Silva	SP-EG-01.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de janeiro de 2011

  
Deputado Elson Santiago  
1º Secretário, em exercício  
Republicar por incorreção.

  
Deputado Edvaldo Magalhães  
Presidente

  
Deputado Walter Prado  
2º Secretário, em exercício

\*\*\*\*\*

## RESOLUÇÃO N. 25/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na alínea "c", do inciso II do art. 12 do Regimento Interno desta Casa.

## RESOLVE:

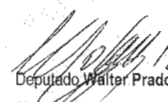
Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, a senhora Maria Susiane Dias da Silva, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, SP-EG-10, do Gabinete da 2ª Vice Presidência da Mesa Diretora, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de janeiro de 2011

  
Deputado Elson Santiago  
1º Secretário, em exercício  
Republicar por incorreção.

  
Deputado Edvaldo Magalhães  
Presidente

  
Deputado Walter Prado  
2º Secretário, em exercício

\*\*\*\*\*

## RESOLUÇÃO N. 25-A/2011


A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na alínea "c", do inciso II do art. 12 do Regimento Interno desta Casa.

## RESOLVE:

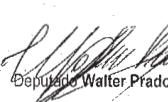
Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Lei 1.566, de 4 de junho de 2004, o senhor Luan Messias Viga, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete da 2ª Vice Presidência - DAS 03, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de janeiro de 2011

  
Deputado Elson Santiago  
1º Secretário, em exercício

  
Deputado Edvaldo Magalhães  
Presidente

  
Deputado Walter Prado  
2º Secretário, em exercício

\*\*\*\*\*

## RESOLUÇÃO N. 26/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na alínea "c", do inciso II do art. 12 do Regimento Interno desta Casa.

## RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, o senhor Cleilson Pereira Uchoa, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, SP-EG-10, do Gabinete da 3ª Secretaria da Mesa Diretora, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2011.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de janeiro de 2011

Deputado **Edvaldo Magalhães**  
Presidente

Deputado **Elson Santiago**  
1º Secretário, em exercício

Deputado **Walter Prado**  
2º Secretário, exercício

Republicar por incorreção.

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 26-A/2011**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na alínea "c", do inciso II do art. 12 do Regimento Interno desta Casa.

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR**, na forma do que preceitua a Lei 1.566, de 4 de junho de 2004, a senhora **Maurineide Gomes de Oliveira da Silva**, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete da 3ª Secretaria – DAS 03, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2011.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de janeiro de 2011

Deputado **Edvaldo Magalhães**  
Presidente

Deputado **Elson Santiago**  
1º Secretário, em exercício

Deputado **Walter Prado**  
2º Secretário, exercício

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 28/2011**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na alínea "c", do inciso II do art. 12 do Regimento Interno desta Casa.

**RESOLVE:**

**Art. 1º EXONERAR**, na forma do que preceitua a Resolução n. 70-A, de 25 de junho de 2008, dos cargos em comissão dos Assessores Parlamentares, que atuaram junto a Presidência da Mesa Diretora, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 2 de fevereiro de 2011:

Francisco das Chagas B. Lopes	SP-EG-01; e
Sarah Ferraz Cavalcante	SP-EG-10.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de janeiro de 2011

Deputado **Edvaldo Magalhães**  
Presidente

Deputado **Elson Santiago**  
1º Secretário, em exercício

Deputado **Walter Prado**  
2º Secretário, em exercício

Republicar por incorreção.

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 38/2011**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR**, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de

dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança dos Democratas - DEM, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

Antonio Gonçalves da Costa Neto	SP-EG - 10;
Reginaldo Ferreira da Silva	SP-EG - 10; e
Rondiney de Albuquerque Dourado	SP-EG - 16.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

Deputado **Elson Santiago**  
Presidente

Deputado **Ney Amorim**  
1º Secretário

Deputado **José Luis**  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 39/2011**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR**, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Partido Democrático Trabalhista - PDT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

Débora Silva dos Santos	SP-EG - 10;
Gleiciane de Menezes Valle	SP-EG - 10; e
Tanismala Pessoa Juvêncio	SP-EG - 16.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

Deputado **Elson Santiago**  
Presidente

Deputado **Ney Amorim**  
1º Secretário

Deputado **José Luis**  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 40/2011**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

**RESOLVE:**

**Art. 1º NOMEAR**, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

Eloi Baniolo de Melo	SP-EG - 10;
Wislalla de Oliveira Ferreira	SP-EG - 10; e
Sérgio Ricardo Alves de Oliveira	SP-EG - 16.

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

  
Deputado Elson Santiago  
Presidente

  
Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

  
Deputado José Luis  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 41/2011**  
**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,**

**RESOLVE:**

Art. 1º **NOMEAR**, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Partido da Mobilização Nacional - PMN, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

Josilene Alencar de Lima	SP-EG - 10;
Ricardo Cavalcante de Lima	SP-EG - 10; e
Andreia Vieira de Paiva	SP-EG - 16.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

  
Deputado Elson Santiago  
Presidente

  
Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

  
Deputado José Luis  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 42/2011**  
**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,**


**RESOLVE:**


Art. 1º **NOMEAR**, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Partido Progressista - PP, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

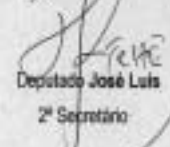
Aleilson da Silva Medeiros	SP-EG - 10;
Marcelo Ferreira de Albuquerque	SP-EG - 10; e
João Batista Vitorino de Albuquerque	SP-EG - 16.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

  
Deputado Elson Santiago  
Presidente

  
Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

  
Deputado José Luis  
2º Secretário

**RESOLUÇÃO N. 43/2011**  
**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,**


**RESOLVE:**


Art. 1º **NOMEAR**, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Partido da República - PR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

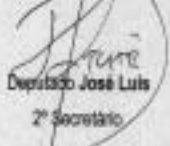
Marcos Luiz Chiquito de Lima	SP-EG - 10;
Michelles Pereira dos Santos	SP-EG - 10; e
Manoel de Jesus Lima Ferreira	SP-EG - 16.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

  
Deputado Elson Santiago  
Presidente

  
Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

  
Deputado José Luis  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 44/2011**  
**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,**


**RESOLVE:**


Art. 1º **NOMEAR**, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Partido Republicano Progressista - PRP, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:


José Meneses da Silva	SP-EG - 10;
Rafaelson Rocha da Silva	SP-EG - 10; e
Maria Eklene Mesquita de Melo Silva	SP-EG - 16.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

  
Deputado Elson Santiago  
Presidente

  
Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

  
Deputado José Luis  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 45/2011**  
**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,**

**RESOLVE:**

Art. 1º **NOMEAR**, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

Ivonaldo Ferreira Matos  
Omar Lima Gomes  
Sebastião de Melo Araújo

SP-EG – 10;  
SP-EG – 10, e  
SP-EG – 16.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

Deputado Elson Santiago  
Presidente

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Deputado José Luis  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

RESOLUÇÃO N. 46/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso  
de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

Dayse Machado  
Vanderley da Silva Santos  
Jairo da Silva Carioca

SP-EG – 10;  
SP-EG – 10, e  
SP-EG – 16.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

Deputado Elson Santiago  
Presidente

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Deputado José Luis  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

RESOLUÇÃO N. 47/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso  
de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Partido Social Democrata Cristão - PSDC, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

Gilmar Pires Almeida  
Jonatha de Farias Onofre  
Palucia Solange Passamani

SP-EG – 10;  
SP-EG – 10, e  
SP-EG – 16.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

Deputado Elson Santiago  
Presidente

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Deputado José Luis  
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 48/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso  
de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Partido Trabalhista do Brasil – PTdoB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

Ana Cristina de Souza Diniz  
Jesuino José da Silva Diniz  
Eva Cunha da Silva

SP-EG – 10;  
SP-EG – 10, e  
SP-EG – 16.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

Deputado Elson Santiago  
Presidente

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Deputado José Luis  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

RESOLUÇÃO N. 49/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso  
de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma que preceitua o art. 33 da Resolução n. 292, de 18 de dezembro de 1992, para exercer os cargos em comissão de Secretários Parlamentares, junto à Liderança do Governo, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de fevereiro de 2011:

Ana Paula Marques Vasques Torres  
Marta Dulcinea Lima Braga  
Jhonattan Farias de Figueiredo

SP-EG – 10;  
SP-EG – 10, e  
SP-EG – 16.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 24 de fevereiro de 2011.

Deputado Elson Santiago  
Presidente

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Deputado José Luis  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

RESOLUÇÃO N. 51/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições  
legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Chagas Ramôa, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB para, na cidade de Porto Velho - RO, nos dias 2 e 3 de março de 2011, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a uma diária para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



Rio Branco, 1º de março de 2011.

Deputado **Heitor Paiva**  
Presidente, em exercício

Deputado **Ney Amorim**  
1º Secretário

Deputado **José Luis**  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 52/2011**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** os Deputados **Eber Machado**, integrante do Partido Social Democrata Cristão - PSDC; **Geraldo Pereira**, Partido dos Trabalhadores - PT; **Astério Moreira**, integrante do Partido Republicano Progressista - PRP; **Wharles Rocha**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; **Jamyl Asfary**, integrante do Partido Democratas - DEM e **Marileide Serafin**, partido da Mobilização Nacional - PMN para, no município de Brasília - AC, nos dias 10 e 11 de março de 2011, participarem da Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, com o objetivo de discutir e, posteriormente, propor soluções jurídicas aos haitianos que buscaram refúgio humanitário em nosso Estado.

**Art. 2º** Fica atribuído o equivalente a uma diária para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 10 de março de 2011.

Deputado **Eilson Santiago**  
Presidente

Deputado **Ney Amorim**  
1º Secretário

Deputado **José Luis**  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 52-A/2011**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** o Deputado **Walter Prado**, integrante do Partido Democrático Trabalhista - PDT para, na cidade de Brasília - AC, nos dias 10 a 12 de março de 2011, participar da Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, com o objetivo de discutir e, posteriormente, propor soluções jurídicas aos haitianos que buscaram refúgio humanitário em nosso Estado.

**Art. 2º** Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 10 de março de 2011.

Deputado **Eilson Santiago**  
Presidente

Deputado **Ney Amorim**  
1º Secretário

Deputado **José Luis**  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 53/2011**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** as servidoras **Rosana Maria Cruz Cavalcante**, Auxiliar Legislativo,

CL 10, CÓD. PL-NB-401, Ref. 15 e **Doricélia Taumaturgo da Silva**, Técnico Legislativo, CL 10, CÓD. PL-NM-301, Ref. 15; os servidores **Paulo Luiz Rodrigues da Silva**, Técnico Legislativo, CL 10, CÓD. PL-NM-301, Ref. 14; **João Luiz Simão**, Técnico Legislativo, CL 10, CÓD. PL-NM-301, Ref. 19; **Edilson Moreira Sampaio**, Auxiliar Legislativo, CL 10, CÓD. PL-NB-401, Ref. 17 e **Orielson Melo Vieira de Lacerda**, Apoio Legislativo, CL 10, CÓD. PL-NE-501, Ref. 17, todos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre para, na cidade de Brasília - AC, nos dias 10 a 12 de março de 2011, prestarem apoio técnico e logístico na Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, com o objetivo de discutir e, posteriormente, propor soluções jurídicas aos haitianos que buscaram refúgio humanitário em nosso Estado.

**Art. 2º** Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 10 de março de 2011.

Deputado **Eilson Santiago**  
Presidente

Deputado **Ney Amorim**  
1º Secretário

Deputado **José Luis**  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 54/2011**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** o Deputado **Chico Viga**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 11 a 14 de março de 2011, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

**Art. 2º** Fica atribuído o equivalente a três diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 10 de março de 2011.

Deputado **Eilson Santiago**  
Presidente

Deputado **Ney Amorim**  
1º Secretário

Deputado **José Luis**  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 54-A/2011**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º DESIGNAR** o Deputado **Manoel Moraes**, integrante do Partido Socialista Brasileiro - PSB para, no município de Brasília - AC, nos dias 10 e 11 de março de 2011, participar da Audiência Pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, com o objetivo de discutir e, posteriormente, propor soluções jurídicas aos haitianos que buscaram refúgio humanitário em nosso Estado.

**Art. 2º** Fica atribuído o equivalente a uma diária para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 10 de março de 2011.

Deputado **Eilson Santiago**  
Presidente

Deputado **Ney Amorim**  
1º Secretário

Deputado **José Luis**  
2º Secretário

**RESOLUÇÃO N. 55/2011**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.:**

**RESOLVE:**

Art. 1º **NOMEAR**, na forma que dispõem os Anexos XIII e XIV da Lei n. 1.566, de 4 de junho de 2004, os servidores elencados a seguir, nos respectivos cargos:

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Leila Guimaraes Brito Marques - Serviço de Apoio Administrativo - FG 2  
Antônio Sérgio Galdino Pacheco - Serviço de Apoio Parlamentar - FG 2

**GABINETE DA 1ª VICE PRESIDÊNCIA**

Eraldo Rodrigues da Silva - Serviço de Apoio Parlamentar - FG 2

**ASSESSORIA ESPECIAL DE TEMÁTICAS SOCIAIS**

Antonio Mason Gomes de Oliveira - Serviço de Apoio Operacional - FG 3

**SECRETARIA EXECUTIVA**

Edna da Silva Souza - Serviço de Apoio Operacional - FG 3  
Vanessa Matos da Cunha - Serviço de Apoio Administrativo - FG 2

**CONSULTORIA GERAL DA MESA DIRETORA**

Valdeir de Oliveira e Silva - Consultor Geral  
Sheila Maria de Costa Lima - Assistência de Gabinete - FG 2  
José Carlos Gaber - Serviço de Apoio ao Plenário - FG 3  
Pedro Gomes da Silva - Serviço de Apoio e Som - FG 1

**CONSULTORIA LEGISLATIVA**

Izla Maria Cunha Gadelha - Consultora Legislativa

**CONSULTORIA JURÍDICA**

Wellington Barbosa Pereira - Consultor Jurídico

**CONSULTORIA TÉCNICA**

Dirciano Francisco Lima e Souza - Consultor Técnico  
Regiane Márcia Gomes Batista - Serviço de Pesquisas Temáticas - FG 3

**CONTROLADORIA**

Júlio José da Silva Dourado - Coordenador Especial de Processos - DAS 5

**COORDENADORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS E CERIMONIAL**

Raimundo Mendonça de Barros Neto - Coordenador - DAS 3  
Dinei Lima Bayma - Serviço de Apoio Operacional - FG 1

**COORDENADORIA DE POLÍCIA LEGISLATIVA**

Isac Martins Moreira - Coordenador - DAS 3  
Edilson Moreira Sampaio - Serviço de Apoio Operacional - FG 3  
Hedilberto Sampaio de Lima - Serviço de Segurança - FG 1

**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Marta de Nazaré Rocha Fleming - Subsecretária  
Edna Valente da Costa - Coordenadora Especial de Processos - DAS 5  
Raimundo de Souza Curygundes - Serviço de Análise e Controle de Verba Indenizatória

**SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Francisco Auricélio Rêgo da Silva - Subsecretário  
Raimundo da Silva Taboada - Coordenador Especial de Processos - DAS 5  
Walter Sobrinho Lima Filho - Serviço de Pesquisa de Dados Funcionais - FG 3  
João Carlos Ferreira de Jesus - Serviço de Cadastro e Controle de Pessoal - FG 3  
Sélio Reis Montenegro - Serviço de Pagamento - FG 3  
Shelton Roberto Sampaio da Silva - Serviço de Apoio Operacional - FG 1

Ana Paula Carter Santiago - Serviço de Ambulatório Médico - FG 1

**SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Francisco Alberto Rodrigues Cavalcante - Subsecretário  
José Magalhães de Menezes - Serviço de Controle de Processos - FG 1

**SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS**

Evelina da Costa Cardoso - Subsecretária  
Dorciléia Taumaturgo da Silva - Coordenadora de Comissão - DAS 3  
Rosana Maria Cruz Cavalcante - Coordenadora de Comissão - DAS 3  
Marta do Socorro Silva de Souza Trisch - Coordenadora de Comissão - DAS 3  
Valdimar Martins Moreira - Coordenadora de Comissão - DAS 3  
Marcelo Maia Azeiteiro - Coordenadora de Comissão - DAS 3  
Tânia Maria Batista Alves - Serviço de Apoio Técnico - FG 2

**SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS**

Mara Nereslin Diniz - Coordenadora Especial de Processos - DAS 5  
Francisco Rodinês da Araújo Silva - Serviço de Apoio Operacional - FG 3  
João Ferreira de Araújo - Serviço de Manutenção e Reparos - FG 1  
Marta das Graças Valente Ruela - Serviço de Telefonia - FG 2  
Aliton Almeida da Silva - Serviço de Protocolo e Distribuição de Correspondência - FG 3  
Auricélia da Silva Soares - Serviço de Arquivo - FG 2  
Ronaldo de Castro Mesquita - Serviço de Almoxarifado e Compras - FG 1  
Abel Feltosa da Silva - Serviço de Controle de Veículos Oficiais - FG 2

**ESCOLA DO LEGISLATIVO**

Márcia Fernandes de Souza Luz - Diretora  
Luiz Wanderley da Silva Gomes - Serviço de Suporte Técnico ao Interlegis - FG 1  
Francisco Rêgo de Souza Castro - Serviço de Vídeo Conferência - FG 3

**SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Paulo Luiz Rodrigues da Silva - Coordenador de Comunicação Social - DAS 3  
Suzana Lorete Pires de Freitas - Coordenadora de Redação e Revisão - DAS 3  
Antonio Elson Dourado - Serviço de Impressão e Projeto de Artes - FG 1  
Albertindo Brandão Menezes - Coordenador de Taquigrafia e Debates - DAS 3  
Liliana Vasconcelos de Souza - Serviço de Aparentamento Taquigráfico e Revisão de Debates - FG 1

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Lizânia Maria Elias de Oliveira - Serviço de Controle de Processos - FG 1  
Jucileide Maria Silva de Souza - Serviço de Suporte Operacional - FG 1

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a 2 de fevereiro de 2011.

Rio Branco, 10 de março de 2011.

Deputado Elson Santiago  
Presidente

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Deputado José Luis  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

**RESOLUÇÃO N. 56/2011**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.:**

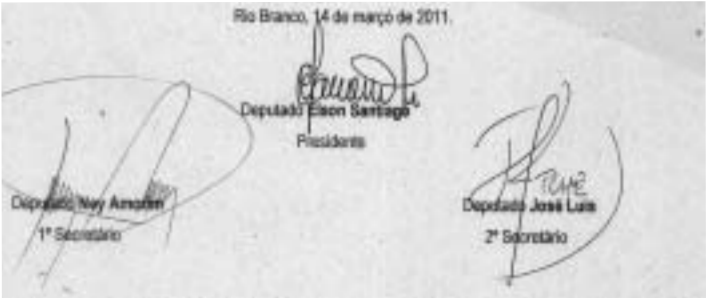
**RESOLVE:**

Art. 1º **DESIGNAR** o Deputado Janyll Asfury, integrante dos Democratas - DEM para, na cidade de Brasília DF, nos dias 14 e 15 de março de 2011, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

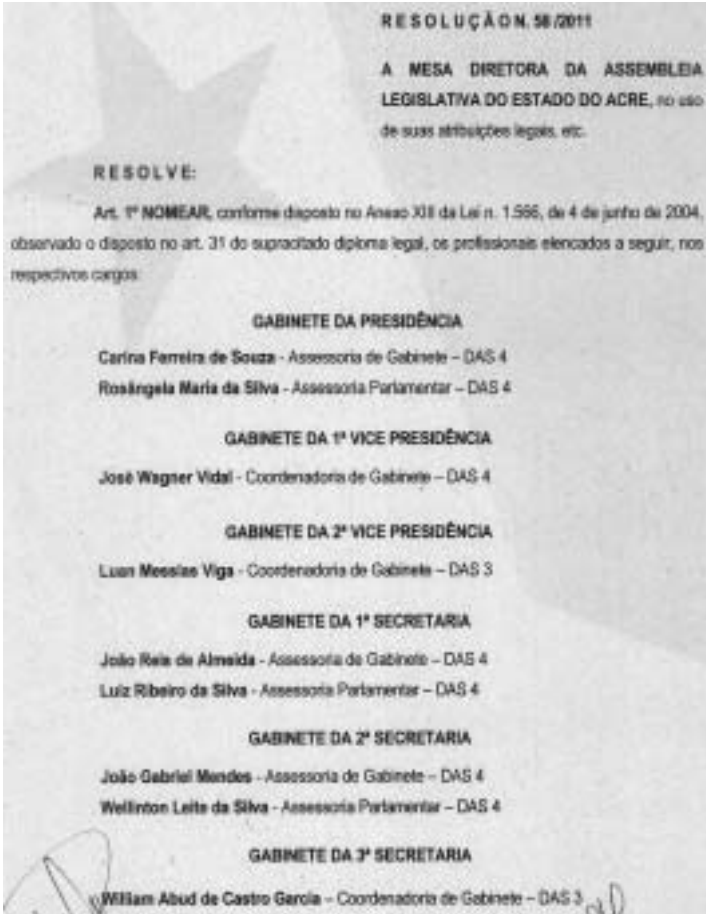
Art. 2º Fica atribuído o equivalente a uma diária para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

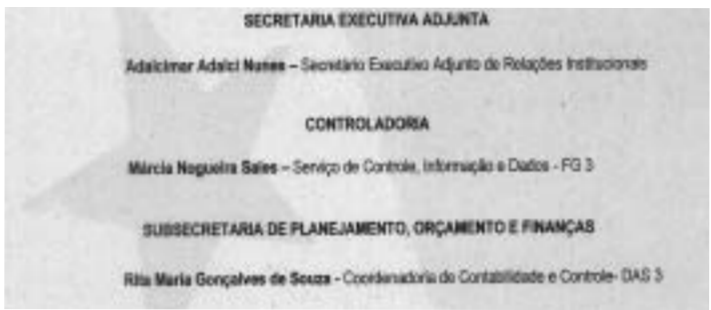
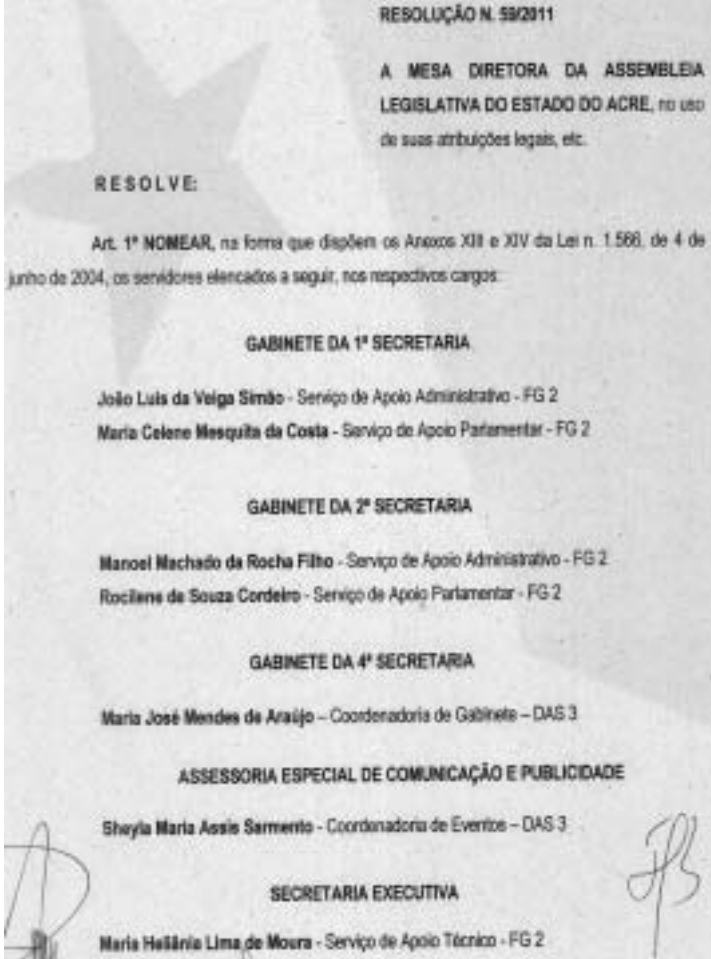




\*\*\*\*\*



\*\*\*\*\*





SUBSECRETARIA DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS

José Carlos Souza Magalhães - Serviço de Manutenção de Veículos Oficiais - FG 2

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Amélia Rezende Machado Veloso - Serviço de Digitação e Revisão - FG 1

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de março de 2011.

Rio Branco, 15 de março de 2011.

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Deputado Eilson Santiago  
Presidente

Deputado José Luis  
2º Secretário

\*\*\*\*\*

RESOLUÇÃO N.º 93/2011

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Deputados Chagas Romão, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Heider Paiva, do Partido da República - PR e José Luis, integrante do Partido Democrático Trabalhista - PDT para, na cidade de Florianópolis - SC, nos dias 17 a 20 de março de 2011, participarem do XII Encontro do Colegiado de Presidentes das Assembleias Legislativas.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a três diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 15 de março de 2011.

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Deputado Eilson Santiago  
Presidente

Deputado Lira Moraes  
2º Secretário, em exercício

ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 53/2011

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 203/2011, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor Anildo Alves da Silva, Técnico Legislativo, CL "C", CDD PL-NM-301, Ref. 17, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, quinze dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família, a contar de 17 de fevereiro a 3 de março de 2011, nos termos dos arts. 127 e 128, inciso II, da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 3 de março de 2011.

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão  
Secretária Executiva

PORTARIA N. 54/2011

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 207/2011, da Secretaria Executiva deste Poder, concede ao servidor Mario Jorge Café de Oliveira, Auxiliar Legislativo, CL "C", CDD PL-NS-401, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, seis dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de 17 a 22 de fevereiro 2011, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 03 de março de 2011.

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

PORTARIA N. 55/2011

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 206/2011, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora Maria Alves Ferreira, Apoio Legislativo, CL "C", CDD PL-NE-501, Ref. 14, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, sete dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de 21 a 27 de fevereiro 2011, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 03 de março de 2011.

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

PORTARIA N. 56/2011

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 219/2011, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora Maria José D'Ávila Júnior, Analista Legislativo, CL "C", CDD PL-NS-101, Ref. 17, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, um mês de Licença-Prêmio, a contar de 17 de março a 15 de abril de 2011, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 11 de março de 2011.

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão  
Secretária Executiva

\*\*\*\*\*

PORTARIA N. 57/2011

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no Processo n. 227/2011, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora Neuzizete do Carmo da Conceição Dias, Analista Legislativo, CL "C", CDD PL-NS-101, Ref. 16, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, noventa dias de Licença para tratamento de saúde, a contar de 21 de fevereiro a 21 de maio de 2011, nos termos do art. 107 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 15 de março de 2011.

Deputado Ney Amorim  
1º Secretário

Maria Fernanda Montenegro Aragão  
Secretária Executiva



## ATOS DA SECRETÁRIA EXECUTIVA



### 2ª SESSÃO SOLENE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Realizada em 10 de março de 2011  
Presidência: Deputado ELSON SANTIAGO  
Secretaria: Deputado NEY AMORIM

**PRESENTES:** Deputados Francisco Viga, Geraldo Pereira, Jonas Lima e Ney Amorim, do **PT**; Elson Santiago e Maria Antonia, do **PP**; Antonia Sales e Chagas Romão, do **PMDB**; Wherles Rocha e Antonia Vieira, do **PSDB**; Eduardo Farias e Moisés Diniz, do **PC do B**; Éber Machado e Edvaldo Souza, do **PSDC**; José Luis e Walter Prado, do **PDT**; Astério Moreira e Lira Moraes, do **PRP**; Manoel Moraes, do **PSB**; Gilberto Diniz, do **PT do B**; Helder Paiva, do **PR**; Denilson Segóvia, do **PSC**; Jamyl Asfury, do **DEM** e Marileide Serafim, do **PMN**.

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e, dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Convidamos para compor a Mesa os Senhores Raimundo Lopes de Melo e Adson de Souza Leite, fuzileiros navais e o Dr. Henrique Corinto, representando o Governador do Estado do Acre.

De acordo com o Requerimento n. 6/11, de autoria do Deputado Moisés Diniz, aprovado pelo plenário, esta Sessão será realizada para homenagear os Senhores Adson de Souza Leite e Raimundo Lopes de Melo, fuzileiros navais acreanos, que participaram da resistência ao golpe militar de 1964.

Esta Presidência concede a palavra ao Deputado Moisés Diniz.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de cumprimentar o

Senhor Paulo Novaes Coutinho, vice-Presidente da União de Mobilização Nacional pela Anistia; os ex-fuzileiros navais acreanos de Tarauacá e de Plácido de Castro, Adson de Souza Leite e Raimundo Lopes de Melo, respectivamente; o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Henrique Corinto e o Primeiro Secretário desta Casa, Deputado Ney Amorim.

Fiz uma aposta com Stalin Che Guevara que é filho do Raimundo, que segundo ele, quando o pai estava se aprumando na vida em Tarauacá, depois das perseguições por ter participado da Associação dos Fuzileiros Navais, juntamente com o cabo Anselmo, resolveu chamá-lo por esse nome. Em plena Ditadura Militar batizar um filho com esse nome era, no mínimo, loucura. A aposta é que eu acho que esta é a única Casa Legislativa que está funcionando em todo país na quinta-feira após o carnaval e ele me disse que iria fazer um levantamento para saber se isso é verdade. A Câmara dos Deputados e o Senado da República estão fechados hoje.

Nesta Sessão estamos respeitando nossa memória com relação à luta daqueles que enfrentaram as mais terríveis dificuldades, que foram levados do seio de suas famílias, tiveram seus direitos civis e individuais ignorados e ficaram anos distantes de suas esposas e filhos, porque acreditavam que a humanidade nasceu para dialogar, convergir, abraçar e compartilhar ideias, ideologias e pontos de vista. Essas mesmas pessoas acreditavam que a humanidade nasceu para se respeitar. Entretanto, o desrespeito, às vezes, começa com uma profissão de fé, porque alguns não respeitam a fé do outro e aí surge as ditaduras, a falta de liberdade, que inclui a interdição da Imprensa, do direito de reunião, de cátedra e de pensamento. Portanto, hoje estamos fazendo uma homenagem singela a esses heróis.

Essa recepção calorosa é também em homenagem a Paulo Novaes Coutinho, um homem que foi perseguido, que teve que pegar em armas para enfrentar o regime militar, que viveu na clandestinidade, e, inclusive, para sobreviver à Ditadura, teve que mudar várias vezes de nome.

Senhor Coutinho, seja bem-vindo ao Acre. Fiquei muito feliz ao saber que o Tenente da Marinha, Fuzileiro Naval, Adson Leite o levou às cabeceiras do Rio Muru e do Rio das Cigarras. Soube também que o Senhor foi muito bem recebido em Tarauacá, terra de mulheres bonitas e de homens lutadores.

Tenente Adson, conheci seu pai, o Professor Raimundo, em Tarauacá quando eu participava da primeira turma de Pedagogia e ele era Pró-Reitor de Graduação e Pesquisa. Naqueles idos eu estava iniciando minha militância e o Professor Raimundo foi muito importante na minha formação política e ideológica.

Sempre tive firmeza no que eu defendo. Abracei com carinho e muita paixão a minha ideologia, mas sempre tive os braços e o coração abertos para outros pontos de vista, para ideias adversas as minhas, porque é isso que faz uma humanidade avançar. Basta ver o que está acontecendo no Oriente Médio e aconteceu anteriormente no Leste Europeu, onde meus intitulados camaradas, fizeram muita bobagem, dentre elas, a interdição do direito do povo de pensamento, de cátedra, de religião. Mas, felizmente, esse mesmo povo derrubou esse regime autoritário.

Quando retiramos o direito de alguém, esse cidadão pode até ficar por um tempo debaixo do tacão, mas um dia ele rompe os grilhões e derrota o opressor. Foi o que aconteceu no Leste Europeu. A elite do planeta comemorou; tomou uísque escocês. E agora, a elite do planeta está vendo o que está acontecendo no Oriente Médio. Os árabes, hoje, são vanguardas do mundo; estão derrubando os ditadores.

Antes de encerrar quero homenagear Adson Leite, um amigo que conheci há 25 anos. Já até brigamos na política, pois disputamos em lados opostos. Já freqüentamos muitos palanques juntos, inclusive participei de sua campanha para Prefeito, pelo PMDB, em Tarauacá.

Sempre que o Deputado Chagas Romão e a Deputada Antonia Sales manifestam-se contrários ao Governo, eu os respeito, assim como aos demais companheiros dos partidos de Oposição, porque eu já fiz oposição com rigor lá em Tarauacá. Entretanto, eu tinha capacidade de ser maleável. Lembro-me de quando eu era Líder da Oposição ao Prefeito daquele município, o Cleudo Rocha que, como Prefeito, era uma lástima. O Deputado Manoel Moraes o conheceu. Quando o Prefeito Cleudo Rocha vinha à Rio Branco para se reunir com o então Governador Edmundo Pinto e depois com o Governador Orleir Cameli, eu vinha também e os repórteres diziam: “Vereador, vocês não estão brigando lá?” Eu respondia: Eu faço oposição à administração do Prefeito e não a Tarauacá. Se o Prefeito for em busca de recursos, eu irei junto. Essa é a minha concepção de luta política.

Eu e o Tenente Adson já trabalhamos juntos. Fomos, inclusive, vizinhos. Nossas casas eram separadas apenas por um muro. Aliás, eu morava numa casa alugada que era dele. Portanto, a minha relação com o Adson é muito fraterna. Gostaria, inclusive, Senhor Presidente, que autorizassem o Cerimonial a solicitar a presença de sua esposa, a Professora Célia, neste plenário.



O Adson era um seringalista bem sucedido em Tarauacá, mas com uma diferença da maioria dos seringalistas que eu conheci aqui na Amazônia: ele não conseguia fazer um almoço apenas para sua família. Era sempre para dezenas de pessoas. Suas painéis sempre foram maiores do que o comum. Quando ele chegava no seringal, a primeira medida que ele tomava era matar um boi para servir às pessoas que chegavam.

Esse cidadão já foi também empreiteiro; trabalhou para o Governo. Aliás, tem uma obra que os Senhores conhecem chamada a ponte do Diabinho, em Feijó, que é a única ponte de madeira que ainda não foi substituída por outra de concreto, mas já está licitada, que foi o Adson quem construiu. Ainda está em pé, mas o Adson ainda não recebeu, Luis Carlos, o pagamento pela construção da ponte. Certa vez, o Adson revoltado, endividado, sem saber o que fazer, pegou uma caminhonete encheu de galões de gasolina e foi para Feijó, queimar a ponte. Mas a Dona Célia descobriu sua intenção e avisou os amigos, que foram alcançá-lo na passagem da balsa. Então, ele é esse homem, de coração grande, que aprendi a admirar.

O Deputado Wherles Rocha emprestou-me um livro essa semana, onde um dos capítulos trata sobre o Acre. Inclusive, um escritor de renome, com fama nacional, trata o Acre na brincadeira, como se a nossa terra fosse algo dispensável, mas não é. Então, hoje, numa quinta-feira de carnaval, fazer uma Sessão especial, em homenagem aos Senhores, acho que é uma grande conquista da Democracia. Com exceção de mim, dos Deputados Francisco Viga e Walter Prado e dos que compõem a Mesa, os demais são Deputados da primeira legislatura. Então, parabéns pela presença dos Senhores e aos homenageados. Acho que uma Sessão como esta, Deputado Astério, faz o Acre ficar melhor.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Com a palavra o vice-Presidente da União da Mobilização Nacional pela Anistia, Senhor Paulo Novaes Coutinho.

Senhor **PAULO NOVAES COUTINHO** (vice-Presidente da União da Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA) – Deputado Elson Santiago, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, Senhor primeiro Secretário, Deputado Ney Amorim, meus companheiros ex-fuzileiros navais, Adson de Souza Leite e Raimundo Lopes de Melo, eu quero fazer uma correção: fui Presidente da Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia quatro vezes e estou, pela primeira vez, como vice-presidente porque os meus afazeres particulares não me permitem mais continuar na direção. Continuo em Brasília, mas sempre que há necessidade, me junto à Comissão de Direitos Humanos, no Congresso Nacional, para tentar sedimentar a Lei 10.559, que, pela primeira vez, espargiu os direitos da Anistia à base da pirâmide social, tanto a nível civil, como das forças armadas.

A discriminação que as nossas oligarquias e os setores militares conservadores sempre dispensaram, à maioria, nós enfrentamos e continuamos de pé. Eu estou primeiramente muito honrado e com a responsabilidade redobrada. É realmente algo esponente essa homenagem numa Assembleia de um Estado do Brasil, tão importante quanto qualquer outro da nossa federação.

Estivemos reunidos após o carnaval, para prestar uma homenagem a três soldados fuzileiros navais, que, nos idos de 64, se contrapuseram às determinações do imperialismo do norte, que colocaram de joelhos todos os países do nosso Hemisfério Sul.

Em função da ideologia de segurança nacional dos Estados Unidos da América, determinada pela Guerra Fria, a bipolaridade, todos os países da nossa América, a começar pelo Brasil, tiveram seus governos constitucionais substituídos e, conseqüentemente, as nossas forças armadas foram transformadas, a partir daquele ponto, em meros policiais militares para repressão interna. Foi uma postura vergonhosa das lideranças fantoches da América do Sul, subserviente aos interesses dos Estados Unidos da América, mesmo porque, desde a longa data, desde a primeira Guerra Mundial, quando participamos com aliados no combate ao nazifacismo, que os ofícios das nossas forças armadas eram levados para a Academia Militar de West Point dos Estados Unidos e para Escuela de las Américas no Panamá e ali eles eram cooptados para executarem o que nós sofremos durante vinte anos.

Em 1962, quando houve a renúncia do então presidente Jânio Quadros, nós, jovens fuzileiros navais, acompanhávamos apreensivos as posições dos nossos oficiais comandantes, principalmente o nosso então almirante Cândido da Costa Aragão, heróico paraibano, que chegou ao Rio de Janeiro com os pés descalços na década de trinta e galgou o posto de almirante. Isso deixou o conselho do almirantado totalmente revoltado contra o fato do presidente João Goulart ter promovido o almirante o capitão de marinha e guerra. Ele nos dirigia na perspectiva do que os oficiais progressistas das forças armadas, marinha, exército, aeronáutica e até

policiais militares entendiam, que estava sendo tramado um golpe, com uma efetividade mais abrangente, principalmente depois que Jânio Quadros renunciou pela sua própria postura irresponsável, já que ele havia sido eleito em 1960 pela eleição mais corrompida da história, pois ele era do PTN e se candidatou pela UDN, União Democrática Nacional, que era o partido dos adesistas. Esse partido lutou contra a fundação da Petrobrás em 1954 e foi derrotado. No Governo de Getúlio Vargas, a Petrobrás foi criada e até hoje, está estabelecida no Brasil. Então, como uma estatal das mais importantes do mundo. É a principal do Brasil, também. Então, com isso, fomos avançando.

Já no governo de Juscelino Kubitschek, que necessitou da intervenção do Ministro da Guerra, o General Lote, para que ele pudesse assumir o poder entre a morte de Getúlio e a sua ascensão já que houve duas tentativas de golpe, Carlos Luz Café Filho, em 1960 à reação ganhou a eleição com o Jânio Quadros. Como eu disse anteriormente, Jânio Quadros assumiu o programa da UDN, mas como um carreirista que sempre foi, colocou em prática o que estava na sua cabeça, abriu o mercado de negociações econômicas do Brasil com o Leste Europeu, que, naquela época, era um sinal vermelho para o imperialismo e começou em nível interno, a tomar medidas exultas, como impedir que prostitutas andassem pelas ruas da Lapa no Rio de Janeiro, proibiu as rinhas, briga de galos, coisas totalmente inconseqüentes para um presidente da república.

Em 1962, o comandante Che Guevara retornava de uma reunião dos Países latinos americanos em Punta Del Leste e o avião da Cubana de Aviacion pousou em Brasília e pela magnitude da importância do comandante Guevara naquela época, Jânio Quadros achou por bem condecorá-lo com a grã cruz do Cruzeiro do Sul. E esse fato motivou a perda de confiança dos parlamentares que o haviam elegido e ele não conquistou mais a confiança da esquerda, que compunha também o Parlamento. O fato é que ele renunciou, esperando ser trazido nos braços como ditador, o que não aconteceu.

Eu estou contando uma parte da história que nós vivemos para que os mais jovens possam ter ideia do caldo de culturas que transitava sobre as nossas mentes, quando éramos também jovens. O então, vice-presidente da República João Goulart, àquela altura estava representando uma missão comercial do Brasil. A China popular e as oligarquias civis e militares não aceitavam de forma alguma a posse do vice-presidente João Goulart, que havia sido Ministro do Trabalho, no governo de Getúlio Vargas de 50 a 54 e havia melhorado, substancialmente, o salário mínimo e aprofundado as conquistas da CLT, mas vieram as pressões e o então Governador do Estado do Rio Grande do Sul, o grande e ilustre brasileiro Leonel Brizola, puxou a campanha da legalidade e com todas as negociações e as forças que as oligarquias detinham, foi mudado o sistema de governo, para neutralizar, em parte, o poder do Presidente da República no regime presidencialista. Então, impuseram para ser o primeiro ministro na época, o Deputado Tancredo Neves, uma figura que sempre despertou a confiança das oligarquias deste país.

Com as prerrogativas que o Presidente da República tinha, em janeiro de 1963, ele realizou um plebiscito para consultar o povo brasileiro, mudando o sistema de governo, então ganhou a restituição do presidencialismo e o presidente começou a trabalhar no sentido de implementar o seu programa de reformas de base, que foi anunciado num célebre comício no dia 13 de março de 1963, na Central do Brasil. Lá, nós, os fuzileiros navais, estávamos presentes, éramos da companhia de elite dos fuzileiros. A “temível!” Companhia de Polícia dos Fuzileiros Navais. Estávamos fazendo a segurança do Presidente da República e a apreensão que causávamos àquele ambiente de desinformações, de fabricação de factóides, era enorme. Nós tínhamos holofotes montados na praça da República e metralhadoras ponto 30 e 50 apontando para o então Ministério da Guerra, que ficava localizado no terceiro e quarto andares do prédio, fazendo o rastreamento, imaginando que dali pudesse sair um atentado contra o Presidente da República.

O então Presidente, naquela memorável anúncio do programa de reformas de base, propugnava pela reforma agrária, urbana e estudantil e pela nacionalizações de todos os bancos e das empresas estrangeiras em nosso País, pela desapropriação de terras há cem quilômetros de cada rodovia em todo o País, porque entendia que não adiantava doar terras, lá no Igarapé Colombo porque o companheiro que está lá iria ter muitas dificuldades em evacuar e que as terras deveriam servir, não para especulação financeira ou imobiliária, mas que realmente pudesse ser trabalhada e tivesse facilidade de acesso aos centros consumidores. Esse era o raciocínio do Presidente João Goulart. Então, o anúncio dessas medidas provocou reação, sob o comando do Embaixador norte-americano Lincon Gordan, inclusive, eu quero indicar para os jovens que aqui estão, aos Deputados e pessoas que estão nos assistindo, a aquisição do livro A segunda chance do Brasil, de sua autoria. O Pentágono torna

secretas as ações descobertas pela CIA, então, o Departamento de Estado do Pentágono o guardou durante 40 anos, mas depois foi liberado para publicação. E os senhores poderão ver nesse livro, a afirmação categórica que os generais que eram fantoches na época, foram manipulados a serviço dos interesses dos Estados Unidos, sob o comando do Embaixador norte-americano no Brasil.

No dia 25 de março de 1964, foi concedido pelo glorioso sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, a sua sede, na rua Ana Neri para a comemoração do segundo aniversário da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que havia sido criada contra a posição do Conselho do Almirantado que não permitia de nenhum modo que os cabos e soldados criassem associações, somente oficiais e sargentos. Então, a nossa associação foi criada no dia 25 de março de 1962. E isso contrariou tremendamente o Conselho do Almirantado que passou nas organizações militares aplicando punições, detenções e serviços para os marinheiros e fuzileiros navais que compareciam as reuniões da associação e se filiavam a ela. Eu quero dizer que à época, os marinheiros e fuzileiros não podiam estudar, votar, casar ou andar à paisana. Nós éramos cidadãos de segunda categoria, não tínhamos esses direito. Assim como as nossas companheiras, mulheres que só tiveram o direito de votar a partir de 1930. Então, nessa reunião, cerca de 3.500 marinheiros e fuzileiros navais compareceram para comemorar o 2º aniversário. O Conselho do Almirantado soube e mandou prender os membros da direção da Associação. Com a prisão da direção, os líderes que estavam no Sindicato, transformaram a reunião de comemoração em sessão permanente, em apoio ao programa de reforma de base do então Presidente da República, João Goulart, presidente constitucional do país. O Conselho do Almirantado enviou ao sindicato um contingente de marinheiros que estavam acampanados no Ministério da Marinha, na Praça Barão de Ladari, no centro do Rio de Janeiro, para tentar evacuar a reunião do Sindicato, que foi classificada pelo Conselho de Almirantado como motim. Essa tropa não conseguiu evacuar os companheiros. Então, foi determinado que a Companhia de Blina dos Fuzileiros Navais fosse destacada para o local para cumprir a qualquer preço a limpeza do Sindicato. Quando eles se referiam aos soldados e cabos era como se fossem coisas sujas, imundas e indignas de respeito, mandavam limpar o Sindicato. E nós para lá nos dirigimos e ouvimos, ao sair do quartel central dos fuzileiros navais, palavras sensatas do ilustre acreano Capitão de Mar e Guerra, Ari da Frota Roque. Isso aconteceu umas cinco horas da manhã quando nós estávamos formados no pátio do Quartel Geral dos Fuzileiros, e ele nos falou: “Vão sair numa missão espinhosa, mas eu confio que vocês, como fuzileiros navais, vão se comportar como dignos filhos do Brasil”. Embarcamos nas viaturas e nos dirigimos à Rua Ana Neri rumo ao Sindicato dos Metalúrgicos. Apeamos das viaturas, nos dispusemos nas calçadas fronteiriças com as nossas metralhadoras, dispositivos para uma guerra, para o massacre.

No Sindicato, estava representando Sua Exa o Presidente da República, o Ministro da Justiça, o então Dr. Abelardo Jurema. Os Senhores vejam, era uma reunião considerada inteiramente ilegal para a qual, inclusive, o Presidente da República foi convidado a participar. E ele não podendo comparecer, encaminhou o Ministro da Justiça para representá-lo. Então, a situação foi se acirrando, os populares na rua Ana Neri, naquela tensão do que podia acontecer a qualquer momento, com a presença de 26 fuzileiros daquele contingente analisando toda a situação, todo o caldo de cultura que estava imperando naquele momento de ruptura política, decidimos colocar as nossas metralhadoras no chão e apoiarmos o movimento. E aí foi o caos. Imediatamente o Ministério da Marinha por pressão do Conselho do Almirantado foi incitado a bombardear o sindicato dos Metalúrgicos com todos lá dentro.

Eu quero dizer que eu tive a honra de conhecer neste dia, dentro do Sindicato dos Metalúrgicos, o marinheiro Almirante negro, João Cândido, na altura dos seus 84 anos. Vejam, Senhores, a coerência desse homem, herói contemporâneo nacional, cinquenta e quatro anos depois de haver extinto da Marinha do Brasil, os castigos característicos da odiosa escravidão, quando vinte e dois anos após a sua extinção de fato e de direito, ainda eram aplicadas chibatadas nos marinheiros nos convés dos nossos navios. Ele estava lá conosco, firme e forte, para morrer se necessário fosse pela honorabilidade dos marinheiros, de defenderem os seus direitos.

O Presidente da República determinou que o 1º Batalhão de Guarda do Exército cercasse o quartirão e nos mantivesse em segurança. Os militares do Exército foram lá, prestaram solidariedade e nos guarneceram. Isso no dia 25 de março de 1964. Ficamos lá até o dia 27, quando fomos evacuados em carro do Exército Brasileiro, levados pelo 1º Batalhão de Guardas e de lá, por determinação do Presidente da República, no dia 28, nós fomos anistiadados do nosso ato, que foi um ato de indisciplina. Porque não pode ser considerado ato de indisciplina do militar, praticar uma atitude compatível com os interesses do Comandante Supremo das Forças

Armadas, que é o Presidente do Brasil. E as nossas atitudes se baseavam, nesse respeito à postura do Governo constitucional do país.

Então, as pressões e sendo assim, as pressões e contra-pressões estavam acontecendo, o fato é que no dia 1º de abril, o Presidente João Goulart decidiu que não queria derramamento de sangue. É interessante notar que a 6ª Frota Norte-Americana estava na Costas do Estado do Espírito Santo, aguardando ordem, caso houvesse resistência para apoiar os golpistas. E houve o Golpe. Nós fomos presos no dia 3 de abril. No dia 9 do mesmo mês, houve o 1º Ato Institucional editado pelo General Castelo Branco e nós fomos expulsos a toque de caixa no dia 9 de abril. No mesmo dia do 1º Ato, com base no art. 7º, do Ato Institucional n. 1. E dali fomos levados para o presídio naval, voltamos para o pátio do Quartel General, toda a guarnição formada, e fomos, os 26 fuzileiros navais, expulsos a toque de caixa é a cerimônia mais aviltante pela qual um soldado pode passar. E fomos entregues ao camburão da polícia dentro do quartel. Quando a viatura desceu para nos levar para a penitenciária, os oficiais do Ministério da Marinha, nos arrancaram de dentro da viatura, nos colocaram dentro de uma barcaça e nos jogaram no porão do navio que estava adernado. O que é um navio adernado? É um navio que está com o casco furado. Totalmente desequipado, nem beliche havia, sem falar no lixo. Tudo podia acontecer, já ia entrar no outro dia para no estaleiro receber reparos. Nos jogaram ali e passamos trinta dias dormindo no aço enferrujado e comendo uma vez por dia. Fomos identificados somente com a roupa do corpo e jogados na Ilha das Flores, que era depósito de presos políticos. Chegamos lá, o Capitão de Corveta Omar Tener, que era o comandante da Guardiçion da Ilha das Flores, onde estavam concentrando os comerciantes desonestos que tentavam burlar a lei do congelamento de preço, que o Presidente impunha para defender a bolsa da população, falou para os guardas da ilha que nós éramos perigosíssimos comunistas, e que não hesitassem em nos executar em qualquer manifestação de resistência de nossa parte. Falou também que não estavam ali para atender a nenhum pedido nosso. Ficamos lá por quatro meses. Fomos retirados novamente e colocados no porão de outro navio, Custódio de Melo e dali para o Presídio do Alto da Boa Vista, um depósito de presos. Dormíamos no chão e comparecendo ao Sumário de Culpa, descíamos em trinta homens dentro de uma viatura da Polícia Militar com o calor de 40 graus. O sumário era realizado no 2º Tribunal do Juri, nos fundos da Candelária. Em alguns momentos chegavam companheiros desmaiados, com insolação.

Eu quero frisar só um depoimento contra nós mais característico, quando o Arcebispo do rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, não confundir com Dom Elder Câmara, de saudosa memória, propôs ao Tribunal, a entrada com Habeas Corpus e nós fomos liberados para aguardarmos o julgamento em liberdade. E, em seguida, nos falou na porta da Penitenciária Frei Caneca, que nós desaparecêssemos porque a nossa prisão preventiva estaria decretada em 24 horas. E realmente assim aconteceu. E eu já era da estrutura do Partido Comunista e fui para minha terra, eu sou baiano, fui para minha terra e me liguei ao Comitê Estadual, cujo Comandante era o companheiro Carlos Maringuela, de saudosa memória.

Eu quero ressaltar a problemática dos tormentos, das torturas, porque a Comissão de Justiça e da Verdade que está instalada, procura apurar os fatos para que possamos punir aqueles covardes torturadores. Porque nós achamos que não devemos nos vitimizar, mas devemos sempre esclarecer o motivo pelos quais lutávamos e a quem prestavam serviço aqueles que nos massacravam. A postura correta é não nos vitimizarmos, pois a coisa morre na vitimização. Agora, nós precisamos dizer os motivos pelos quais lutávamos para que o Brasil tivesse os direitos mínimos de cidadania atendidos, que passavam a ter agora, a partir do primeiro e do segundo Governo do Presidente Lula e, com certeza, da companheira Dilma Rousseff, uma batalhadora, uma mulher heróica, que vai aprofundar cada vez mais a abrangenciada da nossa luta. Os motivos pelos quais lutamos estão acontecendo diurnamente hoje em dia. E nós continuamos ombreados com esses governos para avançarmos cada vez mais, porque muito ainda precisa ser feito.

Conseguimos aprovar no congresso Nacional, a Lei 10.559, de 2002, a primeira Lei do Brasil, a mais abrangente sobre anistia na história deste país. Hoje, ainda no Congresso, temos que estar em estado de alerta, pois houve necessidade de fazer modificações em alguns artigos para reduzir a sua abrangência, mas o nosso trabalho, juntamente com outras associações civis e militares em Brasília, vai fazer com que nós não permitamos que se dê um passo atrás. Em tese é o que nós estamos fazendo. Estamos implementando a Comissão da Memória da Verdade para evitar a utilização dos argumentos de reciprocidade existentes na Lei 66/13.979, ou seja, anistia para os perseguidos políticos e os torturadores.

Desde a época do Regime Militar, o Brasil é subscritor da Comissão de Direitos Humanos da ONU, da Comissão Internacional de Direitos Humanos e da Comissão de Direitos Humanos da OEA e de



organismos que tratam a tortura como um crime imprescritível e inafiançável. Então, não devemos temer porque os torturadores não terão direitos jamais à Anistia. Inclusive, visitei recentemente a Bahia, minha terra natal e fui visitar o local onde caiu o grande combatente, Carlos Lamarca, na localidade de Pintada, no Município de Ipujiara no sertão oeste do São Francisco, lugarejo no qual o Comandante Lamarca foi fuzilado sumariamente e quero dizer a V. Exas que já tem uma praça com a sua estátua, Praça Capitão Carlos Lamarca; tem um panteãozinho dos heróis com ele e mais dois companheiros da família Barretos daquela localidade. E no local onde ele foi metralhado, já doente, sem conseguir nem andar, o Bispo de Barra na Bahia de São Francisco, construirá um memorial em homenagem ao companheiro Carlos Lamarca. A nossa entidade já está participando da feitura desse memorial e já encerraram um documentário de um filme com depoimentos de pessoas da região e companheiros nossos, daquela época, da luta armada. Inclusive, tenho comigo uma cópia do filme, que ainda nem foi lançado, eu vou deixar aqui com o companheiro e professor Melo, para que ele possa reproduzir e logo que tenhamos o lançamento oficial, no dia trinta de novembro, e agora no dia trinta de março, será em Salvador, eu enviarei mais cópias para a Câmara dos Deputados, para que os companheiros possam ver esse trabalho importante do professor de história, Reinaldo, diretor de um colégio, uma escola técnica lá na cidade de Botirama no São Francisco, na Bahia. Então, é todo um processo de luta de resgate da memória desses companheiros.

Na inauguração da estátua de João Cândido, acontecida em 22 de novembro de 2007, na praça quinze, em frente à Ilha das Cobras, o Presidente Lula esteve presente e mostrou a vontade de conhecer os marinheiros e fuzileiros navais que lutaram pelo resgate desse herói contemporâneo do Brasil. É um herói na acepção da palavra. Ele extinguiu da Marinha a vergonha de existirem castigos daquele tipo. É uma vergonha internacional. Conversamos com ele abertamente, calmamente como é do seu feitio durante quarenta minutos. Ele descerrou a placa e na sua locução, ele foi muito claro transparente e surpreendente. A certa altura do seu depoimento, ele falou: “Nós temos que entender de uma vez por todas, que Gregório Bezerra, Carlos Lamarca e Carlos Marigrela não foram delinquentes, entre muitos outros companheiros que já caíram. Eles foram homens que lutaram e, nós, hoje estamos onde estamos por causa do sacrifício ao qual eles submeteram as suas vidas para que nós pudéssemos chegar onde chegamos.

Quero dizer que estou aqui pela primeira vez. Me dirigi a terra do nosso grande e bravo companheiro, Adson de Souza Leite, lá em Tarauacá, subimos o Rio Murú numa expedição até o final do Igarapé Colombo, visitando todas aquelas famílias de posseiros, que se encontram ali, graças ao trabalho do Partido Comunista do Brasil e acredito francamente, Deputados, que essa é uma questão suprapartidária, o povoamento do nosso Estado do Acre e da nossa fronteira. Temos que marcar a nossa posição. Inclusive, quero elogiar o companheiro Adson, que tem uma postura, hoje, de reconhecimento do direito que os seringueiros possuem de ocupar a terra onde sempre viveram, onde deram o seu sangue para que com suas famílias possam sobreviver. Hoje, o companheiro tem uma visão muito clara e apalpa essa postura e conquistas, e eu o louvo por isso.

Eu me identifiquei muito com os companheiros seringueiros, porque eu sou nordestino, nossos hábitos alimentares e os costumes dessas populações aqui, muito embora já tenham netos e bisnetos, estão arraizados na cultura nordestina que é muito forte. Comi cuscuz, beiju, carne de sol e cheguei até a comer macaco, com muito constrangimento, mas concordei. Nunca havia comido macaco, foi realmente uma viagem maravilhosa. Portanto, eu agradeço aos Senhores mais uma vez, a honra de ter-nos proporcionado um dia como este e dizer que ainda há muitas coisas para serem contadas, mas devido à exiguidade do tempo, fica para outra oportunidade. O meu muito obrigado a todos.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Com a palavra o Senhor Adson de Souza Leite.

Senhor **ADSON DE SOUZA LEITE** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, autoridades presentes e representantes, amigos e companheiros que aqui vieram para nos assistir, após ouvi o pronunciamento do companheiro Coutinho, quero agradecer ao companheiro Deputado Moisés Diniz, que teve a dignidade de nos homenagear; principalmente o Paulo Novaes Coutinho, homem de luta, de resistência, em 1964. Quero agradecer também o reconhecimento que estamos tendo aqui hoje, depois de 47 anos de muita luta, muito sofrimento e muita rejeição, como tive aqui quando cheguei. Falaram que eu era filho da Maria Leite, que eu tinha sido expulso da Marinha, que estava escondido e que talvez fosse até um ladrão, um criminoso.

Senhores Deputados, estou muito satisfeito porque a história surge, ela não se nega, apresenta-se aos homens de boa consciência, aos inteligentes, aos leitores e agora, graças a Deus, a este Parlamento. Eu que vivi muitos anos na clandestinidade, afincado nos seringais do rio Muru. Sofri muito naquela época, nos porões dos navios, apanhei muito na Ilha Grande, fui jogado no Presídio do Frei Caneca, junto com os malandros, criminosos civis e perdi o direito de ser militar.

Até hoje, conduzo comigo, peito lavado, quando depositei minhas armas no chão, juntamente com Paulo Coutinho, Raimundo Lopes e outros companheiros, porque víamos que aquilo não podia acontecer. Do outro lado da rua tinha três mil fuzileiros e marinheiros reivindicando e apoiando o Presidente João Goulart, então, o Ministro da Marinha disse que, caso eles não se entregassem, teríamos que matá-los. Na verdade Senhores Deputados, muitos dos Senhores ainda não haviam nascido naquela época, essa decisão foi muito dura para mim; ter que renunciar minha farda, perder meu emprego e voltar a ser novamente seringueiro, mas mesmo assim eu decidi, conversando com o Coutinho, que tínhamos que renunciar à condição de funcionário federal da Marinha e lutar juntamente com o Sindicato dos metalúrgicos contra os generais e almirantes, que queriam que aquela chacina acontecesse.

Hoje estou feliz, muito embora tenha sofrido muito e sido rejeitado. Em 1972, quando saí da prisão, fui mandado para Tarauacá, mas o então prefeito que eu não quero citar o nome, queria que eu voltasse para a cadeia, porque, no seu entender, eu era um comunista perigosíssimo. No entanto, eu disse para o Juiz que não voltaria, porque eu não agüentaria mais passar fome e tanta crueldade e que eu queria morrer ao lado da minha mãe, mesmo assim o Juiz me mandou voltar para cadeia. Mas como Deus sempre manda, para o homem de bom senso, de bom coração, alguém para salvá-lo, Ele me mandou o Capitão Matuí, que pediu ao Juiz que me entregasse a sua pessoa, que ele ia tomar conta de mim. Por isso fui para mata tirar madeira para construir o quartel do Exército. É muito bom agir corretamente e ter amigos, ter convicção e fé, e eu sempre tive isso.

Eu caio, me levanto e vou em frente sempre. Eu não desisto dos meus objetivos, mesmo humildemente, vou sempre caminhando, desde que conheci o companheiro Coutinho, que foi quem me orientou no Rio de Janeiro, porque eu era um índio das barrancas do rio Muru, metido a brabo, para o bem, porém. Agradeço muito a ele. Lutei dez anos para ele vir aqui falar para os Senhores com uma boa locução, um bom português e um pouquinho de conhecimento da história sobre o que nós passamos naquela época.

Quero agradecer a todos e dizer que estou muito feliz, na presença do nosso Deputado Moisés Diniz, um homem que merece todo reconhecimento e amor do povo de Tarauacá, meu amigo particular e de minha família. Agradeço também aos Deputados Walter Prado e Manoel Moraes.

Estou muito emocionado ao ser reconhecido pelas autoridades, pelo Parlamento do meu Estado. Fui político também e é uma honra estar sendo homenageado. Eu sou humilde, lutador e trabalhador. Não sou aquele homem que diziam antigamente, um filho da Maria Leite, que veio expulso, talvez ladrão, talvez criminoso.

Nós defendemos uma causa e hoje eu estou muito feliz, porque a Democracia impera no Brasil. O companheiro Lula e a companheira Dilma, que esteve presa conosco, pegou nos fuzis junto com o Coutinho, pela resistência. Eu não fiz isso porque não estava preparado, ideologicamente, para ir à luta pela Democracia e disse isso ao Coutinho, mas ele estava preparado. Então ele me mandou voltar para minha cidade, Tarauacá e me esconder nos seringais, porque ele iria lutar por seus ideais e foi mesmo e hoje estamos aqui.

Senhores Deputados, Presidente Elson Santiago, demais autoridades aqui presentes, muito obrigado por esse reconhecimento, vocês estão realizando um ato importantíssimo para a história do Brasil e para nós acreanos, principalmente para mim, filho dessa terra, amigo de vocês. Que Deus abençoe a todos. Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Com a palavra o Senhor Raimundo Lopes de Melo.

Senhor **RAIMUNDO LOPES DE MELO** - Bom dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhoras no Salão do Povo e autoridades; em primeiro lugar, eu não sei se vou conseguir expressar o que eu estou sentindo, mas eu quero dizer que é uma honra muito grande para um velho comunista, um velho guerreiro, depois de 47 anos, receber esta homenagem, por indicação do Deputado Moisés Diniz, com o consequente apoio dos Senhores Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, o meu Estado. Nesta quinta-feira de Carnaval, eu quero dizer a todos os presentes que o que foi relatado pelo companheiro Coutinho

talvez seja uma gota d’água no oceano do sofrimento, da maldade e da crueldade pela qual passamos após o Golpe de 64, mas, só sabe o que foi isso, quem sofreu e quem viveu aqueles dias.

Eu confesso aos Senhores que eu me considero um filho de agricultor, de seringueiro, pois meu pai era nordestino e veio para a Amazônia como Soldado da Borracha nos anos 40. Assim como ele, vieram tantos outros, por isso, aqui, quem não é cearense é filho ou neto, isto é quase todos somos nordestinos ou descendentes, com raras exceções das colonizações árabe, portuguesa e outras que por aqui aportaram nestes 100 anos da existência do Acre, cuja história é muito rica, e nós ainda não a compreendemos em sua plenitude. Eu quero dizer que faço minhas as palavras do Coutinho, do Adson Leite e do companheiro Moisés, quando eles falaram que numa homenagem com essa, nós precisaríamos falar muitas horas, para que pudéssemos relatar tudo aquilo que nós passamos. Só para que os Senhores possam compreender, eu tive uns cinco ou seis nomes dos anos 60 até hoje. Tive o apelido de Nico Fidel e tinha nome de guerrilha.

O Deputado Moisés disse aqui, que mesmo sendo um agricultor que foi obrigado a ser cortador de lenha para sustentar uma mulher e um filho, eu ainda fui homenagear o velho Che Guevara, batizando o meu filho com o nome de Stalin Che Guevara. Realmente, eu sempre tive simpatia por ele. Apesar da revisão histórica contra o Stalin. Eu acho que ele foi o grande consolidador da Revolução Russa e mesmo assim ele foi derrotado pelo capital internacional, pela força do dinheiro ou pelas forças invisíveis as quais nós vivenciamos.

Até hoje, eu sofro discriminação: “ele é comunista, é o pai do Stalin, é o pai do Che Guevara”. É profundamente maldoso, quando as pessoas nos chamam de comunista, porque as pessoas não sabem nem o significado desta palavra. Em nossa cultura, as informações que a sociedade tem sobre comunismo é quase nada. Eu sou um crítico da educação brasileira. Nós não temos educação, porque educação e cultura são duas coisas completamente diferentes. E no meu Estado ainda é pior, meia dúzia da elite tem o poder das informações, o poder do dinheiro, o poder do manuseio, enquanto que milhares de pessoas não tomaram café, não vão almoçar e nem jantar. Isso é aqui no Acre que tem pouco mais e 700 mil habitantes. Imaginem um país como o Brasil, com quase 200 milhões de habitantes, onde ainda vivemos em plena miséria, dizer que este é um dos países mais ricos do mundo. Isso eu não admito! Se isso é ser comunista, eu vou ser eternamente. Hoje, eu não sou mais comunista, sou um grande anarquista. Um dia alguém há de dizer que conheceu um anarquista, e eu sou anarquista. No dia em que a sociedade for bem melhor, eu vou reconhecer, mas agora eu não posso admitir, porque nós vivemos uma guerra civil, onde se mata mais gente neste país por roubos, por crimes banais e ainda vivem dizendo que estamos bem! Melhoramos, mas não estamos bem, precisamos fazer uma revolução, de fato.

Companheiro Moisés, eu ouvi atentamente seu clamor pela paz, pela dignidade, pelo progresso e pela fraternidade entre nós, mas eu quero dizer aos Senhores que, para que haja uma boa paz precisamos ter uma boa guerra; eu venho dizendo isso há anos, e muitas vezes eu sou tratado como um cachorro de rua, pois o cachorro do patrão é melhor tratado do que eu, mas eu não preciso ser visto. Eu fui convidado a participar de política e participei, mas vejo que continua tudo a mesma coisa, como crianças famintas, por exemplo. Como eu posso acreditar que uma criança vai crescer com todo esse descabro ao seu redor e quando completar 25 anos ela será uma pessoa digna? Pessoas matam por barbaridade; chega à rua e pede a um Deputado dez reais; se ele não tem dinheiro, ele dá um tiro; uma senhora vai no seu carro levar o filho ao colégio e é assassinada! Meu país não está certo, melhorou muito nestes cinquenta anos, mas ainda é muito pouco. Família, não temos mais, eu não sei o que está acontecendo em nossa sociedade. Os programas da televisão brasileira não dá para assistir, porque em todos os canais só se ouve falar de corrupção, roubo e de crime; agora, da virtude de um trabalhador, de um Adson Leite, de um Coutinho, de um Deputado ou de uma grande professora quando fazem uma boa ação não se fala. Eu não vejo a preocupação em se divulgar os bons exemplos, enquanto que os maus são bastante divulgado. E nós estamos de braços cruzados. Esperando o quê?

Eu gostaria de falar de flores, mas é muito difícil. Os Senhores Parlamentares que representam o povo do Estado do Acre, o qual tem uma história e uma geografia muito ricas e uma economia que poderia servir de exemplo para o mundo, precisam continuar a luta em busca de melhoria de condições, ajudando o gestor do Estado a melhorar as condições e atender as demandas do povo.

Os Senhores sabem o que me dói o coração? É ver que no desfile de 7 de Setembro, quase não existe mais o sentimento de pátria, de Nação e família. Eu vejo milhares de jovens, e penso: no que eles vão trabalhar amanhã? Como vamos dar emprego, casa, moradia, educação, saúde e infraestrutura para a juventude? Muitas pessoas que nasceram em

1970 estão desempregadas. A maioria dos Senhores foram abençoados por Deus e têm a sorte de ter uma vida digna, mas para milhares de jovens, qual é a perspectiva? Existe uma ganância muito grande de poder, dinheiro e bens materiais. Hoje cedo eu vi uma reportagem sobre os homens mais ricos do mundo, onde menos de vinte pessoas do meu país concentram a renda equivalente de dez a vinte países da América do Sul. O Doutor Eike Batista, com todo respeito, hoje é o dono da Vale, um dos homens mais ricos do mundo. Ele tem tanto dinheiro que eu não sei nem dizer quanto, ao passo que um professor e um faxineiro ganham um salário mínimo para sustentarem sua família.

A China hoje tem não sei quantos bilionários e o que mais me surpreendeu é que a velha Rússia é o segundo país do mundo em homens ricos, os quais eram secretários, que capitanearam para o lado dos EUA, da Inglaterra e do Leste Europeu. São todos bilionários. Então, são essas informações que temos para avaliar, mas é muito difícil. Eu vou encerrar por aqui e pedir permissão para mostrar umas fotos feitas no dia 27 de março de 1964 do primeiro e único Presidente da Associação dos Marinheiros dos Fuzileiros Navais do Brasil, o qual depois do Golpe da Revolução, por dinheiro, foi capitaneado por Golbery do Couto e Silva e passou para o outro lado. Esta foto mostra quando nós saíamos do Sindicato dos metalúrgicos, no carro do Exército no dia 27; esta foto mostra populares e nós do presídio. Essa outra foto mostra a corrida para liberdade. Esta outra foto é do Almirante Aragão, que esteve conosco dentro do Sindicato e que foi solidário, porque ele não defendia a política do almirantado; ele defendia o Presidente da República e os interesses da sociedade , na época, muito injustiçada. Nesta foto está o Cabo Anselmo. Também quero mostrar uma foto inédita do Presidente João Goulart empossando o novo ministro da Marinha, já que o outro havia pedido demissão. Ele foi ministro por quatro dias, até o dia 4 de abril de 1964, após a quartelada, mas depois veio o grande calvário que nós estamos sobrevivendo até hoje.

Eu vou me comprometer em passar depois um documento à Presidência da Assembleia Legislativa, porque eu tenho um arquivo com algumas informações que podem ser deixadas na biblioteca da Assembleia para serem pesquisadas. Eu quero passar esse Requerimento da minha declaração de anistiado político que está na Comissão de Anistia desde 1973, aguardando, deferimento; mas eu nunca me preocupei. Se eu for anistiado, maravilha; se eu não for, melhor ainda, porque eu continuo revolucionário. E eu vou dizer uma frase que eu uso sempre, quando eu tive a felicidade ou infelicidade, como não tinha emprego, um dia, eu fui convidado para fazer um concurso da Universidade e passei em segundo lugar, com 44 concorrentes, com doutores do Brasil inteiro e eu era agricultor, como sou até hoje, que tira leite de uma vaquinha e carrega lenha nas costas. Passaram seis meses, e eu agradeço a um grande Deputado que esta Assembleia já teve. Ele me disse: “Raimundo, eu não comungo das suas ideias, sei que você é comunista, mas eu vou ser justo, eu vou a Brasília com o professor Carlos Áulio Gélío, Reitor da Universidade. Então, eu vou falar com um amigo em Brasília e vou trazer seu contrato aprovado por Delfim Neto, que na época era o Ministro do Planejamento. Foi assim que eu passei a trabalhar na Universidade nos anos 70 e 71. Eu nunca me preocupei com essas coisas, mas recentemente eu fui aprontar meus documentos e buscar algumas coisas que eu tinha guardado. Então eu fui ao Rio de Janeiro e consegui pegar minha caderneta na casa de um amigo. Se eu fosse contar minha história de luta, demoraríamos algumas horas.

Companheiros, eu agradeço a todos e quero dizer aos Senhores Deputados que nós tínhamos aqui um companheiro que faleceu recentemente, um grande sociólogo, Hélio Cesar Curi. Esse rapaz apanhou. E nós estivemos presos na 4ª Cia de Fronteira no dia 03 de maio de 1966, numa friagem brava. A uma hora da manhã, fomos tirados de lá para dar banho nos porcos. E aquilo não era castigo, era apenas por não querer comer uma comida que era resto e que ia para os porcos. Quero lembrar aqui também o João Borborema e outros companheiros como o Ladislau Siqueira, um velho nordestino semianalfabeto, que, por ter ideias avançadas e ser um progressista, morreu no ostracismo e sendo perseguido.

Eu agradeço a todos e como disse aos Senhores, não era nem para ter dito alguma coisa, mas hoje eu estou profundamente abalado, porque meu filho mais velho, o velho Stalin Che Guevara, hoje é professor e jornalista, que estudou Economia e é amigo dos acreanos. Ele escreve todos os dias nos jornais, e eu sempre digo: “meu filho, você é um príncipe, você teve melhores dias e tenho certeza de que nem você, nem nossos herdeiros passarão o que seu velho pai passou, porque foi muito duro” Não adianta falar de fome, de ser mártir, de sofrimento, nós devemos ver o que é melhor para amanhã, como disse o nosso companheiro Coutinho.

Muito obrigado, Senhores Deputados e eu quero dizer-lhes que os Senhores estão de parabéns, porque nesta quinta-feira, após o Carnaval, atenderam ao chamamento do nosso grande Deputado Moisés Diniz para a realização desta Sessão, cuja temática deixa uma lição para o Parlamento e para o povo acreano. Muito obrigado!

(Sem revisão do orador)



O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Com a palavra o representante do Governador Tião Viana, Senhor Henrique Corinto.

Senhor **HENRIQUE CORINTO** (Representante do Governador Tião Viana) – Senhor Presidente, Elson Santiago; primeiro-secretário, Ney Amorim; camarada Paulo Coutinho, bem vindo ao Estado; amigo Adson Leite, de Tarauacá; professor Raimundo Melo; Senhoras e Senhores Deputados; familiares dos homenageados, amigos e amigas, venho a esta Casa a pedido do Governador Tião Viana, para participar dessa homenagem e em seu nome quero trazer um abraço aos homenageados. Parabênizo a iniciativa da Assembleia, através do Deputado Moisés Diniz e com o apoio dos demais Deputados, que concedem essa honraria. Os Senhores podem ter certeza de que esta data será marcada na história do nosso Estado. Isso faz com que a nossa juventude saiba o que os trouxe até aqui e porque estamos aqui. A nossa sociedade está melhorando. Ainda temos problemas, mas muita coisa já mudou eu acho que esse reconhecimento vai estimulá-la ainda mais. Eu tenho uma pequena revolucionária em casa. Aliás, quero agradecer a esta Assembleia pela recepção que deu a ela e as demais estudantes aprovadas na UFAC. Tenho certeza de que ela vai ficar emocionada quando eu contar, repercutir para ela as histórias que ouvi aqui do Coutinho e do Adson, que me contaram alguns eventos de suas vidas.

Serei breve, mas não poderia deixar de mencionar a emoção desse momento ao ouvir os relatos dos nossos companheiros que lutaram, que expuseram suas vidas e que ajudaram a alterar os rumos do nosso país e isso é significativo. O Governo Federal, o Presidente Lula pode contar com o Doutor Paulo Vanuq, como Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que formou a Comissão da Justiça e da Verdade e deu todo apoio à Comissão da Anistia. Nós já tivemos vários acreanos anistiados. Esses homens participaram efetivamente e continuam prestando esclarecimentos dos fatos que foram ocultos pela brutalidade do Regime Militar. Continuam revelando aos nossos jovens, ao nosso país, os nossos verdadeiros heróis; aqueles que realmente lutaram para que tivéssemos um país melhor.

Então, nesta oportunidade, eu quero agradecer, em nome do Governo do Estado e do Poder Executivo, a iniciativa tomada por esta Casa e que atos como esse se repitam, para que nossa história, marcada pela presença desses bravos combatentes, seja revivida e possa repercutir de forma ampla dentro de toda nossa sociedade.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Com a palavra o Deputado Geraldo Pereira.

Deputado **GERALDO PEREIRA** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Adson Leite, Professor Raimundo Lopes, Dr. Paulo Novaes, meu amigo Henrique, a revolução só é válida e legítima se for feita pelo povo. No Egito e na Líbia estão travando uma revolução iniciada pelo povo. Portanto, o regime que vier será legitimado.

Hoje pouco se fala na Revolução de Março de 1954, o que é lamentável, pois parece que a luta não teve importância. É preciso que, nas escolas, os nossos nobres professores estejam sempre lembrando desse fato, porque não pode parecer que a luta foi em vão. Mas graças a vocês, os contra-revolucionários, o Brasil vive um momento em que seu povo pode estar olhando para frente.

Em meu nome e dos Parlamentares do PT: Ney Amorim, Jonas Lima e Francisco Viga, quero dizer que em 1980 nascia o PT, com esses mesmos ideais, ou seja, lutar pela redemocratização do Brasil e assim foi e está sendo feito. A Democracia é vital e a sociedade a consolida a cada dia. Tem que ser cuidada sempre, por todos os governos e, principalmente, por nós, para que algo ruim não venha acontecer.

Quando o Deputado Moisés Diniz disse em seu discurso: “O congresso Nacional está fechado”, eu fiquei arrepiado, mas felizmente V. Exa. falou que era somente por hoje. Entretanto, nós, nesta Casa estamos trabalhando, mas como vivemos numa Democracia, aquela Instituição é livre para fazer o que quiser. Hoje, os marinheiros e todos aqueles militares que se rebelaram naquela época estão sendo homenageados neste Poder, através de Adson Leite e do Raimundo Lopes de Melo aqui presentes, pessoas que queriam a liberdade para o país.

Nós, aqui no Acre, sofremos muito com a Revolução de 1964, principalmente pela falta de comunicação. Se naquela época tivesse Internet, Twitter, talvez tudo fosse diferente.

O grande legado da revolução foi a música e seus intelectuais tiveram um campo vasto para trabalhar e produzir. A música venceu.

Em nome do PT queremos dar boas-vindas aos Senhores Adson de Souza Leite, Raimundo Lopes de Melo e Paulo Novaes Coutinho, nossos camaradas. Ficamos felizes com a presença dos Senhores. Quero dizer que

os Governos do Acre e do Brasil estão em luta permanente para que, hoje, as revoluções neste país sejam da Educação, Saúde, da Tecnologia, da Informação e do Sistema de Produção.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Com a palavra o Deputado Manoel Moraes.

Deputado **MANOEL MORAES** (Líder do PSB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, membros da Mesa, meu bom dia. Eu estava em Xapuri e tenho que voltar para lá daqui a pouco, mas não poderia deixar de vir aqui por muitas razões, mas a principal delas era rever meu amigo Adson Leite. Nossa amizade vem de 27 anos atrás e ele é uma pessoa que está no meu coração.

Quero parabenizar o Deputado Moisés Diniz pela excelente ideia dessa Sessão Solene para prestar essas homenagens. Quem não observa sua história, não aprende com os erros dessa sociedade, não tem evolução nem sentido.

Hoje estou representando o meu partido, o PSB, que tem história. Foi fundado lá pelos idos de 47 e permanece com o mesmo estatuto até hoje. Durante o golpe militar foi extinto, mas voltou, regido pelo mesmo estatuto, acreditando nos mesmos ideias que os Senhores, hoje, presentes aqui, acreditavam.

Nós somos jovens e não conhecemos o golpe militar, mas o estamos conhecendo através dos Senhores. De 1979 a 1981 eu era estudante em Manaus e me lembro de que quando nós fazíamos greve ou qualquer manifestação ia tudo muito bem até que alguém falava na terrível PE, que era a Polícia do Exército. Aí, esvaziava-se qualquer local. Ninguém ficava, todos tinham muito medo daquela Polícia. Imaginem o que é estar à disposição dessas pessoas!

Conheci o meu amigo Adson Leite em 1982, lá no alto rio Muru, no seringal Guanabara. Falavam que você era comunista, fugitivo, criminoso. Recém chegado do colégio, passei a ser seu fã. Conversando com você, enquanto as pessoas viam sua conduta como um erro, eu via como uma virtude. E essa nossa amizade, graças a Deus, até hoje permanece e a cada dia melhor.

Agradeço ao Coutinho e ao Professor Raimundo Melo, que já conhecemos, pela aula que nos deram aqui.

Da Ditadura Militar, eu só tenho a falar mal. Primeiro, em termos econômicos, pois quando ela assumiu o Brasil, a dívida externa do país era três bilhões de dólares e quando ela terminou, o Brasil devia cento e trinta bilhões de dólares. Isso já seria o suficiente para criticarmos o Sistema. No entanto, mesmo que essa forma de governo tivesse feito tudo de bom pelo nosso país, mas apenas um brasileiro tivesse sido torturado, nós já não teríamos mais motivos para render-lhe um elogio.

Hoje, na sociedade democrática, não aceitamos tortura nem em animais. Nem pesquisas com animais vivos estão sendo aceitas. Imaginem um ser humano ser torturado! Quero agradecer o meu amigo Adson e sua esposa Célia, porque sempre que nós estivemos em Tarauacá fomos bem recebidos. Hoje, o Brasil só tem Democracia porque muitos, como vocês, tiveram a grande coragem de enfrentar e resistir a Ditadura. O Brasil, especialmente nós do Acre, agradecemos a vocês.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Com a palavra o Deputado Wherles Rocha.

Deputado **WHERLES ROCHA** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para mim é motivo de orgulho estar aqui hoje, um dia histórico para esta Casa, quando reconhecemos e homenageamos os acreanos Professor Raimundo Melo e o Senhor Adson Leite, pessoas que lutaram para que o Brasil, hoje, vivesse a Democracia. Essas pessoas que tiveram coragem, como disse o nosso companheiro Deputado Manoel Moraes, de enfrentar a Ditadura e colocar a própria vida em risco para defender os direitos daqueles que não tinham liberdade. Mas hoje, esse ato de grandeza é reconhecido por esta Casa, que faz justiça, não só com estes dois acreanos, mas com todos os outros brasileiros que deram suas vidas ou que perderam sua liberdade na luta pela Democracia.

Mas, Senhores, eu não queria falar somente da Ditadura do passado, nesses dois acreanos e demais brasileiros que sofreram torturas, que foram presos e muitos até mortos. Eu quero falar da ditadura atual, que nós ainda vivemos. O nosso país ainda respira o ar desta ditadura. Nós ainda a vivemos, só que travestida de outras formas, com ar de legalidade. É a ditadura da fome, e aí o professor Melo foi feliz, pois disse o Senhor que era um anarquista. E neste momento, eu me sinto um pouco anarquista também, porque eu também não entendo como num país que hoje é a quinta

economia do mundo, quase metade da população viva do Bolsa Família. Isso é um absurdo, Professor! Eu concordo com o Senhor.

Mas não existe só a ditadura da fome. Nós também temos outras que estão implantadas neste Estado. Temos a Imprensa amordaçada, que não pode falar a verdade, mostrar a realidade do que acontece no nosso Estado. É presa pela linha editorial, mas alguns jornalistas, como os dois acreanos que hoje são homenageados, ousam quebrar o bloqueio. Existem alguns jornalistas valorosos, que, graças a Deus, ousam romper essas barreiras e levar a verdade ao nosso povo; desfazendo a mentira, o encanto de que nós vivemos num paraíso perfeito. Portanto, eu também tenho que parabenizar esses jornalistas que enfrentam essa ditadura imposta à Imprensa e expõem à população do Acre o que de fato acontece.

Nós temos também uma ditadura que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Na semana passada, alguns professores vieram aqui reivindicar seus direitos, pois têm seus contratos forjados nos bastidores, no submundo da administração, para usurpar seus direitos. Isso é uma ditadura e nós temos que combatê-la nesta Casa. Ela também tem uma parcela de colaboração nessa luta pela redemocratização do país. Então, além desses jornalistas, quero parabenizar também os professores que estão lutando por seus direitos e a todos aqueles que ousam reivindicar.

Eu sou Major da Reserva da Polícia Militar e lembro-me de que há dois anos, por não concordar com o que estava acontecendo na Segurança Pública do Estado, nós fomos submetidos a uma série de tratamentos que, à luz da Legislação, pelo menos à vista de muitos juristas, passou do abuso e chegou à tortura. Só para se ter uma ideia, foi baixada uma Portaria, dentro da Polícia Militar que autorizava tratar o preso administrativo, e os Senhores sabem bem o que é isso, pior do que se tratava um preso do Regime Disciplinar Diferenciado o RDD, que tem direito a banho de sol, mas pode ficar na prisão celular por 24 horas, num ambiente fechado, de pouco mais de dois metros quadrados. Isso aconteceu em nosso Estado, na nossa jovem Democracia, mas que ainda respira esse ar de Ditadura. Então, essa luta contra a Ditadura, contra a opressão, contra a injustiça, ainda não acabou, é uma constante.

O grande sociólogo, filósofo, Hobbes, na sua obra Leviatã, disse: “O homem é o lobo do homem”. Enquanto o homem estiver no poder, vai sempre tentar usurpar. Sempre vai tentar retirar do próximo os seus direitos mais básicos: o direito à liberdade, ao pensamento e à vida. Por isso, essa luta pela Democracia continua, ainda hoje, em 2011, no nosso país. Esta Casa hoje cumpre um papel importante, que é o de reconhecer aqueles que lutaram para que nós tivéssemos este espaço aqui e, desta tribuna, pudéssemos falar a verdade.

Então, eu gostaria de parabenizá-los e dizer que o Acre se sente orgulhoso por ter pessoas tão ilustres, que colaboraram com esse processo de redemocratização do nosso país. Para nós, como militares, é uma dupla satisfação. Digo-lhes que, ao contrário do senso comum, que acha que militar não respeita nem ama Democracia, dentro dos quarteis, nós temos pessoas que a amam, mas que, infelizmente, não a vivem e aqui no Acre é assim.

Aproveitando a passagem do dia oito de março quero saudar todas as mulheres do nosso Estado pela passagem do Dia Internacional da Mulher e dizer para as jornalistas, professoras, esposas e mães, que elas são muito importantes na construção deste novo Estado: sem fome, com liberdade e com a justiça que todos nós queremos.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Com a palavra o Deputado Eduardo Farias.

Deputado **EDUARDO FARIAS** (Líder do PC do B) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputada Marileide Serafim, a Imprensa, pessoas que acompanham essa Sessão nesta Casa e pela Internet, membros da Mesa, bom dia. Cumprimento o Coutinho, esse valoroso brasileiro que nos trouxe uma aula de história, de vida e de dor; o professor Raimundo Melo; o Senhor Adson Leite; o Secretário Henrique Corinto, que representa nosso Governador Tião Viana e o Deputado Ney Amorim, Secretário desta Casa.

Venho a esta tribuna em nome do Partido Comunista do Brasil, fazer uma breve saudação a esses valorosos brasileiros, acreanos, pela resistência democrática a esse período tão negro da história brasileira. Mas antes quero dizer que nós estamos aqui, nesta quinta-feira, como relatou o Deputado Moisés Diniz e talvez esta seja a única das várias Casas Legislativas deste país, onde está havendo Sessão após a quarta-feira de cinzas. E eu, como todo bom brasileiro, estou resguardado as suas convicções religiosas. É de fórum íntimo. Participei do carnaval da Arena da Floresta onde havia milhares de pessoas se divertindo, cantando com os amigos, com a família. Um carnaval com segurança, bonito e alegre, que reuniu a nossa população naquela que é a marca mais forte da cultura do povo

brasileiro, alegre, festivo, trabalhador, honesto e que vive, hoje, Senhor Coutinho, o maior período de legalidade, e de normalidade democrática na sua história republicana, que permite Deputado Wherles Rocha, que venhamos à tribuna falar daquilo que nos vem à convicção.

Não sou tão jovem. Na minha época de estudante, eu peguei o final da Ditadura, levei umas corridas da polícia e fiz algumas bandeiradas pedindo diretas já. Mas eu não ia falar disso aqui, Deputado Wherles Rocha, em respeito aos colegas convidados. E também sobre a prisão do companheiro, que o colocou na mídia como um grande herói, porém nada tem comparação com o que sofreram esses homens que estão aqui e foram vítimas de tortura, seria até desleal. Eles nos emocionaram com seus depoimentos. Dizer num país de normalidade democrática com uma das maiores democracias do mundo que nós vivemos num período comparável aquela escuridão que foi o Golpe Militar de 64 é inconcebível.

Quero pedir permissão ao Deputado Geraldo Pereira para tirarmos dos Anais desta Casa a palavra: “revolução” de seu discurso porque o que aconteceu foi um golpe na instituição democrática e no Governo constitucional de João Goulart que vinha fazendo reformas profundas e importantes para o país, quando foi golpeado por interesses externos.

Tenho reconhecimento da sociedade. Faço parte do Partido Comunista do Brasil e prezo muito esses pequenos detalhes, porque só quem viveu àquela época e teve que largar suas famílias e que pagou muitas vezes com a própria vida por seus ideais, sabe o que e não ter o reconhecimento da sociedade. Coutinho, permita-me chamá-lo de camarada! O nosso Almirante negro a quem você se referiu, morreu e não foi reconhecido como anistiado por este país. Somente quase cem anos depois da revolta da chibata que foi liderada pelo nosso almirante, aquela estátua lá no bairro 15 foi construída, mostrando o reconhecimento da sociedade brasileira. Precisou que um Presidente do porte, compreensão política e sensibilidade social como o Presidente Lula tomasse essa atitude para que a nação reconhecesse como herói e anistiasse o nosso almirante negro.

Portanto, venho a esta tribuna com muita emoção, porque conforme eu já disse, os ventos da liberdade nos permitem dizer aquilo que a nossa consciência manda. É um detalhe do Estado Democrático. Mas faço isso porque sei, felizmente, pela história que me ensinou com lutas e com histórias como desses homens que estão aqui, que os primeiros que caem quando a Democracia se esvaece, quando as liberdades somem, quando os direitos não são respeitados, são os comunistas. Essa palavra, inclusive, virou termo pejorativo, termo de denúncia, daqueles que, quando queriam menosprezar alguém diziam: “são comunistas” como se isso não quisesse dizer: vida melhor, liberdade e uma pátria mais justa para todos seus filhos. Portanto, camaradas Coutinho, Adson, professor Raimundo Melo, tenham aqui o mais profundo respeito do Partido Comunista do Acre com a luta dos Senhores, que representam esse momento belo e bonito da Democracia que vivemos hoje, que permite que possamos dizer: nos tivemos um belo Carnaval a altura da riqueza e da beleza do povo brasileiro. Muito obrigado pela história de vocês.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Com a palavra o Deputado Astério Moreira.

Deputado **ASTÉRIO MOREIRA** (Líder do PRP) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, minha Senhora aqui presente, demais pessoas que nos ouvem, eu quero cumprimentar o Senhor Adson de Souza Leite, ex-fuzileiro naval, e o professor Raimundo Lopes de Melo, meu bom amigo; eu estou com inveja do Stalin, mas uma inveja saudável, Stalin, pois eu gostaria que meu pai estivesse aqui também. Como é bom, meu Deus! Cumprimento o Senhor Paulo Novaes Coutinho, Presidente da União de Mobilização Nacional pela Anistia e o Senhor José Henrique, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado.

Quando o Deputado Moisés Diniz apresentou o Requerimento, na quinta-feira passada, meu sangue ferveu. Há assuntos muito fortes na nossa vida. Deputado Moisés Diniz, com todo respeito ao seu Requerimento eu gostaria de ampliá-lo para que seja também uma homenagem póstuma a todos aqueles que, aqui no Acre, no Araguaia, lá em São Paulo, no Recife, na Bahia e em qualquer lugar deste país, perderam as suas vidas nessa luta. O Nelson Gonçalves gravou uma música que diz assim: “Ah, jovens, pobres jovens se soubessem o que sei” Eu acho que é isso que está na memória dos Senhores. Ah, se os jovens soubessem como foram as experiências vividas pelos Senhores naqueles momentos tão difíceis.

Um dia, eu fui visitar o Desembargador Samuel Evangelista, na época ele era Presidente do Tribunal de Justiça, e ele disse: “eu tenho um presente para dar-lhe” E ele me entregou um livro que contém os Anais do Poder Judiciário acreano. “Ele disse: aqui está, em parte, a história de seu pai” E eu fui ler e descobri que no dia 25 de março de 1964, ele foi preso, lá



em Xapuri, dentro do Banco da Borracha, hoje Banco da Amazônia, pelo então Governador da Ditadura Militar, um capitãozinho. Os Coronéis assumiram os estados, mas esse tipo de capitãozinho, com todo o respeito que eu tenho pelos capitães, mas aquilo, meu Deus, doeu. Não dá nem para pronunciar o nome dele, levou um juiz à tiracolo no avião para Xapuri. O juiz decretou a prisão, e ele veio para o 4º BIS onde ficou preso seis meses, depois de tantas coisas. A casa dos meus avós no seringal Carmem, colocação Cachoeira foi invadida pelo Exército várias vezes durante a madrugada. Não se invade a casa de um homem durante a madrugada. Na cidade, a mesma coisa. E vieram os anos seguintes, quando eu vim saber o real sentido da perseguição de um regime no qual a estrutura do poder persegue e oprime, por isso a Ditadura é inaceitável.

Esse tempo não foi só de sofrimento, pois eu conheci pessoas maravilhosas nessa trajetória no meu ambiente familiar, como o General Oscar Passos, Alberto Sena, Laélia Alcântara, José Rui Lino, o Deputado Fleming, João Borborema, João Simão o saudoso Sabiá, que era funcionário desta Casa. Ele levava comida e cigarros para os que estavam presos no 4º BIS ou na cadeia lá, em Xapuri. Em São Paulo, eu conheci um jornalista chamado Antonio Baldino. O seu pai era da VTR e lidava com explosivos; era especialista em explosivos. Portanto, eu conheci pessoas maravilhosas durante esse período.

Eu lembro que nos últimos dias de vida da minha mãe, entre outros filhos, ela me escolheu para ser seu confidente. Eu não sei até hoje, o porquê disso, mas ela começou a me contar as histórias que haviam acontecido aqui no Acre e no Brasil. Uma mulher que nasceu no seringal e foi alfabetizada através da leitura da Bíblia. E ela me disse: “Meu filho, naquela época que seu pai foi preso, acusado de contra-revolucionário e processado com base na Lei de Segurança Nacional, ele tinha sido prefeito um ano antes. Depois, ele foi nomeado pelo Governador José Augusto de Araújo como Inspetor Agrícola. Então, ele reunia os produtores e os agricultores a pedido do Governador Brizola, que na época do Golpe foi para o Rio Grande do Sul, e na Rádio Guaíba pediu que o povo brasileiro resistisse ao Golpe. Ele também pediu a algumas áreas do Exército Brasileiro instaladas no Rio Grande e em Santa Catarina que também não aceitassem o Golpe Militar. E aqui no Acre algumas pessoas fizeram isso. Quando o seu pai foi preso em Xapuri, eu me lembro de que ao invés desse fato me trazer tristeza, isso me trouxe orgulho. Eu passei a noite quase toda jogando armas no rio Acre, balas de fuzil dentro das meias lá naquele porto da Asa Londrina. O rio Acre deve estar cheio de armas ali, porque era verdade.

Eu sempre soube que quando um homem é acusado injustamente, é melhor do que ser acusado justamente; mas nesse caso eu senti orgulho. Eu disse: Meu Deus, era verdade que ele estava organizando grupos para se levantar contra o Golpe Militar que trouxe tanta opressão, tanta tortura e tanta angústia ao povo brasileiro. Deputado Pereira, no dia em eu fui votar, agora, para Presidente da República, eu senti tanta emoção na hora de votar que só eu e Deus sabemos o que estou confessando agora, eu votei em Dilma Rousseff, porque eu lembrei de uma frase que ela disse: “ Eu não trago mágoas. O que passou, passou.” Foi torturada dentro de uma prisão. Não sei se foi no DOPS ou no DOI – CODI lá de São Paulo, do 2º Exército. Foi torturada. E eu disse: Meu Deus, eu estou votando aqui por uma história. Eu estou votando pela história de tantas pessoas que lutaram contra o Regime Militar. Uma Revolução covarde, de um Exército armado, atendendo interesses internacionais em cima de um povo totalmente desarmado.

Eu só lamento que hoje, vivemos numa Democracia, pois temos eleição para presidente de bairro, diretor de escola e, mesmo assim, todo mundo critica o Governo, fala, diz o que quer, ofende. Esqueceram que para ter liberdade é preciso ter também responsabilidade. Difamam, caluniam em nome de uma liberdade. Ah! Nós temos liberdade. Ontem mesmo disseram que este Parlamento hoje estaria fechado. O Parlamento está fechado? Dizem de nós: esse é um bando de não sei o que. Eu só lamento que a pior herança do Regime Militar ou de um regime de exceção é a transformação da maneira das pessoas pensarem. É criar na mente fortaleza, pensamentos que fazem com que as pessoas também ajam, assim. Tanto é que o resultado ainda hoje de torturas em Delegacias, de paus de araras que existiam até pouco tempo eram heranças do regime; do chefe da sua repartição oprimir, da violência doméstica. Isso é uma herança desse maldito regime de exceção, gerado pelo Golpe Militar.

Então, nós ainda vamos levar muitas gerações para poder sepultar tudo aquilo que está implantado no coração e na mente de muitos jovens, e que nós vemos o resultado hoje, em comportamentos e atitudes que nós lamentamos. Esse é um momento muito especial e que vai ficar registrado nos Anais desta Casa.

Eu gostaria de parabenizá-los pela oportunidade que tiveram, porque muitos tiveram, mas foram delatores, foram traidores e ainda achavam que estavam servindo à pátria, como o Lamarca. Eu estive lá no Vale do

Ribeira durante quatro anos. Lá mataram tantas pessoas, e ainda diziam: “eu estou matando-lhe em nome da Nação, de Deus e da família” Covardes! Covardes! Figuras que a história vai varrer. Lixo, Deputado Moisés, lixo. Aquilo é lixo. Eu não falo com mágoas, mas a história está julgando. Aqui, agora está havendo um julgamento da história desses fatos que ocorreram, como a morte de Valdemiro Esódino nas dependências da DOI - CODI em São Paulo e que ainda hoje o General Leônidas sustenta como suicídio, um covarde que prestou um desserviço á Nação! Os “pacotes de abril”, de Figueiredo e os “Senadores biônicos” estão sendo sepultados aqui pela história.

Eu quero ser breve e encerrar dizendo que os Senhores tiveram a oportunidade de servir ao Brasil e serviram muito bem. E ainda temos muita luta pela frente. Professor, eu gosto do Senhor, porque o Senhor não esmorece. Como o Senhor está bem! A luta continua, em busca de uma mudança na base econômica do nosso povo. Muita coisa melhorou, graças a Deus. O Brasil cresceu e melhorou. O que a gente está precisando é de memórias. É de aprender com a história para poder construir um futuro sólido.

Conheci muitas pessoas como: Almino Afonso, João Amazonas, Franco Montoro, e tantos outros que não eram do PC do B, não eram comunistas, mas no MDB, estavam juntos na mesma luta e com os mesmos ideais, antes da volta do pluripartidarismo. Eu conheci pessoas maravilhosas que foram de organizações que lutaram contra o Regime Militar. Isso é uma herança que ninguém me tira. E eu estou muito feliz por estar nesta tribuna e por ser de uma família que foi perseguida por aquele Regime.

Eu abracei uma outra revolução, do maior revolucionário da história, onde eu encontrei um caminho maravilhoso, de mudança, de transformação, de justiça social, de equidade, que é Jesus Cristo, o Revolucionário. Quem conhece e se aprofunda, sabe que essa revolução é permanente. Napoleão Bonaparte na Ilha de Santa Helena, ali sendo cuidado pelos ingleses, disse: “Tem coisas que eu não entendo. Impérios foram construídos, amalgamados sobre o sangue dos derrotados e vencidos. Mas há um homem na história que nunca pegou em uma espada, nunca entesou uma arma, nunca recorreu a uma lança. No entanto, construiu o maior reino que se tem conhecimento na humanidade, Jesus Cristo”.

Obrigado, Senhores!  
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Queremos parabenizar às colegas Deputadas Marileide Serafim, Antonia Vieira, A ntonia Sales e Maria Antonia; às esposas e irmãs dos nossos colegas Deputados; à dona Célia, esposa do nosso amigo Adson e às funcionárias da Casa, pelo dia 8 de março, dia dedicado às mulheres, parabéns a todas. Queremos convidar a Senhora Célia para fazer entrega do Certificado ao seu esposo, Senhor Adson de Souza Leite.

Convidamos a Deputada Marileide Serafim, para fazer a entrega do Certificado ao Senhor Raimundo Lopes de Melo.

Convidamos o Deputado Moisés Diniz, para fazer a entrega do Certificado ao Senhor Paulo Coutinho. Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

**12ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**

**Realizada em 15 de março de 2011**  
**Presidência: Deputado ELSON SANTIAGO**  
**Secretaria: Deputado FRANCISCO VIGA**

**PRESENTES:** Deputados Francisco Viga, Geraldo Pereira, Jonas Lima e Ney Amorim, do **PT**; Elson Santiago e Maria Antonia, do **PP**; Antonia Sales e Chagas Romão, do **PMDB**; Wherles Rocha e Antonia Vieira, do **PSDB**; Eduardo Farias e Moisés Diniz, do **PC do B**; Éber Machado e Edvaldo Souza, do **PSDC**; José Luis e Walter Prado, do **PDT**; Astério Moreira e Lira Moraes, do **PRP**; Manoel Moraes, do **PSB**; Gilberto Diniz, do **PT do B**; Helder Paiva, do **PR**; Denilson Segóvia, do **PSC** e Marileide Serafim, do **PMN**.

**AUSENTE:** Deputado Jamyl Asfury, do **DEM**.

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e, dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

**Requerimento n. 7/2011**, de autoria do Deputado **Walter Prado**, solicitando à Mesa Diretora, conceder Menção de Elogio aos servidores abaixo relacionados, pelo excelente desempenho ante as atribuições que lhes foram delegadas na Audiência Pública, realizada no dia 11 de março de 2011, no Município de Brasília: Doricélia Taumaturgo da Silva, Edilson Moreira Sampaio, João Luiz da Veiga Simão, Orleilson Melo Vieira de Lacerda, Paulo Luiz Rodrigues da Silva e Rosana Cruz Cavalcante;

**Requerimento n. 8/2011**, de autoria do Deputado **Chagas Romão**, solicitando à Mesa Diretora que seja realizado no Grande Expediente do dia 17, quinta-feira, uma homenagem ao Dia do DeMolay, o qual é comemorado anualmente no dia 18 de março;

**Requerimento n. 9/2011**, de autoria da Deputada **Antonia Vieira**, solicitando à Mesa Diretora que seja recebido no Grande Expediente do dia 16, quarta-feira, o Conselho Tutelar de Proteção às Crianças e ao Adolescente do Município de Sena Madureira, para tratar de assuntos indígenas;

**Indicação n. 11/2011**, de autoria da Deputada **Maria Antonia**, acompanhada de justificativa, solicitando à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Tião Viana, para que, através da Secretaria Estadual de Educação – SEE, possa providenciar a construção, ampliação e recuperação da Escola Estadual Pedro Antonio de Oliveira, situada na Comunidade República, área indígena, dos índios Nukini, Rio Môa, no Município de Mâncio Lima;

**Projeto de Decerto Legislativo n. 1/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Acrescenta dispositivos ao artigo 26 da Constituição Federal e dá outras providências”;

**Projeto de Decerto Legislativo n. 2/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal”;

**Projeto de Decerto Legislativo n. 3/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Altera o artigo 132 da Constituição Federal”;

**Projeto de Decerto Legislativo n. 4/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Modifica o artigo 198 da Constituição e o § 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais”.

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputado **ASTÉRIO MOREIRA** (Líder do PRP) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje gostaria de expor nesta Casa, algumas das ações da Comissão de Direitos Humanos, da qual faço parte, presidida pelo Deputado Walter Prado. Visitamos Brasília, onde estiveram presentes também os Deputados Wherles Rocha, Éber Machado, Jamily Asfury e a Deputada Marileide Serafim. Foi um trabalho muito proveitoso e o Deputado Walter Prado deverá relatar aos nobres colegas, o que realmente aconteceu nesse encontro.

Nessa reunião ficou patente uma denúncia muito grave feita pelo Promotor de Justiça de Brasília, amparado, naturalmente, por lideranças comunitárias e pela Prefeita Leila Galvão e também pelo Procurador da República que se fazia presente, dizendo que a região de fronteira daquele município está totalmente desguarnecida. Segundo o Promotor de Justiça, estão traficando toneladas de cocaína naquela área. Entretanto, nós já sabíamos que a região do Vale do Acre, Assis Brasil e Brasília são entrada de cocaína vinda do Peru e da Bolívia. E hoje, a Polícia Federal através de um processo de laboratório, tem como saber se a cocaína vem da Bolívia ou do Peru.

O Promotor, agindo por conta própria, chegou a conversar com o pessoal do 4º BIS, na fronteira, pedindo um patrulhamento na área, mas disseram que não era função constitucional do Exército Brasileiro. Então, ele fez um apelo dramático, pedindo que se dê atenção a fronteira que abrange Brasília, Eptaciolândia e Assis Brasil.

Recentemente estive no Departamento de Pando, onde conversei com a Prefeita Maria Lúcia e ela nos relatou que o Governo de Evo Morales está debatendo com as comunidades locais sobre a descriminalização do plantio de coca, porque atualmente ela só pode ser cultivada em Chapari, no alteplano, onde a coca tem uma tradição. No entanto, pela proposta do Presidente Evo Morales a coca poderá ser plantada em qualquer lugar da Bolívia. E já há, inclusive, uma linha de financiamento para o seu plantio nas regiões de Pando, Bene e em outros Departamentos. Isso quer dizer que o mundo inteiro será infestado de cocaína vinda da Bolívia, como também do Peru. Portanto, gostaria de sugerir, Senhor Presidente, uma Audiência Pública para tratar essa questão. Na verdade, estou transmitindo o desejo, das autoridades locais e da população de Eptaciolândia e Brasília.

Peço urgência na realização da audiência Pública para que se possa discutir com as autoridades, o Governo do Estado, a Polícia Federal e o Exército, juntamente com a comissão de Segurança desta Casa, não só em Brasília, Deputado Walter Prado, V. Exa. que é um delegado experiente sabe disso, mas também em Cruzeiro do Sul, porque são áreas estratégicas. Sena Madureira, Tarauacá e Feijó não fazem fronteira, mas uma parcela significativa de sua população está consumindo muita droga vinda da Bolívia.

Hoje, está estampada em todos os jornais da capital, a apresentação de um Plano de Segurança proposto pelo Governo do Estado. Mas não vejo como discutir Segurança Pública sem a participação desta Casa. Eu não compreendo como se elabora um plano como esse sem a nossa participação, como também das comunidades organizadas, das associações de moradores, de sindicatos, da sociedade civil organizada, da Segurança Pública, Saúde, Educação, porque as decisões têm que ser tomadas através de um consenso. Então, eu quero colocar essa proposta para a avaliação dos Senhores Deputados: a ida da nossa Comissão de Segurança para discutir na fronteira essa situação que é muito grave.

A violência em Rio Branco é resultado do tráfico de drogas. Em Brasília e Xapuri, o número de apreensões de drogas é assustador. E nós sabemos do excelente trabalho feito pelas Polícias Civil, Federal, Militar e Rodoviária Federal para coibir esse mal, mas é importante que este Poder se posicione e que saia na vanguarda de um plano de segurança eficiente, transparente, em que a comunidade tenha a sua participação.

Tivemos uma experiência que foi muito proveitosa com a Polícia Comunitária. Infelizmente, escolheram outro modelo, mas a proposta dos Conselhos de Segurança nos bairros ainda está posta, em que haja a participação de seus Presidentes, da Igreja Católica local, das escolas, dos agentes comunitários, dos assistentes sociais para que se discuta esse grave problema das drogas.

Prioritariamente, eu acho que o nosso papel aqui é discutir Segurança Pública em um nível maior, envolvendo não só o Governo do Estado, mas também a Polícia Federal e o Exército, porque lá os soldados só fazem exercícios físicos, jogam bola e dão manutenção às as armas, aos canhões para uma eventual guerra , mas contra quem Deputado Walter Prado? Enquanto isso, os traficantes estão pelas estradas velhas de Eptaciolândia que ligavam Rio Branco à Brasília, passando de carro, motocicleta, com cocaína para envenenar os nossos jovens, a nossa população.

(Sem revisão do orador)

Deputada **MARILEIDE SERAFIM** (Líder do PMN) – Bom dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que Deus possa estar nos abençoando e nos guiando com sabedoria e humildade em todas as nossas falas e no nosso dia-a-dia.

Hoje, eu quero falar de uma constatação que me entristeceu bastante, e que espero que a Secretaria de Estado de Saúde tome as devidas providências. Sábado, eu estava no Município de Senador Guimard participando de uma bonita festa em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e, por volta das 20 horas, uma criança de aproximadamente nove anos passou mal e foi conduzida ao hospital. Chegando lá, um funcionário disse que ela não poderia ser atendida porque a diretoria do hospital não havia feito a escala e o médico que estava de plantão havia saído às 19hs, portanto, não seria possível atendê-la. Entretanto, se o caso fosse grave, a criança seria transportada na ambulância da UPA até Rio Branco. Creio que a Secretária de Saúde, que nós conhecemos muito bem, irá tomar alguma atitude para que isso não volte a acontecer, porque casos como esse podem macular a imagem do Governo.

Quero pedir ajuda aos Deputados Moisés Diniz, Geraldo Pereira e Eduardo Farias, para resolver uma situação de Senador Guimard. Em 2008, a Bancada Federal do Acre, destinou uma Emenda ao Incra para a aquisição de patrulhas mecanizadas que seriam usadas na construção de 1.200 km de ramais no Município de Senador Guimard. Dos vinte milhões de reais destinados para esse fim, dois milhões de reais saíram dos cofres do Governo do Estado e o Deracre só realizou 50% do trabalho, que deixou muito a desejar. E para surpresa da população de Senador Guimard, as patrulhas mecanizadas foram desviadas para Xapuri e, hoje, os produtores rurais se reuniram em frente ao Deracre para fazer uma manifestação solicitando que o Governador, que tem uma visão soberana do nosso Estado, não deixe de forma alguma que isso aconteça.

A Frente Popular não vai querer entregar a Prefeitura da capital e nem o Governo do Estado para a Oposição, mas para que isso não aconteça é preciso que haja desenvolvimento, liberdade, alimentos e justiça social neste Estado, como estava escrito na proposta do Governador Tião Viana, a qual aprovamos. No entanto, já se passaram mais de noventa dias de gestão deste Governo e isso não se comprovou, mas eu acredito no meu Governador, porque sou acreana e ele, hoje, é a nossa maior autoridade e não vai, de



forma nenhuma, permitir que Secretários não cumpram aquilo que S. Exa prometeu para o povo, que é o desenvolvimento. Portanto, tenho certeza de que ele colocará essa patrulha mecanizada em funcionamento em Senador Guiomard, para que os 1.200 km de ramais sejam recuperados e que a produção daquele município possa ser escoada e chegue à mesa da nossa população a um preço mais acessível.

Senador Guiomard tem um solo muito fértil e os agricultores daquele município querem tão somente produzir, portanto, precisam que seus direitos sejam respeitados. Sendo assim, eu peço ao Deputado Moisés Diniz que venha se juntar a nós para resolvermos esse problema.

Eu creio na proposta e na vontade deste Parlamento e do nosso Governo do Estado para que possamos ter dias melhores. Um abraço aos nossos jornalistas que tão bem vêm nos ajudando a conduzir os nossos trabalhos.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WHERLES ROCHA** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, hoje eu ocupo esta tribuna, para falar da Assembleia dos Militares, que ocorrerá na próxima quinta-feira, às 18h, no auditório da Escola Armando Nogueira. Os policiais militares e bombeiros estão em campanha, buscando valorização salarial.

O Governo do Estado ficou de nos receber para tratar sobre esse assunto no início deste mês de março, mas, infelizmente, nós já estamos na metade do mês e o Governo ainda não tomou a iniciativa de nos receber. Por isso, os militares decidiram promover uma assembleia geral, para levantar alguns questionamentos com a sua categoria.

O Deputado Astério Moreira levantou a problemática da segurança na fronteira. E quero dizer ao nobre colega que, ontem, eu estive em Sena Madureira que não está diferente de Brasiléia. Mas eu acho que uma forma de melhorar esse problema da segurança pública é valorizando os profissionais que temos hoje, que são os militares e bombeiros, com cargas horárias que ultrapassam noventa horas semanais e o que inclusive, fere a própria Constituição Federal, que estabelece uma carga máxima de quarenta e quatro horas semanais. Então essas categorias, hoje, buscam o reconhecimento e a valorização. Neste sentido, eu gostaria de pedir o apoio desta Casa para esta luta dos militares que querem melhoria em seus salários e, consequentemente, melhorará a segurança pública do nosso Estado.

Hoje, a segurança pública é um dos três pilares da administração de um Estado. Mas nós temos problemas na Educação, Saúde e Segurança; isso é o caos que qualquer Estado brasileiro enfrenta e no Acre, não seria diferente. Aqui nós temos um diferencial, como o Deputado Astério Moreira falou, nós fazemos fronteira com um dos maiores produtores de cocaína do mundo, não é isso Deputado? Então, nós precisamos reconhecer quem realmente trabalha, combate as drogas e dá a vida para defender o povo acreano, que são os policiais militares e os bombeiros, que combatem incêndios e defendem a sociedade, porque enquanto nós dormimos, eles estão patrulhando as nossas ruas.

Portanto, quero ressaltar que na quinta-feira, às 18h no Auditório da Escola Armando Nogueira, haverá uma grande assembleia com todos os militares da capital e dos municípios circunvizinhos para discutir a pauta de negociação com o Governo. E eu espero que o Governo tenha a sensibilidade e passe a tratar os servidores militares com o respeito e a dignidade que eles merecem. E que não faça como o Governo anterior, que ficou protelando e quando os militares manifestaram o seu descontentamento, a sua insatisfação, respondeu com cadeia. Então, eu espero que o Governo, desta vez, tenha sensibilidade e atenda os servidores militares.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDUARDO FARIAS** (Líder do PC do B) – Bom dia, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente Helder Paiva, Deputado José Luis, 2º Secretário desta Casa, Deputados e Deputadas, Imprensa, pessoas que nos assistem aqui no Salão do Povo, nas dependências desta Casa e os que são acompanhados pela Internet, eu venho aqui nesta tribuna relatar sobre uma Audiência Pública, para a qual eu fui convidado, para tratar da proposta do Código Florestal Brasileiro. Na oportunidade, acompanhamos o Deputado Aldo Rebelo, Deputado Federal do PC do B de São Paulo que é o relator da Matéria na Câmara Federal, que tem causado muitos debates no Brasil. Aqui mesmo, nesta Casa, nós já tivemos aspectos ou condições que a atual legislação impõe e que já foram fruto de críticas com relação as multas aplicadas pelo Ibama e pelo IMAC, no que se refere as questões agrárias do nosso Estado. Portanto, é um debate que atinge o país inteiro e, sem dúvida nenhuma, esta Casa não pode ficar alheia a esse tema tão importante.

Esse Código Florestal, publicado em 1965, desde então sofre mudanças através de todos os tipos de mecanismos legais que se possa pensar, desde medidas provisórias a decretos. E, pasmem, inclusive,

instruções normativas, Deputado Walter Prado, foram usadas para modificá-lo. De forma que se construiu um monstrego que, hoje, tanto protege o meio ambiente, às vezes, de forma trapuniana e de forma bastante severa pune quem trabalha neste país.

O Deputado Aldo Rebelo tem conduzido esse debate no país inteiro da forma mais responsável e mais coerente que se pode esperar de um relator de um Projeto que trata de um tema que envolve tantas questões neste país. Para que V. Exas tenham uma ideia, sobre toda essa discussão que se criou hoje, do ponto de vista que esse relatório não deveria ser mexido, deveria permanecer como está, se o ex-Presidente Lula não tivesse adiando uma das medidas provisórias até 2011, até que o código fosse aprovado, 90% das propriedades rurais deste país, inclusive produtivas, mesmo de agricultura familiar ou do agronegócio, estariam à revelia da Lei. Por esse motivo, alguns Deputados vieram relatar abusos de fiscais do Ibama porque essa legislação está fora da realidade brasileira. O que existe, muitas vezes, são outros interesses no sentido de barrar o avanço das forças produtivas do nosso país. Como se pode imaginar a competição da agricultura brasileira que, hoje, é uma das principais pautas de exportação do nosso país, competindo com uma agricultura altamente subsidiada da Europa e EUA? Mas assim mesmo nossa agricultura ainda é competitiva. Imaginem se não tivéssemos amarras como temos hoje, do ponto de vista legal, para a nossa produção! Portanto, o que esse Código faz é liberar a produção brasileira, nós não podemos ver agricultores da Europa e EUA recebendo estímulos para que produzam e em nosso país, vermos desestímulo, multas, perseguições e uma série de entraves no intuito de que o crescimento da produção brasileira não aconteça. Imaginem, portanto, o celeiro produtivo que será este país a partir do momento que esse Código for aprovado.

O que nós tivemos lá em Boca do Acre, portanto, foi a prova material de que a sociedade brasileira se interessa por este tema e vem acompanhando e deseja que haja melhorias. Lá estavam presentes, Senhor Presidente, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares, pecuaristas, médios e grandes produtores numa única vez, pedindo e mostrando a necessidade de uma revisão no Código Florestal e da aprovação de um código que seja ao mesmo tempo protetor das nossas reservas ambientais, mas que também não travasse a produção brasileira. Tivemos o apoio dessa comunidade que é uma amostra de tudo aquilo que vem acontecendo no Brasil.

Eu conversava com o Deputado Aldo Rebelo e ele me contava das experiências que teve nas várias regiões do Brasil no tocante ao debate desse Código Florestal. Todas as pessoas foram unânimes em dizer da necessidade da mudança desse Código. Portanto, eu quero aqui encerrar, dizendo a esta Casa que nós precisamos estar atentos a este debate, nós precisamos acompanhá-lo, sob pena de nenhum Deputado ter mais autoridade de vir a esta tribuna para reclamar de um fiscal do Ibama ou do IMAC, quando perde a oportunidade de opinar e de também colaborar com a discussão fundamental sobre a questão agrária desse país. Muito obrigado Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputada **ANTONIA VIEIRA** (PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu hoje venho a esta tribuna falar sobre um assunto já abordado aqui nesta Casa pelo Deputado Denilson Segóvia e outros Parlamentares. Ontem nós participamos de uma reunião com o Conselho Tutelar de Sena Madureira e seus representantes nos apresentaram um relatório sobre a situação dos índios que se encontram ali.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos pedindo às autoridades competentes do Estado, do Governo Federal e Prefeitura de Sena Madureira que resolvam a situação daqueles índios, porque as condições mostradas neste relatório são tristes. Depois eu vou passar uma cópia para todos os Deputados para que os Senhores vejam a situação: são crianças embriagadas, índios virando as caixas de lixo, perambulando pelas ruas da nossa cidade. E o que eu acho pior, desumano, é a moradia deles, às margens dos rios, em cabanas improvisadas.

Ontem eu disse ao Deputado Moisés Diniz, que estava numa reunião com o Conselho tutelar e pedi-lhe que viabilizasse uma oportunidade para que a Assembleia recebesse os seus representantes. Entrei com um Requerimento e peço o apoio desta Casa neste sentido. Vamos defender esta causa de Sena Madureira! Essa não é uma bandeira apenas da Deputada Antonia Vieira ou do Deputado Denilson Segóvia, mas de toda a Assembleia Legislativa. Sena Madureira precisa de melhorias nas áreas da Saúde, Infraestrutura, Educação e agora, a questão dos indígenas, porque são humanos e nós temos que reverter essa situação.

Deputada Marileide Serafim, V. Exa. expôs bem a situação de Senador Guiomard aqui e a Senhora também é Deputada de Sena Madureira. Vamos dar as mãos! Vamos nos juntar para resolver a situação da comunidade indígena, que hoje está uma calamidade. Eu estou aqui para defender o

Estado e especialmente o meu Município Sena Madureira e região, que envolve Manuel Urbano e Santa Rosa, municípios que vêm sendo esquecidos pelos órgãos competentes.

Amanhã, Senhor Presidente, estará aqui uma comissão do Conselho Tutelar e eu tenho certeza de que desse encontro nós vamos tirar o encaminhamento para resolver essa situação da mesma forma que recebemos aqui aqueles alunos e resolvemos suas questões.  
(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu quero falar sobre as patrulhas que atendem o projeto PAD Peixoto em Senador Guiomard e Plácido de Castro que estão no pátio do Deracre, e algumas máquinas que não fazem parte dessas patrulhas estão na AC-40.

Eu tive contato com o pessoal da Agricultura, do Deracre e do movimento social de Senador Guiomard, Deputada Marileide, e me coloquei à disposição para realizar um encontro naquele município, com a presença do Sindicato dos trabalhadores, da sociedade em geral para dialogarmos e resolvermos, de forma tranquila, essa situação, até porque, ainda temos tempo. Estamos no final de março e as máquinas estão em processo de revisão e de recuperação. Então, o período de inverno é aproveitado para isso. Novamente nos colocamos à disposição para fazer essa reunião com os trabalhadores de Senador Guiomard, a fim de procurarmos uma solução para as suas demandas. No entanto, se os trabalhadores quiserem vir à Assembleia nós também os receberemos aqui.

Quanto a Assembleia Geral da Polícia Militar, eu gostaria de perguntar ao Deputado Wherles Rocha, já que V. Exa. convidou os Deputados, se podemos participar? Então, eu irei.

Também quero falar de um tema que saiu nos jornais e que estranhamente não houve repercussão nesta Assembleia, o que até me surpreendeu, que foi a questão da empresa Eliseu Kopp, denunciada por estar envolvida, nos Estados de Minas Gerais e São Paulo num esquema de propina e com altas falcatruas, ou seja, uma verdadeira roubalheira.

Essa empresa também presta serviços no Acre, pois ela participou de um processo licitatório, mas o prazo dela encerra-se dia 31 de março e o Governador já determinou que não haverá aditivo, não haverá prorrogação de contrato, e sim uma nova licitação no que diz respeito à questão dos radares. Portanto, a empresa Eliseu Kopp deixará de atuar no Acre a partir de 31 de março. Em relação à roubalheira de São Paulo e Minas Gerais é um problema que o povo de lá vai resolver.

O Governo do Acre já determinou a suspensão de todos os radares móveis, pois havia uma reclamação generalizada da população. Eles já foram retirados. Então a pedido do Governador eu estou dando essa explicação.

Muito obrigado.  
(Sem revisão do orador)

GRANDE EXPEDIENTE

Deputada **MARILEIDE SERAFIM** (Líder do PMN) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Deputada Antonia Vieira, de Sena Madureira, sabe que durante oito anos nós acompanhamos a comunidade indígena e isso é uma situação que vem perdurando por muitos anos. Não há dinheiro que chegue do Governo nem da Prefeitura para que possamos resolver por definitivo essa situação. Esses indígenas adquiriram o hábito de saírem das suas comunidades e se instalamem no município.

Quando a Deputada Antonia Vieira era Prefeita e eu trabalhava no IMAC, daquele município, por diversas vezes V. Exa. colaborou com o Governo do Estado, para que pudéssemos fazer um trabalho mais agradável e confortável à comunidade indígena. Essa situação é responsabilidade de todos os Parlamentares e do Governo Federal, onde eu vejo que há falhas. A Funai não tem atuado, aliás, nunca atuou em Sena Madureira. Isso é lamentável. A Funai também não contribui muito no aspecto da Saúde e nós ficamos muito tristes com essa situação.

Fizemos uma operação juntamente com o Deputado Walter Prado. Não sei se V. Exa. se lembra da situação que ocorria, da prostituição do consumo de bebida alcoólica, do próprio álcool mesmo, por crianças e menores. Essa situação ainda continua, é séria, porque coloca em risco a saúde de muitas crianças e, às vezes, ocorre parto à margem do rio. Acredito que é necessário realizarmos um movimento e que a esfera federal tome conhecimento e venha resolver, pois do contrário vamos sempre criar os filhos dos outros. Essa solução é de competência do Governo Federal, através da Funai.

Então, espero que possamos fazer esta Indicação para reforçar a questão dos indígenas junto ao Governo Federal. Muito embora esteja no nosso Estado, no nosso município e possa nos incomodar, pode contar com

meu apoio, pois esta situação também me incomoda e muito. Somos todos irmãos e precisamos colaborar. E que a Funai e Funasa realmente venham assumir suas funções.

Deputada **ANTONIA VIEIRA** (PSDB – EM APARTE) – Deputada Marileide Serafim, a questão indígena, hoje, é de competência do município, pois em Sena Madureira, cai mensalmente nos cofres da Prefeitura, R\$ 81.000,00 para esse fim. Também é competência do Estado e do Governo Federal. E como nós falamos, deve haver uma parceria, porque é uma causa do Estado do Acre e então tem que ter essa união entre Governo do Estado, Prefeitura e Governo Federal. E estamos aqui para defender isso.

Deputada **MARILEIDE SERAFIM** (Líder do PMN) – Eu sei Deputada, entendo e reconheço isso, porém cabe a nós uma fiscalização e é isso que devemos fazer, os recursos federais não estão sendo aplicados. Isso podemos fazer juntos, como Parlamentares. Verificar, junto à Prefeitura de Sena Madureira, esses recursos estão sendo destinados. Mas, o Governo Federal precisa exercer seu papel maior e cobrar isso do administrador, do gestor público, pois ele está deixando a desejar. Acho que há muito tempo, desde o fim da sua gestão, Deputada, a Prefeitura não cumpre seu papel, ou seja, não aplica os recursos federais de acordo com o que deve ser feito.  
(Sem revisão do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, depois de muitos dias afastada dos nossos debates e dos nossos trabalhos, aos quais já estamos acostumados, não é, Deputada Marileide? Quero trazer a esta Casa os problemas e os anseios da nossa população.

Já passou o período carnavalesco, Deputado Wherles Rocha, todos já se divertiram, graças a Deus que em Cruzeiro do Sul não aconteceu nenhuma violência, foi o melhor Carnaval que nós tivemos. Tudo transcorreu na santa paz, graças a Deus. Senhores Deputados, foi muito comentado neste Carnaval a atuação do navio hospitalar, o qual foi comprado pelo ex-Governador Orleir Cameli para servir aos ribeirinhos do Vale do Juruá. Na verdade, a missão desse navio era para prestar atendimento às pessoas que não conseguem ser atendidas pelos servidores que trabalham nos hospitais, pois estes não podem se deslocar para a zona rural e deixar descoberta a zona urbana dos municípios.

Nós tivemos reclamações de todos os tipos a respeito do atendimento no navio hospitalar. Também recebemos uma denúncia do Vereador do Município de Porto Walter, onde o navio hospitalar ancorou e distribuiu setenta fichas para realizar atendimentos. Essa quantidade não dá para atender as pessoas que vivem na zona urbana, quanto mais aquelas que vivem às margens dos rios e igarapés, porque às vezes numa comunidade pequena tem muito mais de setenta pessoas. Além disso, das setenta fichas distribuídas, eles só atenderam trinta pessoas. E desceram o rio sem nenhuma justificativa. Quando chegaram ao Município de Marechal Thaumaturgo, no rio Juruá, o Prefeito pediu que eles fossem atender lá, pelo Restauração e em outros rios, onde há mais dificuldades, pois são muito mais distante da zona urbana de Marechal Thaumaturgo. Aí, eles atenderam em um só lugar e ao voltarem não atenderam os moradores da zona urbana do referido município. Então, esse trabalho deixou muito a desejar. E como se fosse pouco eles continuaram descendo, e já quase no fim do Carnaval, eles chegaram em Cruzeiro do Sul, e ancoraram no porto e um bocado daqueles que trabalham no navio se vestiram de mulher e foram pular o Carnaval.

Então, é para isso que estão utilizando esse navio hospitalar, o qual vem exatamente na época de Carnaval; para pular e fazer “pouco” da população do Juruá. Como se não bastasse, isso foi pago com nosso dinheiro, com dinheiro do Estado e ainda não se compadecem do sofrimento daqueles descamisados que vivem lá, no Alto Juruá, agüentando mosquitos no pé do ouvido. Olhem, a atuação dessa gente é uma maneira de burlar os direitos e ainda fazem “pouco”. O Comandante também deve ter vestido uma saia e dito que o nível do rio estava muito baixo, por isso que desceram. Deputada Marileide, quando V. Exa. vê o rio cheio na zona urbana do Município de Sena Madureira é porque lá, em cima está muito mais cheio, porque ele represa. E quando nas suas cabeceiras está cheio principalmente com as chuvas sobem o nível dos rios. E justamente esses rios são afluentes do Juruá. Então, quer dizer, não impedia eles passarem em Marechal Thaumaturgo e atenderem o maior número de pessoas que fosse possível, bem como em Porto Walter, Rodrigues Alves e Cruzeiro do Sul. Acontece que esse povo só vem em época de Carnaval, Deputada Marileide, pois já vem com essa finalidade.

Olhem o que dizem todos os jornais de Cruzeiro do Sul, e não vão dizer aqui, que é mentira. Eu vou ler o que está escrito aqui: “Enquanto centenas de ribeirinhos que residem ao longo do rio Juruá morrem à míngua por falta de atendimento médico, aquele que poderia ser o socorro fica ancorado no porto de Cruzeiro do Sul com sua tripulação de equipe médica,



vestindo trajes feminino, enchendo a cara de cerveja, fazendo gracinhas, algazarras a ainda foram invadir o estabelecimento de um comerciante que registrou a denúncia na delegacia de polícia”. Então, esses fatos não podem acontecer.

Senhor Presidente, eu faço aqui um apelo, para que esse navio que é nosso, mas que foi estendido para Marinha em Belém do Pará, se ele não é para vir trabalhar, que vá pular Carnaval lá, em Belém do Pará ou então quando vir aqui, na época de Carnaval que venha para realizar seu trabalho.

(Sem revisão do orador)

Deputado **GERALDO PEREIRA** (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, membros da Mesa, estou ocupando a tribuna hoje para compartilhar com todos uma visita que foi realizada na sexta-feira passada na companhia dos Deputados Moisés Diniz, nosso Líder do Governo; Lira Morais e que também foi prestigiada pelo Governo Tião Viana.

Fomos inaugurar mais uma rede de transmissão do Programa Luz Para Todos, na comunidade do seringal Bagaço, que fica próximo a Rio Branco e estava desde o início do lançamento deste Programa, esperando que a energia chegasse àquele local. Foi uma grande vitória daquela comunidade onde agora toda sociedade pode usufruir das tecnologias disponíveis, pois não era possível utilizar um simples liquidificador, mas agora, Deputada Marileide Serafim, graças a Deus, aquela e toda a área adjacente podem desfrutar desse bem tão importante, que é a energia.

As pessoas que têm diabetes e pressão alta consumiam comidas salgadas, e não podiam armazenar legumes e sua produção rural, pois não tinham refrigerador, mas isso agora é passado. Inclusive, as pessoas passam a integrar e conhecer melhor o mundo através da comunicação.

Então, foi mais uma vitória do Governo do PT, do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma, e agora do nosso Governador Tião Viana. Tudo isso começou aqui no Acre, com o ex-Governador Jorge Viana. Esse é um grande avanço e nós vamos estar chegando com esse programa em todos os locais do Estado. Esse é um compromisso do Governador Tião Viana.

Mas há outro fato importante a ser noticiado: este ano, a relação entre pessoas empregadas e desempregadas, o acumulado dos dois primeiros meses do ano, já está na ordem de 432.830 empregos formais. Essa é mais uma vitória do povo brasileiro e do Governo do PT, através de uma política começada pelo Presidente Lula e agora mantida pela Presidente Dilma Rousseff. Portanto o Brasil, nos dois primeiros meses gerou mais de 432 mil empregos novos. É esse o saldo positivo, se traçarmos um paralelo entre os que ficaram desempregados e os que foram empregados. Este Estado também empregou bastante em virtude dos grandes investimentos que estão sendo feitos, apesar do inverno .

Quero dizer a Deputada Antonia Vieira, que estamos acompanhando também a questão dos indígenas de Sena Madureira e é uma preocupação nossa dar melhor condição de vida para aquela comunidade.

Com relação à comunidade de Senador Guiomard, Deputada Marileide Serafim, tenha certeza de que estaremos acompanhando a evolução desses fatos e que nós, do PT e o Governador Tião Viana também temos uma preocupação muito grande com toda aquela comunidade. Tanto o Estado, quanto a Prefeitura de Rio Branco têm dificuldades financeiras. O Prefeito Raimundo Angelim vem fazendo todos os esforços possíveis para manter o nível de qualidade dos serviços públicos oferecidos a nossa comunidade.

Lamento dizer-lhe Deputado Wherles Rocha, que durante a greve dos servidores públicos municipais, compareceu um cidadão chamado Rui Birico, militante do seu partido, que não tem competência para ser servidor público, e foi em frente ao prédio da Prefeitura e ocupou o microfone, que deveria ser utilizado pelos funcionários públicos que estavam reivindicando melhores condições de salários e chamou o Prefeito de ladrão. O Prefeito Raimundo Angelim é um homem honrado e muito conhecido, inclusive a sua família não merece ser atacado em alto e bom som como uma pessoa desonesta. Fica aqui esse registro de repúdio ao PSDB.

Deputado **WHERLES ROCHA** (Líder do PSDB – EM APARTE) – Deputado Geraldo Pereira, eu não tenho procuração para defender o Rui Birico, e mesmo que tivesse não defenderia esse tipo de conduta, mas gostaria de ressaltar que essa não é uma atitude do PSDB, mas de um militante. Quero lembrar também que há muito tempo vários integrantes do partido de V. Exa. chamavam várias autoridades do Estado de ladrões, traficantes e outras coisas mais. Lavavam escadarias, num desrespeito inclusive aos órgãos públicos. E que essas atitudes, tenho certeza, não tinham o aval do partido. Eram pessoas que, individualmente, desrespeitavam as autoridades e instituições públicas. Então, não estou aqui

defendendo o Rui Birico, pelo contrário. Acredito até que o Prefeito Raimundo Angelim, pessoa que conheço, merece respeito, mesmo sendo Oposição e não concordando com a sua forma de gestão, mas acredito que tem que haver o respeito. Só quero que V. Exa. retire da sua fala a questão do PSDB, porque é uma ação individual, foi uma ação de um militante, não foi o partido. Gostaria de lembrar que por várias vezes o Partido de V. Exa. chamou pessoas de ladrões e traficantes e hoje essas pessoas estão no bloco, são aliados. Quero registrar e dizer que a atitude foi individual.

Deputado **GERALDO PEREIRA** (Líder do PT) – Portanto, houve esse fato grave envolvendo uma pessoa irresponsável, que usou o microfone do movimento sindical, quando os servidores se organizavam para reivindicar suas melhorias salariais. Mas realmente é um ato de irresponsabilidade de uma pessoa que não está credenciada, porque não tem a competência para ser servidor público e principalmente, para estar acusando uma pessoa honrada.

(Sem revisão do orador)

Deputada **MARIA ANTONIA** (Líder do PP) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom dia aos visitantes no Salão do Povo Marina Silva, a Imprensa e a todos desta Casa. Há duas semanas, apresentei um Projeto de Lei propondo ao Governo a instalação nos parques públicos e áreas de lazer de brinquedos específicos para as crianças portadoras de necessidades especiais. (LENDO A JUSTIFICATIVA)

Então, ao percorrer as áreas de lazer de Rio Branco e os parques espalhados por toda a cidade, percebi que os locais não estão adaptados para essas crianças especiais, não vi um único brinquedo para que exerçam atividades, ou seja, brinquedos que possam ser utilizados por elas.

Portanto, peço ao nosso Governador que juntamente com sua equipe de assessores, tenha um carinho especial por essas pessoas portadoras de necessidades especiais, para que elas também sintam-se contempladas pelo Poder Público.

Segundo estatísticas, 14% da população brasileira é composta de portadores de necessidades especiais. Então, tenho certeza de que as autoridades competentes, instalarão brinquedos adequados nestes locais.

Muito obrigada.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WHERLES ROCHA** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero nesta tribuna abordar um assunto que foi destaque no Fantástico de domingo; refiro-me à indústria das multas de trânsito que teve repercussão na Imprensa local.

Desde a época da contratação da empresa KOPP, aqui no Acre, ela já rendeu bastantes polêmicas e debates nesta Casa. E mais uma vez o tema está em pauta. Eu não quero fazer acusações, mas eu gostaria de alguns esclarecimentos sobre alguns fatos que hoje começam a ficar mais transparentes tais como: a empresa KOPP foi contratada para fazer o monitoramento eletrônico no trânsito de Rio Branco durante a gestão da Dra. Arlete Guimarães, diretora do Detran. Coincidentemente, o contrato foi assinado no dia primeiro de abril de 2006, que todos já sabem que é uma data, digamos, inusitada. Não é Deputada Antonia? Naquele momento o debate aqui foi grande. Questionava-se a assinatura desse contrato, pois uma das partes conveniadas era titular do órgão do Detran, além de ser filho da diretora. Fatos como esse precisam ser melhor esclarecidos pelo Governo. Como pode um órgão público, firmar um contrato com o próprio filho do gestor? Será que foi favorecimento? Hoje a KOPP está no noticiário nacional como participante da máfia. Será que essa ilegalidade aconteceu só lá no Sul, ou também no Acre? O povo quer saber, pois merece uma explicação. Houve dinheiro público envolvido?

O contrato firmado com a KOPP, em 1º de abril de 2006, sofreu quatro aditivos. Segundo o jornalista Altino Machado, o valor arrecadado do povo acreano já ultrapassa a cifra de 10 milhões de reais. É lógico que isso causa insatisfação; o próprio Líder do Governo reconheceu que o povo está insatisfeito com o excesso de radares e com a máfia das multas instalada aqui, que foi denunciada pelo então Deputado Luis Calixto. E tem mais, essa empresa tem consignado, para receber do Estado, um milhão e oitocentos mil reais, dinheiro este que saiu do bolso do povo acreano, e isso precisa ser esclarecido.

Segundo a matéria do jornalista Altino Machado, no quarto aditivo não menciona o valor do serviço de locação, mas a KOPP recebeu em fevereiro mais de 171 mil reais a esse título. Então, esses detalhes precisam ser investigados. Se essa empresa está envolvida com desvio de recursos do povo brasileiro lá do Sul, será que não está com o povo do Acre? Nós queremos saber e eu acho que o Governo do Estado tem a obrigação de explicar esses fatos e mostrar o contrato. Houve ou não ilegalidade? O que está havendo? Para aonde está indo esse dinheiro? Porque naquela época, aqui se dizia que o KOPP ficava com uma boa parte do dinheiro que era

arrecadado. E eu lembro de ter ouvido o Deputado Luis Calixto dizer isso aqui na tribuna. Ora, se ela fica com uma parcela seria interessante que ela tivesse mais radares, para arrecadar ainda mais. Todos viram na matéria de domingo que a prática da empresa é dividir o recurso; pagar comissão, como eles chamaram lá, a propina e isso precisa ser esclarecido.

Acredito que nós, Parlamentares de Oposição, se o Governo não tomar a iniciativa, temos que nos mobilizar e pedir uma investigação. Esta Casa tem que tomar a frente e investigar o que está acontecendo com o dinheiro do nosso povo, já que existe uma insatisfação, como o Deputado Moisés bem colocou. O nosso povo está insatisfeito, principalmente agora, com essa notícia de que o dinheiro, provavelmente, estava sendo desviado, porque a KOPP é envolvida em bandidagem. Certamente esse dinheiro está sendo desviado. Talvez esta Casa devesse, através de uma CPI, investigar o que de fato aconteceu. Trazer os fatos para o nosso povo à luz da verdade, proporcionando tranquilidade e a certeza de que o dinheiro que foi arrecado, compulsoriamente, através das multas, foi bem empregado na sinalização ou no quer que seja, mas o povo precisa saber.

Então, eu acho que a Oposição tem que se manifestar nesse momento. Eu já conversei com a Deputada Antonia Sales e com o Deputado Chagas Romão, dos quais tive apoio e se o Governo não vier a público explicar, trazer o contrato, dizer a destinação desse recurso, nós vamos propor uma CPI, para apurar o que de fato aconteceu.

Ontem eu estive em Sena Madureira, nas barrancas do Rio Iaco, como a Deputada Antonia Vieira já falou. Lá existem duas etnias: os Kaxinawas e os Kulinas, que estão lá há vários meses. Vieram para fazer um curso de professor e o Estado sequer ofereceu-lhes um local para se hospedarem. Por isso, eles estão dormindo, há mais de dois meses, crianças, velhos, nas margens do Rio Acre, entre um amontoado de lixo. Estão lá, todos podem ver. Estão em taperas improvisadas.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu não imaginava que o Deputado Wherles Rocha fosse pisar na casca de banana que eu joguei para ele. A Eliseu Kopp participou e ganhou uma licitação que foi publicada em Diário Oficial e agora no dia 31 de março encerra o contrato. O Deputado já começou a ficar nervoso, mas eu quero dizer que não há nenhuma denúncia de corrupção contra esta empresa aqui no Acre.

Considerando que esta empresa está até o pescoço envolvida em corrupção, propinagem, falcatruas nos governos deles em Minas Gerais e em São Paulo, o Governo do Acre decidiu não prorrogar e não aditar o contrato. Então no final de março será suspenso o contrato com essa empresa.

Quem assistiu a matéria do Fantástico viu a denúncia de propinagem, de corrupção, de ladroagem, de malandragem e de malversação em São Paulo e no Rio Grande do Sul, Estados que são administrados pelo PSDB.

Sobre a questão dos índios em Sena Madureira, eu gostaria que ao encerrarmos os trabalhos, nós decidíssemos o dia em que a nossa Comissão irá fazer a visita, conforme eu tinha me comprometido, Deputadas Toinha Vieira e Marileide e Deputado Gilberto Diniz, que de minha parte, eu vou prestar contas aos Senhores que são Deputados representantes de Sena Madureira. Se tiver professor indígena dormindo em choupanas, na beira do rio, eles serão imediatamente retirados para alguma pousada ou algum hotel. Para mim é surpreendente ter professores indígenas dormindo em choupanas, na beira do rio, mas eu jamais vou duvidar da palavra de um Deputado.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO** (Líder do PDT) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer os colegas Parlamentares que nos acompanharam na Audiência Pública, os Deputados Éber Machado, Wherles Rocha, Jamyl Asfury, Astério e a Deputada Marileide Serafim. Quanto ao Deputado Moisés Diniz, eu compreendo perfeitamente que em virtude da sua agenda como Líder do Governo, teria que estar em outro evento, assim como o Deputado Geraldo Pereira e não puderam comparecer.

Mas asseguro-lhes que foi maravilhoso. Essas audiências públicas são bons instrumentos da Democracia, Deputado Astério Moreira parabenizo-lhe por ter proposto audiências públicas para tratar sobre a Segurança, não só na fronteira, mas também em Cruzeiro do Sul. V. Exa. tem todo nosso apoio, na condição de Delegado e de cidadão, porque, hoje, esse instrumento legislativo foi o que restou aos Parlamentos para interferir em alguns assuntos.

Quero, do fundo do meu coração, agradecer a Mesa Diretora, através dos Deputados Elson Santiago, nosso Presidente e Ney Amorim, 1º Secretário, que nos deram todo apoio. Me senti orgulhoso dos funcionários e assessores deste Poder que foram designados a essa missão. Inclusive, através de um Requerimento, estou pedindo uma menção de elogio a eles, porque a organização do evento foi perfeita e, graças a Deus, essa Audiência Pública já suscitou outra audiência, desta vez com outros órgãos, inclusive, a Superintendência da Polícia Federal.

Mas eu não poderia deixar de fazer um protesto contra o Senhor Evo Morales, porque, na Audiência, ficou comprovado que ele está deportando os haitianos que chegam pela Bolívia. Mas, graças a Deus, o Acre tem tido outra postura, e isso ficou amplamente comprovado. Todas as medidas possíveis, tanto do Ministério Público Federal e Estadual, do Governador Tião Viana e da Prefeita Leila foram tomadas, numa demonstração de amor e bons sentimentos. Realmente, o Acre está fazendo tudo que é possível para resolver esse impasse. No entanto, existem medidas que, obviamente, são do âmbito Federal e essa documentação será encaminhada aos nossos líderes federais, Senador Jorge Viana, Deputada Perpetua Almeida e outros que integram as duas Casas Legislativas Federais.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo – EM APARTE) – Nobre Deputado Walter Prado, eu gostaria de parabenizar V.Exª. Desde o começo desta Legislatura, como membro da Comissão de Constituição de Direitos Humanos, eu articulei, junto ao Presidente e ao Secretário Ney Amorim, para que o trabalho dos Senhores tivesse o apoio necessário. A realização de uma Audiência como esta é uma atitude corajosa, louvável, avançada, solidária, porque, às vezes, fazemos um discurso contra uma situação, esquecendo que ela tem um outro aspecto. Hoje, na Bolívia vivem mais de cinco mil brasileiros. Eles têm problemas, é verdade, mas estão vivendo lá; possuem terras na Bolívia, às vezes, nos esquecemos disso. Esses brasileiros têm família, filhos, estão comendo, tirando castanha, trabalhando, enfim se estruturaram lá, mas nem sempre conseguimos entender os pobres coitados que chegam à fronteira, como é o caso dos haitianos. Então, parabéns pela atitude corajosa desses Parlamentares. Quanto à questão da Audiência Pública para tratar da Segurança, proposta pelo Deputado Astério é uma atitude louvável, desde que envolva órgãos do Governo Federal, Polícia Federal, Exército Brasileiro e que seja em conjunto com o Governo da Bolívia, porque não adianta fazer uma bela reunião na fronteira, do lado de cá para resolver o problema sem que haja um diálogo diplomático com a Bolívia, de onde está vindo a droga. Portanto, esse é um debate muito maior. A questão é bem mais complexa e nós não podemos resolvê-la apenas entre nós. Todas as ações têm que partir de uma visita ao Governador de Pando. Agora, pela primeira vez na história da Bolívia, existe a Assembleia Legislativa. Antes não havia Deputados Estaduais, só Federais, Vereadores e Senadores. Mas isso mudou desde o ano passado, através da Constituição. Então, espero que possamos fazer uma visita à Casa Legislativa da Bolívia, ao Governador de Pando e realizar um belo encontro para discutir os problemas da fronteira como segurança, narcotráfico, epidemias e dar prosseguimento a tudo aquilo que nós iniciamos na gestão anterior, do Presidente Edvaldo Magalhães.

Deputado **WALTER PRADO** (Líder do PDT) – Com satisfação e orgulho incorporo vosso aparte ao meu pronunciamento.

Quero também agradecer, na pessoa da repórter Angélica e do Jornalista Ray, a todos os órgãos de comunicação que compareceram àquele evento. Peço desculpas por não poder nominá-los, mas deixo o meu agradecimento a todos em nome do PDT e da Comissão de Direitos Humanos àqueles jornalistas que deram ampla cobertura ao evento principalmente, Deputado Astério, a Imprensa da sua cidade.

Estou imensamente grato pelo apoio e pela forma democrática com que a Mesa Diretora trabalhou, pois as ações não são centralizadas. Se Deus quiser, nesses próximos dois anos, a Assembleia Legislativa do Acre deve e pode, com certeza, fazer um belo trabalho. Vamos discutir amplamente a questão da segurança na fronteira, que foi enfocada pelo Promotor Público de Brasília de uma forma que eu diria um tanto exagerada. Os Deputados Astério e Edvaldo Souza que também são ligados àquela região, devem concordar que a declaração foi muito grave, pois disse que passa toneladas de drogas por aquela ponte. Essa é a nossa preocupação, pois obviamente estes fatos estão acontecendo no Estado.

Temos que focar também essa questão do Código Florestal, Deputado Eduardo Farias e tenho certeza de que V. Exa. pode dar uma bela contribuição, intercedendo junto ao Deputado Federal Aldo Rebelo.

(Sem revisão do orador)



Deputado **ASTÉRIO MOREIRA** (Líder do PRP) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, volto a esta tribuna para continuar o assunto sobre a Segurança Pública do Estado do Acre.

Na verdade esse clamor do Promotor de Justiça da Comarca de Brasília, no seu depoimento na Comissão de Direitos Humanos, que trata sobre a questão dos haitianos, foi muito grave, como disse aqui o Deputado Walter Prado. Ele está vivendo ali e está sentindo a situação dramática que o levou a ir lá no comando do exército pedir guarnição da fronteira. Isso feito por um promotor daquele município, dada a gravidade da situação.

Nesse primeiro momento eu gostaria, respeitando, claro, o pronunciamento do Deputado Moisés Diniz, de não envolver o governo boliviano e tratar dessa questão a nível de Brasil, nas fronteiras, com as autoridades brasileiras e dali tirar o encaminhamento para discutir com as autoridades bolivianas, porque a Bolívia ainda vive um problema de consolidação das suas instituições e infelizmente é um país em que a propina faz parte do cotidiano. Então, para os Senhores terem uma ideia, um ex-chefe de segurança da Bolívia foi preso na América Central, pelos americanos como chefe do tráfico de drogas, vejam bem, um ex-Ministro da Defesa! Portanto, ali há um envolvimento dos militares, é uma situação muito delicada e complexa, Deputado Moisés Diniz. Quando o Evo Morales ganhou as eleições eu fui uma das pessoas que compreendi as razões que levaram os povos nativos a escolhê-lo, então, considereí uma eleição justa e a princípio me agradou muito. Eu perguntei a uma colcha, porque Evo? Ela disse: Porque ele é pelos pobres. E os idosos passaram a ter uma espécie de bolsa família e um atendimento especial na área de saúde. Mas o que nós estamos percebendo é que ele esta seguindo Hugo Chaves ou querendo que renasça o império Inca, umas coisas assim meio malucas que estão sucumbindo a Bolívia.

Em Cochabamba está faltando açúcar, trigo e pão. Está faltando comida! Foi isso que levou os egípcios a destituírem o Mubarak do poder: a fome. Na Líbia, é a fome; no Barim, idem. Então, nós estamos vendo que a Bolívia caminha para um processo muito perigoso. Quem tem convivência em Cochabamba ou Santa Cruz, percebe essa situação diferenciada. Mas, nas regiões mais pobres, onde vivem aimarás, já estão começando a passar fome e a alternativa, está sendo o narcotráfico. Graças a Deus, aqui no Acre nós não temos, como no México, as organizações que estão se especializando como as melhores do mundo. Aqui ainda é meio bagunçado com a Bolívia e Peru.

Então, eu gostaria de participar dessa audiência com a Polícia Federal, mas que não se discutisse, ainda, com o Governo boliviano, porque a situação é grave. Inclusive, houve um encontro de magistrados na Bolívia, há cerca de três meses e uma magistrada brasileira que estava no carro, foi abordada por um policial boliviano o que inventou uma multa, cobrou propina no meio da rua e houve uma denúncia na Bolívia, foi uma coisa grave. Isso num encontro de magistrados, envolvendo brasileiros e bolivianos! Vejam o nível que está aquele local.

Deputado **EDUARDO FARIAS** (Líder do PC do B – EM APARTE) – Obrigado Deputado. Eu pedi este aparte porque V. Exa. é um Parlamentar que tem uma produção muito forte, fruto, primeiro da sua competência, mas também da maneira como V. Exa. se envolve com os temas, de forma emotiva, sensível. Considero da mais alta justeza a proposição de V. Exa. de fazer uma Audiência Pública, sobre a Segurança Pública do nosso Estado. Mas eu fiquei aqui pensando que o Governo Tião Viana não completou ainda nem os cem dias tradicionais da chamada espera de resultados. Eu peço que V. Exa. reflita se for o caso, embora todos nós reconheçamos aqui a gravidade desse fato que foi apurado por uma comissão. Talvez haja a necessidade de solicitar uma audiência com o Governador e o Secretário de Segurança Pública do Estado, em relação ao planejamento que foi feito, inclusive, dos cento e vinte dias.

Deputado **ASTÉRIO MOREIRA** (Líder do PRP) – Obrigado. Incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Eu considero a sua abordagem, Deputado Eduardo Farias, pertinente, mas nós precisamos tratar e esclarecer melhor essa situação. Porque a discussão, Deputado Walter Prado, é sobre o narcotráfico na fronteira e consequentemente, sobre a Segurança Pública naquela localidade. Claro que tem uma relação direta, com as bocas de fumo, que são os varejistas e os atacadistas. Agora, a discussão dessa Audiência Pública ela se daria mais no nível da segurança, em relação ao narcotráfico internacional, nos municípios de Brasília, Assis Brasil, enfim, todo o Vale do Acre, que já se constitui numa rota e a Polícia Federal sabe disso. Inclusive, tem informações de aviões que estão pousando na BR-317, na estrada do pacífico e levantam vôo à noite. Então, essa Audiência seria mais para discutir, porque há um clamor de Brasília e Eptaciolândia por serem regiões de fronteiras e há ainda um discurso do

Governo Federal sobre o Programa Calha Norte, que as regiões de fronteira precisam ter culturas permanentes e mais investimentos dos governos, para evitar o recrutamento de jovens para o narcotráfico, mas tudo isso é muito incerto.

(Sem revisão do orador)

Deputado **GILBERTO DINIZ** (Líder do PT do B) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o que me traz a esta tribuna são os assuntos polêmicos que eu denunciei aqui há três semanas, referentes à questão indígena, que é gritante, calamitosa, espalhafatosa e a culpa, Senhoras e Senhores, é do Governo do Estado. Nós, da Oposição, temos que parar de tratar esse Governo com mamão e mel, temos que falar a verdade: a culpa por toda essa situação é do Poder Público.

No ano passado foram 22 milhões de reais que o Governo do Estado disse que disponibilizaria para resolver os problemas indígenas. Eu sempre falo que o Governo do PT tem mania de riqueza e de dinheiro virtual, ou seja, não existe, que não aparece em lugar nenhum.

No ano passado aprovamos aqui um Projeto de Lei para criação a Casa do Índio em Sena Madureira, e até o presente momento não construíram nem mesmo uma palhoça. E o que nós vemos, hoje, é uma situação gritante daquelas famílias que estão às margens do Rio Iaco. Hoje, às nove horas da manhã, quando eu saí de casa, passei na praça e observei dezenas de pessoas deitadas em redes armadas no barranco do rio, com a água passando por baixo. E eles não estavam tendo nenhum tipo de assistência do Governo, que poderiam mandar uma equipe do Corpo de Bombeiros para atender, principalmente, as crianças.

O Governo tem culpa, porque o Estado cuida dos índios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó. Fazem festa, propaganda, tiram fotos, quando vão visitá-los. Entretanto, indígenas do Vale do Purus que envolve os Municípios de Sena Madureira, Santa Rosa e Manuel Urbano, e os do rio Iaco estão entregues à própria sorte. Eles também são seres humanos e o Poder Público não faz nada. Medidas urgentes precisam ser tomadas e não há necessidade de se formar uma Comissão.

Os cem dias do atual Governo parece que estão congelados em um, porque não vejo nenhuma ação concreta deste Governo da mandioca, da idade da Pedra Lascada. Como dizia o saudoso Edmundo Pinto: “O Acre não é brincado! Senhoras e Senhores, para colocar na mão dessas crianças!” Isso ele falava em relação ao governador Tião Viana e ao Senador Jorge Viana. E, hoje, nosso Estado está na mão dessas “crianças”. Eles estão brincando com o nosso Acre e isso não pode acontecer. O que eu vejo é calamitoso, está aos olhos de todos, mas parece que as pessoas não estão querendo enxergar. Temos que tomar uma posição, já que o Governo do Estado está inerte. O Governo Federal, através da Funai também tem que dar sua contribuição para resolver o mais rápido possível essa situação.

Semana passada, uma criança indígena de apenas 12 anos, estava catando latinhas de cerveja nas ruas de Sena Madureira e tomando o resto da bebida que elas continham e ficou embriagada. É preciso que o Governo tome uma atitude, que saia do Palácio e vá aos municípios; não somente quando está tudo arrumado para festas, mas também quando houver uma epidemia, casos de violência ou qualquer situação de risco para a população.

O Governador do Estado tem que levar a sua equipe até Sena Madureira para ver, in loco, a situação precária dos índios naquele município e tomar providências para que se resolva. Mas, com certeza, ele só vai aparecer no nosso município, quando levarem os índios para um lugar bonito e florido, dará um sorriso amarelado para as fotos e depois irá embora. Enquanto isso, os indígenas ficam a mercê da própria sorte.

Mais uma vez, convido o Governador do Estado, juntamente com sua equipe, a visitar Sena Madureira para que veja o que está acontecendo com a população indígena que está às margens do rio Iaco. São muitos índios. Imaginem se uma criança morre afogada!

(Sem revisão do orador)

ORDEM DO DIA

Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 7/2011**, de autoria do Deputado **Walter Prado**, solicitando a Mesa Diretora, conceder menção de Elogio aos servidores abaixo relacionados, pelo excelente desempenho ante as atribuições que lhes foram delegadas na Audiência Pública realizada no dia 11 de março de 2011, no Município de Brasília: Doricélia Taumaturgo da Silva, Edilson Moreira Sampaio, João Luiz da Veiga Simão, Orleilson Melo Vieira de Lacerda, Paulo Luiz Rodrigues da Silva e Rosana Cruz Cavalcante.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente, **(ELSON SANTIAGO)** - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 8/2011**, de autoria do Deputado **Chagas Romão**, solicitando a Mesa Diretora que seja realizado no Grande Expediente do dia 17, quinta-feira, uma homenagem ao Dia do DeMolay, o qual é comemorado anualmente no dia 18 de março.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente, **(ELSON SANTIAGO)** - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 9/2011**, de autoria da Deputada **Antonia Vieira**, solicitando à Mesa Diretora que seja recebido no Grande Expediente do dia 16, quarta-feira, o Conselho Tutelar de Proteção à Criança e ao Adolescente do Município de Sena Madureira, para tratar de assuntos indígenas.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente, **(ELSON SANTIAGO)** - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao **Projeto de Decreto Legislativo n. 1/2011**, de autoria do Deputado **José Luis**, que “Acrescenta dispositivos ao artigo 26 da Constituição Federal e dá outras providências”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente, **(ELSON SANTIAGO)** - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao **Projeto de Decreto Legislativo n. 2/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente, **(Elson Santiago)** - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao **Projeto de Decreto Legislativo n. 3/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Altera o artigo 132 da Constituição Federal”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente, **(ELSON SANTIAGO)** - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências.

O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao **Projeto de Decreto Legislativo n. 4/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Modifica o artigo 198 da Constituição e o § 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais”.

Em discussão, não houve oradores.

Em votação, foi aprovado por 19 votos.

O Senhor Presidente, **(ELSON SANTIAGO)** - Comunicamos ao plenário que a Mesa tomará as devidas providências

Suspendemos a presente Sessão por dez minutos, para que a Mesa Diretora possa comunicar aos funcionários da Casa, à Imprensa e aos Deputados, a mudança de horário de funcionamento do Poder Legislativo. (PAUSA)

Reaberta a Sessão.

## EXPLICAÇÃO PESSOAL

Deputado **WHERLES ROCHA** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, me causa estranheza a reação do Deputado Moisés Diniz a um fato noticiado por mim, quando ele disse que eu havia caído numa casca de banana que ele havia jogado. V. Exa. pode jogar quantas cascas de banana como essa se o Senhor quiser, porque debater um assunto de tão grande relevância, que é o dinheiro público, interessa ao povo. E tem mais, se V. Exa. de fato, jogou a casca de banana, tem que tomar cuidado, porque quem pode escorregar nela é o Governo do qual o Senhor é Líder. Pode ser que no futuro, através de uma CPI, se constate que a KOPP foi quem produziu aquele Edital, como foi veiculado na reportagem do Fantástico. Portanto, se V. Exa. tiver mais cascas de banana como essa, pode jogá-las que nós estamos prontos para dar o retorno que o povo pede, que é a defesa do seu direito e do seu dinheiro. Eu tenho certeza de que o povo fica feliz por V. Exa. jogar essa casca de banana e a Oposição cair, segundo V. Exa. mesmo disse.

Mas V. Exa. se mostrou preocupado com a minha tranquilidade e eu gostaria de também tranquilizar-lhe, pois eu passei 20 anos na Polícia e além desses 20 anos, durante o curso de formação, nos fomos treinados

para lidar com todo tipo de pessoas e de situações. Então, nesse mês e pouco que eu estou nesta Casa, em momento algum, debate algum, me tirou do normal, mas, infelizmente, V. Exa. se exaltou algumas vezes, mas num gesto de grandeza, reconheceu que exagerou um pouco e pediu desculpas. Eu até reconheço esse seu gesto aqui, mas não foi dessa vez e eu tenho certeza de que não vai ser durante esses quatros anos que eu vou me exaltar ao defender os meus pontos de vista, o que farei com força e determinação, como sempre fiz dentro do quartel. Embora V.

Exa. nunca tenha me concedido um aparte, vou fazê-lo agora.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo – EM APARTE) – Nobre Deputado, primeiro quero explicar a questão do aparte: no Grande Expediente, nós temos apenas cinco minutos, portanto, se eu conceder um aparte de três minutos, eu só fico com dois, que são poucos. Então, é natural que concedamos apartes apenas na Explicação Pessoal, que são dez minutos. Por isso, todas as vezes que V. Exa. me pedir aparte na Explicação Pessoal, tenha a certeza de que concederei. A Assembleia sabe da minha postura. Quanto ao termo usado por mim, “casca de banana”, entenda como uma linguagem figurada e não outra forma, porque podemos até cair nesta “casca de banana” no Acre, pois São Paulo e Minas Gerais já caíram. V. Exa. bem sabe que se nós estamos no Brasil, quando tiver um problema no PC do B em São Paulo, vai ser debatido aqui também, porque os partidos são nacionais. Não existe PSDB do Acre, não se cria um partido no Acre. Cria-se no Brasil, com cinco milhões de assinaturas! Então entenda casca de banana como uma figura de linguagem, alegre e nada agressiva.

Deputado **WHERLES ROCHA** (Líder do PSDB) – Eu acho que essa casca de banana pode cair no colo do Governo. Mas quanto à questão da empresa KOPP o que eu trouxe aqui não é novidade. O Fantástico explorou muito bem o assunto e mostrou que a empresa é envolvida em falcatuas e roubalheiras, e essa empresa tem contrato com o Governo do Estado. Mas o mais estranho é que o representante dessa empresa é o filho da então Diretora do Detran, que foi quem assinou o contrato. Essa empresa arrecadou mais de dez milhões de reais do povo acreano, segundo o repórter. A população merece uma explicação, pois além dos estranhos fatos já citados, ninguém sabe onde foram investidos esses 10 milhões e onde serão investidos mais um milhão e oitocentos mil reais que estão consignados para ser lançados.

Outro dado interessante é que, como o Fantástico mostrou, a empresa KOPP fornece o Edital pronto. Será que o Edital do Estado do Acre foi um desses? O povo precisa saber. Como o Deputado disse, a KOPP é envolvida em falcatuas.

Deputado **GILBERTO DINIZ** (Líder do PT do B – EM APARTE) – O Líder do Governo falou que essa situação em relação à máfia das multas é de Minas Gerais e São Paulo, governados pelo PSDB. Mas a nossa preocupação é que no Governo do PT, as coisas nunca aparecem. Tudo é jogado para debaixo do tapete e nada é esclarecido para a população. Ninguém tem informações sobre o que realmente acontece. Exemplo disso é o caso Pianko, que o Deputado José Luis lutou por centenas de vezes para trazê-lo aqui. Esse rapaz que está envolvido num escândalo social, em nenhum momento foi afastado da Secretaria. Jamais o Governo fez um gesto para moralizar aquela Secretaria. No Congresso Nacional aconteceram vários escândalos, como o dos mensaleiros. Mas o que vemos é o PT protegendo, encobrimdo; sempre defendeu. Todavia, o Governo do PSDB deixou os fatos serem apurados e pode mostrar sua idoneidade. Esse é um Governo sério e está sendo transparente. A diferença entre o PSDB e o Governo do PT é exatamente essa. O PSDB deixa as coisas claras, para que a população veja o que está acontecendo e se há fraudes, são apuradas; o Governo do PT não, joga tudo para debaixo do tapete.

Deputado **WHERLES ROCHA** (Líder do PSDB) – Deputado Gilberto, seu aparte foi bastante esclarecedor. Ainda sobre essa questão, o que, de fato, nós queremos, são explicações; não queremos desculpas. Estamos pedindo que o Governo tome a iniciativa e não solte uma nota se justificando, explicando porque fez contrato com uma empresa que foi denunciada no Fantástico, por surrupiar, roubar o dinheiro público. Nós queremos explicações tranquilizadoras. Mais do que ninguém, o povo do Estado quer esclarecimentos. De acordo com o que o Deputado Diniz estava falando, segundo o Governo do PT, não existe fraude na KOPP, assim como não existe no Deracre. No entanto, existem sete processos rolando e dois gestores condenados. Também diziam que não existia fraude na licitação das BRs.

Agora, se o Governo não der as respostas que o povo espera, eu tenho certeza de que a Oposição vai tomar uma atitude e vai cobrar, através de uma CPI, o que de fato aconteceu. O povo que é quem paga os salários dos Deputados, do Governo e precisa saber o que aconteceu com o



seu dinheiro. Onde estão sendo aplicados esses dez milhões de reais? Se não existem falcatruas, por que o medo de explicar? Quem não deve, não teme.

Mas esconder os fatos e divulgar notas é uma prática comum neste Estado. Eu me lembro que quando a Polícia Federal fez a apreensão dos computadores do então candidato Jorge Viana, também foi assim. Por que ele escondeu os seus computadores? Por que ele não os abriu? Parece que esse Governo deve, porque teme. O ditado popular é de uma inteligência muito grande: quem não deve, não teme. Se o Governo não deve, que explique o que vai fazer com os dez milhões de reais arrecadados ou onde foram investidos. Mas que o faça de forma serena, equilibrada. A Oposição cobra isso. Mas, se o incomoda, aí é problema do Governo, que tem que se justificar para o povo. Eu vejo que a Oposição está fazendo a sua parte e o aparte do Deputado Gilberto Diniz foi bastante esclarecedor.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu estava insistindo para que o debate fosse civilizado e tranqüilo. Deputado Gilberto Diniz, V. Exa, por quatro anos, foi da Base do Governo e nesse íterim, não deu um pio sobre a situação dos índios de Sena Madureira, ma agora, que foi para Oposição está rugindo como um leão.

Quando a Deputada Antonia Vieira era Prefeita, não existia aquela situação, porque ela fazia parceria com o Governo, trazia os índios e devolvia-os para as aldeias. Portanto colocar essa questão no colo do Governo é uma irresponsabilidade, é discurso fácil. Estou disposto a dialogar com o Prefeito, com o Governador e com o Governo Federal sobre a questão indígena, mas não venha com discurso valente, porque não o fez no passado e não só impute responsabilidade ao Governo do Estado.

Quanto à questão da empresa Eliseu Kopp, vamos deixar claro uma coisa: o Deputado Wherles Rocha usou a palavra “será” 12 vezes, doze foi o número dos apóstolos de Jesus. O Deputado dizia: Será que tem corrupção? Será que não sei o que? No Rio de Janeiro e em São Paulo que são governados pelo PSDB, partido de V. Exa. há pelo menos dezesseis anos, com certeza tem corrupção da KOPP. Aqui, V. Exa. terá que fazer uma investigação para saber se há corrupção. Aqui, V. Exa. está dizendo “será” e mesmo na dúvida ela deixará de prestar serviços e daqui a quinze dias realizaremos nova licitação.

Deputado **WHERLES ROCHA** (Líder do PSDB – EM APARTE) – Será que existe? Lembro-me das obras do Deracre, onde existia. Temos duas condenações. Então, o povo do Estado quer saber: será que esse Edital não foi feito pela KOPP? O povo acreano merece saber e esta Casa tem obrigação de apurar. Quanto à questão de Minas Gerais, fui eleito pelo povo do Acre, não pelo paulista e nem pelo mineiro; então, eu acompanho e fico triste quando acontece um fato desse, seja de qual for o partido. Eu me lembro do mensalão e de outros escândalos que aconteceram em vários governos. Não digo que existe um partido melhor que outro, mas eu digo que fui eleito pelo povo acreano e estou aqui para representar e defender os seus interesses. Contando com esses 1,8 milhões, arrecadados compulsoriamente, são mais de doze milhões de reais envolvidos. Acho que V. Exa. tem que ponderar e entender que o povo merece saber para onde foi esse dinheiro, porque o filho da Dra. Arnete assinou representando a KOPP e se ele assinou representando também o Estado, o povo acreano precisa saber. O Governo tem que entender de forma equilibrada que reivindicar é um direito do povo acreano e também da Oposição.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo) – Muito obrigado. O partido que V. Exa. faz parte, já está comprovado em São Paulo e em Minas Gerais que cometeu roubalheira, gatunagem falcatrua. Partido este que V. Exa. foi para as praças pedir voto para o Serra. Quer dizer que não tem nada a ver São Paulo, Minas Gerais e o Acre? V. Exa. foi para todos os lugares do Acre pedir voto. Enquanto isso eu fui pedir para a Presidente Dilma. Aqui no Acre V. Exa. está questionando se houve algo ilícito. Pois asseguro-lhe que não.

(Sem revisão do orador)

Deputado **ASTÉRIO MOREIRA** (Líder do PRP) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados eu volto a esta Tribuna para dar continuidade ao debate acerca da Segurança Pública, e gostaria de reproduzir um comentário do então Senador da época, Eduardo Dutra, que disse: “o que caracteriza a seriedade de um Governo não é o número de denúncias que se faz contra ele ou contra uma pessoa, mas as providências que são tomadas”. Pelo que se sabe o Governador Tião Viana, nos seus primeiros dias de governo, mandou suspender todos os contratos referentes a empresa Elizeu Kopp. Mas, na minha opinião, o Governo deveria esclarecer

melhor os fatos e trazê-los à luz da verdade, sobre qualquer tipo de denúncia feita neste Legislativo. Isso é um procedimento normal e por isso há a necessidade de aguardarmos o desdobramento.

Senhores Deputados nós precisamos ter muito cuidado também com as denúncias que são feitas. Primeiramente, elas têm que ser investigadas Deputado Geraldo Pereira, pois no mundo político, as denúncias costumam ser transformadas em julgamento, quando o que interessa aos que estão julgando é a aparência, o desgaste da imagem e não a verdade. E eu sempre tive essa preocupação com as aparências. Não basta ser honesto; tem que parecer honesto! Essa é a preocupação de qualquer governo, seja um Vereador ou Deputado. Então, o que me preocupa muito é que uma denúncia pode ser transformada numa sentença ou num julgamento.

Acho que as denúncias precisam ser feitas devem ser investigadas e esclarecidas e nenhum governo tem o direito de praticar um ato lesivo aos cofres públicos. Este é o meu ponto de vista. Não podemos julgar pela aparência, com quem caminha, pelo que vemos ou sentimos, pois podemos nos enganar.

Eu costume citar aqui, a Bíblia, ele está repleta de exemplos. Um dos mais extraordinários textos bíblicos, Deputado Gilberto Diniz, é a história de um patriarca, conhecido de todos, Jacó, que deu nome à nação de Israel. Ele foi para a casa do seu tio Labão para escolher uma esposa e lá viu uma moça linda, chamada Raquel, uma princesa. Trabalhou sete anos para conquistá-la e na noite do casamento, bêbado, o pai entregou-lhe Lia, que era feia, horrorosa. Não tinha boa aparência. Aí ele trabalhou mais sete anos para casar com Raquel. Mas ao final da história, descobrimos que Raquel era infértil, não podia ter filhos e Lia era quem gerava filhos. Era feia, mas gerava filhos. Então, ela era mais importante do que Raquel, pois foi ela quem deu descendência ao Rei Davi, e, por conseguinte, a Jesus Cristo, ela é tataravó de Jesus. E Raquel, a linda, maravilhosa e bonita, não gerou se não Benjamim e José, que foi o Governador do Egito. A história de Raquel encerra com ele. Mas a de Judá não, que era filho de Lia.

Eu gostaria, Senhor Presidente, de convencer, não só a Comissão, mas esta Casa, da necessidade de darmos uma resposta à população de Brasília, Eptaciolândia e de Assis Brasil, pois, como representantes do povo acreano não podemos ficar omissos, porque também é crime. Na Audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos desta Casa, os 24 Deputados entenderam que há a necessidade de um encontro para discutirmos de forma conjunta com o Governo Federal, Estadual e Municipal, para que haja mais investimentos para o combate ao narcotráfico nas fronteira do nosso Estado e com isso evitar o que está acontecendo.

Deputado **WALTER PRADO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Quero dizer a V. Exa., Deputado Astério Moreira, que estou de pleno acordo com a sua proposta. Vou participar na condição de convidado, pois não faço parte desta Comissão, mas, com certeza, o Senhor convidará a todos nós. Eu tenho me resguardado para não tornar isso público, mas neste momento eu tenho que falar, pois tudo o que eu digo em relação à Segurança Pública, acham que estou falando contra. As estruturas de uma delegacia de polícia é uma área que eu conheço profundamente e sei, por exemplo, que uma daqui, não pode ter as mesmas estruturas que tem uma delegacia do nosso Município, Deputado Moisés. Lá elas têm que ser triplicadas. Portanto, a Audiência Pública teria exatamente essa finalidade: identificar e dar uma orientação ao Governo do Estado. Porque ninguém é mais sábio que o povo. Obviamente que nesses municípios não podemos dar as mesmas estruturas, se é que se pretende efetivamente fazer um plano de segurança em Brasília e Eptaciolândia, que fazem fronteira com outro país. Portanto, tudo tem que ser triplicado. Então, tudo o que estou dizendo em relação à Polícia Civil vale também para a Polícia Militar. Inclusive, eu estive ontem conversando com o Dr. Calazans e falamos sobre isso. E o investimento na estrutura também servirá para a Polícia Federal. Se é para tratarmos de um plano de segurança para o Estado, temos que começar pela fronteira, porque lá é a origem da criminalidade que acontece aqui em Rio Branco. Ela passa por cima daquela ponte, como bem disse o Promotor Público.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo – EM APARTE) – Deputado Astério Moreira, concordo plenamente com a Comissão e vou ajudar em tudo que for possível. E o próprio Governo do Estado, se for demandado, dará apoio com a presença dos órgãos de Segurança do Estado, mas eu gostaria de fazer duas sugestões: primeiro, que nós garantíssemos que essa Comissão tivesse a presença da Bancada Federal, considerando que a guarnição de fronteira é tarefa das Forças Nacionais de Segurança, Polícia Federal, Exército, Marinha e Aeronáutica. Outra questão é que nós bem sabemos que a Bolívia está enfrentando problemas políticos e das dificuldades que vive aquele povo, que é o mais pobre do planeta. Para se ter uma ideia, o PIB da Bolívia é menor do que o PIB do Banco do Brasil. Então, eu trato um povo desse com muita condescendência, da mesma forma

como o Deputado Walter Prado tratou os haitianos, pois o Haiti está literalmente destruído. Quero, então, sugerir que a Assembleia Legislativa, oficialmente, fizesse duas visitas como Instituição: uma ao Governo de Pando e outra ao Presidente da Casa Legislativa de Pando, para colocar as apreensões do Acre e demonstrar essa ideia de diplomacia, de boa relação.

Deputado **ASTÉRIO MOREIRA** (Líder do PRP) – Muito obrigado pelas suas sugestões, Deputado. Com certeza eu acho que nós devemos considerar, até porque, a ideia dessa Audiência Pública, é desta Casa, não apenas da Comissão. Que isso fique bem claro, pois o tema é tão amplo e importante para o Acre, que nós temos que, de fato, ouvir todos os envolvidos. A participação da Bancada Federal, inclusive de Senadores, se for o caso, é fundamental para o êxito desse trabalho, assim como contato com o Governo boliviano. Nós já temos uma relação estreita na fronteira com a Prefeita Ana Lúcia Reis, que fala melhor o português do que o castelhano. Também podemos convidar os Deputados da fronteira, os con cerra los.

Gostaria que depois nós pudéssemos discutir a data, dar uma resposta ao Promotor de Justiça e elaborar os convites, para que as instituições envolvidas participem.  
(Sem revisão do orador)

Deputado **EDUARDO FARIAS** (Líder do PC do B) – Bom dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pessoas que nos assistem pela Internet e Imprensa, venho aqui na Explicação Pessoal, mais uma vez, para falar de três assuntos. Tentarei ser breve, já que eu nunca consigo ser objetivo e o tempo é curto.

Quero somente concluir o que falei a respeito da questão do Código Florestal. Realizamos uma Audiência Pública no Município de Boca do Acre e lá estiveram presentes muitos empresários do nosso Estado, pessoas que têm, inclusive, propriedades no município vizinho. Na verdade, Boca do Acre é uma extensão do nosso Estado, ligada pela BR-317. Estiveram presentes também naquela cidade os Secretários de Governo do Estado do Amazonas, Senadores, Deputados Estaduais e Federais, de forma que foi uma Audiência Pública muito positiva.

Primeiro foi lançada a ideia de se debater exaustivamente o Código Florestal nas Assembleias Legislativas nas Câmaras de Vereadores e nos fóruns, porque o relatório do Deputado Aldo Rebelo deve ser votado agora, por volta do dia 23. Como frisei da outra vez, é um tema que já causou muitos debates.

Tenho alguma experiência e ela advém de quando fui Secretário, pois mediei as reuniões sobre a questão do fiscal sanitário, que também possui uma legislação draconiana. Se analisarmos as questões sanitárias, fechamos 90% dos estabelecimentos deste país. Enfim, quero dizer com isso que nos causa revolta as atitudes dos fiscais do Ibama e do IMAC. Eles aplicam as multas, mas obviamente que se retirarmos a questão da arrogância, da falta de sensibilidade e humanidade ao abordar um cidadão, ao fazê-lo eles só estão aplicando a Lei. Como já falei, o Código Florestal Brasileiro, mudou completamente desde 1965, a partir da Medida Provisória, a Instrução Normativa.

Então, essa é a grande oportunidade que temos de criar um Código Florestal que seja adequado à realidade brasileira, inclusive, das perspectivas que o nosso país tem e não uma competição internacional com relação a grãos, frutas e outros produtos florestais e agropecuários. Portanto, naquela audiência pública, surgiu a ideia de se apoiar as mudanças do Código Florestal de forma positiva, promovendo debates nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores.

No Amazonas, assim como em Rondônia, estão propondo que uma caravana de empresários, de famílias de agricultores, extrativistas e de Parlamentares vá a Brasília para dar apoio a esse relatório. Rondônia, inclusive, já fez uma manifestação, com 23 dos seus 24 Deputados, através de uma Audiência Pública. O Amazonas está se preparando para isso e eu gostaria que nós, Parlamentares desta Casa, tivéssemos o mesmo posicionamento.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (Líder do Governo – EM APARTE) – Nobre Deputado Eduardo Farias, meu querido camarada, eu sou favorável a essa sua ideia de uma Audiência Pública, mas com a

participação da Comissão de Legislação Agrária, Indústria e Comércio, como também a do Meio Ambiente, porque esse Código tem causado muitas divergências. Eu sou membro do partido de V. Exa, assim como sou do partido do Relator Aldo Rebelo. Entretanto, tenho divergências a determinados pontos do Código. Tenho acompanhado leituras, estudos de muitas entidades, ONGS que também o contestam. E sei que entre as ONGs, existe aquela que está apenas para fazer o trabalho de solapar o desenvolvimento do país, todavia, esse é um debate muito profundo. Hoje, se tenta passar a ideia de que o Código é uma iniciativa do agronegócio ou dos grandes empresários da agricultura e que os ambientalistas do Brasil e do mundo, estão contra ele. Portanto, na minha opinião ele não pode ser votado dividindo o Brasil, mas unindo. Precisamos esgotar ao máximo esse debate. É preciso ouvir produtores rurais, empresários, especialistas do Direito, especialistas da área ambiental, já que temos renomados especialistas de universidades brasileiras como a UNB e a USP contestando pontos do Código. Mas acredito que o Deputado Aldo Rebelo saberá fazer esse debate com tranquilidade e sabedoria. Esta Casa, nobre Deputado, pode parecer pequena, mas as pessoas a olham como a Casa Legislativa de um Estado que tem o maior ícone da luta ambiental do planeta: Chico Mendes. Aqui, há um espaço chamado Salão do Povo Marina Silva, em homenagem a uma mulher que já foi Ministra do Meio Ambiente, Senadora e ainda continua, mesmo sem mandato, entre as cem personalidades mais importantes do Planeta. Portanto, o olhar do Brasil está atento ao Estado do Acre. E esse tema que V. Exa. levanta, para mim, é um dos mais importantes desta Casa, mas deverá ser um debate aberto e franco com a sociedade acreana, que entende muito a questão.

Deputado **EDUARDO FARIAS** (Líder do PC do B) – Muito obrigado Deputado, o seu Aparte em meu discurso, só confirma a importância e a urgência de se debater o tema, mesmo porque, dia 23, a Câmara Federal votará o Código que depois será encaminhado ao Senado. Portanto, não podemos perder essa grande oportunidade de contribuir. Encerro então esse primeiro assunto, obviamente que não o exaurindo, pois ele é complexo e passo a falar sobre outro, que me revoltou quando eu vi os jornais hoje. A atitude da UFAC está beirando as raias do impublicável, ao negar o vestibular aos 242 que foram retirados das salas onde fariam o Vestibular, porque isso, no mínimo, vai para a raia da molecagem.

Essa Casa que é séria, da qual eu tenho orgulho de participar e de fazer parte, esteve envolvida de forma séria, com Oposição e Situação, atendendo ao clamor de 2.100 estudantes, que estavam correndo o risco de não terem suas aulas iniciadas no dia 14 último e que estavam sendo pressionados, não só do ponto de vista emocional, como psicológico e não somente eles, mas suas famílias, bem como de outros 242, que foram proibidos de fazer o vestibular, na nossa opinião, de forma intempestiva e irresponsável, por conta de um documento que todo brasileiro conhecia que não continha data de validade e que recentemente sofreu essa mudança, criando toda essa celeuma.

Esta Casa se envolveu como falei, de forma consciente, mas também emocionada com os estudantes. O Ministério Público é o órgão que estava contestando o vestibular. Na audiência com a UFAC, em que participaram vários Deputados que estão presentes aqui, a Universidade se mostrou extremamente aberta, não só a resolver o problema desses estudantes que participaram do Vestibular, como também de garantir uma nova oportunidade a esses 242 estudantes que não tiveram oportunidade de fazer a prova.

Portanto, quero que esta Casa se levante novamente, até em respeito aos Deputados que se envolveram e que foram enganados por uma parte da Universidade, como se não tivesse discutido com pessoas sérias ou com instituições como o Ministério Público Federal. Sem nenhum exagero, isso não é uma atitude séria! Não é e que se esperava da nossa Universidade Federal do Acre.

Portanto, Senhor Presidente, peço que novamente nos levantemos e tomemos providências para que a UFAC cumpra aquilo que foi acordado de forma honrada entre as instituições, inclusive com a presença do Ministério Público Federal, garantindo a esses jovens



acreanos a oportunidade de terem uma carreira, participando de um vestibular sério e aos moldes do que foi aplicado aos outros vestibulandos.  
Muito obrigado.  
(Sem revisão do orador)

Deputado **CHAGAS ROMÃO** (Líder do PMDB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, Senhores no Salão do Povo, ouvi atentamente o discurso do colega Deputado Eduardo Farias e acho que V. Exa. tem toda razão, Deputado. Eu acredito que aquela Instituição errou desde o primeiro momento, quando proibiu que aqueles alunos fizessem vestibular. E está difícil encontrar uma saída para aqueles jovens que têm o sonho de se tornarem universitários. É preciso que realmente nos unamos para conversar e tentar salvar esses companheiros que perderam o vestibular.  
Ouvi também atentamente o discurso dos nobres Deputados Wherles Rocha e Moisés Diniz e ouvindo as duas partes, eu cheguei a conclusão de que São Paulo, Minas Gerais e o Acre erraram, porque naquele momento, eles contrataram uma firma que já sabiam que iria praticar uma grande crueldade com o povo. Por quê? Porque era uma firma que trabalhava ilicitamente, usava aparelhos escondidos para multar o povo do Acre. Esta Casa foi palco de muitos debates, travados, inclusive, pelo ex-Deputado Luiz Calixto que levantou essa questão muitas vezes aqui, como eu também. Pedimos várias vezes a rescisão desses contratos. Eu acho que o Governo do Acre errou muito! Somente agora vai rescindir o contrato com essa firma! Eu acho que o povo do Acre merece ser ressarcido pelo dinheiro daquelas multas que foram aplicadas, pois foi uma crueldade! Nós tínhamos aqui algumas vias em que numa curva ficavam alguns aparelhos escondidos e quando os condutores, passavam, às vezes, por dois, três pontos a mais na velocidade, por exemplo, eram multados. Então, é um absurdo e o Governo do Acre deve ressarcir o dinheiro aos acreanos. Eu quero falar aqui do Acre, porque eu sou Deputado deste Estado e estou defendendo os meus companheiros, a população acreana.  
(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu retorno a tribuna para falar de um assunto que eu reputo da maior importância para o Acre, onde temos uma situação especial e com peculiaridades.  
Quase todos nós Deputados somos originários do interior do Estado, e sabemos que o Código Florestal em vigor é de grande importância, mas ele permite que um fiscal do Ibama ou de qualquer órgão ambiental se torne praticamente a figura mais importante do meio rural do Estado. Fiquei surpreso com uma declaração que eu ouvi de que no Acre existia um modelo em que os pequenos não eram multados. Os pequenos não só foram multados, como foram extorquidos nas multas, porque as multas são bem maiores do que o valor da propriedade. Por isso nós precisamos fazer um grande debate para saber o que está previsto nesse Código para as populações da floresta, em relação a sua sobrevivência, porque é muito fácil proibir o desmate, mas quem é que vai dar de comer às populações que moram nas matas? Isso precisa ser discutido.

O que se faz no meio rural do Acre é um verdadeiro terrorismo, Deputado Moisés Diniz. E V. Exa. sabe muito bem que na nossa região até metralhadoras foram usadas para amedrontar trabalhadores. Graças a Deus, e aqui eu faço justiça ao Governador Tião Viana, que tem tido uma postura de um homem com posições republicanas no que diz respeito a esse assunto. E eu até já apresentei um Projeto para anistiar as multas dos produtores rurais.  
Deputado Eduardo Farias, eu desejo formular um convite ao Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, o qual é um Deputado do PDT, meu partido, para vir aqui fazer uma exposição sobre essa questão do Código Florestal Brasileiro. E com certeza, eu teria muito prazer em estender esse convite ao próprio Deputado Federal Aldo Rabelo, mas na impossibilidade da sua agenda, eu e o Deputado José Luis estamos contactando o Presidente da Comissão do Meio Ambiente da Câmara, para que ele venha falar aqui, sobre o Código,

pois eu creio que esse debate está avançado lá, porque são situações peculiares.  
O Deputado Moisés conhece isso mais do que eu, porque ele anda nos seringais. Uma pessoa que mora no seringal precisa ter o direito de plantar para comer, porque isso é questão de sobrevivência. Há uma teoria alemã adotada no mundo todo, que permite ao homem em estado real de necessidade, até matar para comer. E nesse caso, o homem é isento da pena. Como é que não pode no Acre? Para o Estado do Amazonas, eles propõem o desmatamento zero, por quê? Porque lá tem a Zona Franca que gera emprego e renda, mas aqui nós não temos nada.  
Eu faço esse apelo, principalmente às bancadas acreanas de Senadores e de Deputados Federais, para que vejam a situação do caboclo do Acre, do Amazônida, porque não tem energia, não tem emprego, não tem renda, e precisa produzir arroz e feijão para alimentar seus filhos, porém ele só produz se puder desmatar. Não adianta os técnicos dizerem que há outras alternativas, porque isso ainda não existe. O Governador está propondo a piscicultura, mas ela vai atender mais as pessoas que estão ao redor das cidades, com acesso a ramal. Então, eu pergunto o que será das pessoas que moram no centro dos seringais, se não puderem fazer um roçado, Deputada Antonia Sales? Porque na minha cidade, as pessoas tentaram fazer um roçado para dar subsistência as suas famílias, mas foram confiscadas e multadas, Deputado Eduardo, numa colônia, que vale de 100 a 150 mil reais. Lá em Brasília, uma pessoa se suicidou quando recebeu uma multa de duzentos mil reais. Se enforcou, porque não aguentou a pressão. Isso é grave! Isso é sério!  
Presidente Elson Santiago, novamente eu quero apelar para o seu bom senso e na condição de Deputado eu peço-lhe que seja feito um convite ao Deputado Giovani Cherini, Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, para vir aqui proferir aqui uma palestra. Eu creio que, formalizado o convite, devidamente aprovado por todos os Deputados, ele virá, inclusive, a custa dele próprio ou da Câmara Federal. Aí sim, Deputado Eduardo, devemos fazer uma grande mobilização.  
Deputada **MARILEIDE SERAFIM** (Líder do PMN – EM APARTE) – Diferente do Deputado Moisés Diniz, eu concordo com o Deputado Eduardo Farias, quanto à questão do Código Florestal de 1965. Já é tempo de se fazer essas mudanças. Uma coisa é o nosso discurso ambientalista, outra é a nossa realidade. O nosso país é grande na sua diversidade geográfica. No Nordeste temos caatinga, no Sul nós temos serrados e pântanos, e no Norte temos a Amazônia. Então temos que encontrar alternativas que viabilizem o crescimento econômico do nosso país. Em relação ao nosso Estado, já que as ONGs internacionais querem preservar a Amazônia deveriam fazer investimentos que visem atender os ribeirinhos, as comunidades indígenas e a nossa população tradicional. É muito fácil falar de meio ambiente quando se está alimentado, quando tem dólares, euros, etc. Mas os estrangeiros ainda vêm fazer motim em terra alheia. Este país tem dono, tem gestão, tem administrador. Não precisamos de discurso bonito sobre alternativas para substituição de combustível fóssil, a fim de diminuir a poluição. Aqui, nós vivemos num Estado em que precisamos de comida. O Acre é diferente, a Amazônia é diferente. Quando o Código Florestal propõe uma proteção de 100 metros de um rio, na sua extensão. Deputado Walter Prado, existem propriedades em que a pessoa fica só com a casa; todo o resto é APP. Mas existe um meio de convivermos com o meio ambiente, atendendo aquilo que foi feito pela natureza e a sobrevivência do homem: as commodities.  
(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**ELSON SANTIAGO**) – Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente Sessão e convocamos outra para dia e hora regimental.

DIVERSOS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo n. 89/2011.

Dispensa de Licitação: n. 20/2011.

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE.

Contratada: AGRO NORTE IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES LTDA.

Objeto: Aquisição de uma capota marítima para caminhonete L200 Triton.

Dotação Orçamentária: **GESTÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO**, P.T. 10100101031200120050000, E. D. 33.90.52.00.

Valor Total: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

Fundamentação Legal: Art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666, de 1993.

Autorização: Primeiro Secretário, nos termos do art. 18, inciso I alínea “h” da Resolução n. 86, de 1990.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo n. 38/2011.

Dispensa de Licitação: n. 09/2011.

Contratante: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE.

Contratada: M. A. G DE MEDEIROS - ME “GRAF-SET”.

Objeto: Confeção de duas encadernações capa dura nos livros de Ata da posse do Governador e Vice-Governador.

Dotação Orçamentária: **GESTÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO**, P.T. 10100101031200120050000, E. D. - 33.90.39.00.

Valor Total: R\$ 130,00 (cento e trinta reais)

Fundamentação Legal: Art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666, de 1993.

Autorização: Primeiro Secretário, nos termos do art. 18, inciso I alínea “h” da Resolução n. 86, de 1990.


Ata da 10ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da  
Décima Terceira Legislatura.

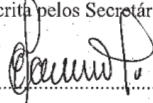
Realizada em 1 de março de 2011.

Presidência: Deputado **Helder Paiva**

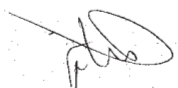
Secretaria: Deputado **Lira Morais**

Às dez horas e seis minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado, **Lira Morais**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Francisco Viga, Geraldo Pereira e Jonas Lima**, do Partido dos Trabalhadores, PT; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; **Wherles Rocha e Antonia Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Eduardo Farias e Moisés Diniz**, do Partido Comunista do Brasil – PC do B; **Éber Machado e Edvaldo Souza**, do Partido Social Democrata Cristão – PSDC; **José Luis e Walter Prado**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Astério Moreira**, do Partido Republicano Progressista – PRP; **Manoel Moraes**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; **Denilson Segóvia**, do Partido Social Cristão – PSC e **Marileide Serafim**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN. Ausentes os Deputados **Ney Amorim, Elson Santiago e Jamyl Asfury**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do Dia constou de: **Requerimento n. 5/2011**, de autoria do Deputado **Walter Prado**, solicitando à Mesa Diretora, a realização de uma audiência pública no dia 10 de março de 2011, da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, no Município de Brasília para tratar sobre a questão da proteção jurídica

aos haitianos; **Indicação n. 8/2011**, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada **Antonia Vieira**, solicitando à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, Tião Viana, para através da Secretaria de Estado de Saúde – Sesacre, solicitar a contratação de médicos para atenderem no Hospital João Cândio Fernandes, em Sena Madureira. **Indicação n. 9/2011**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Lira Morais**, solicitando à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, Tião Viana, para, juntamente com o Departamento Estadual de Trânsito do Acre – Detran, instalar uma lombada ou redutor de velocidade na Estrada do Calafate, em frente à Praça da Paróquia São Miguel; **Projeto de Lei n. 3/2011**, de autoria da Deputada **Maria Antonia**, que “Dispõe sobre a colocação de brinquedos para portadores de necessidades especiais em parques, praças e outros locais públicos que são destinados à prática de esportes e lazer”. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Wherles Rocha**, Líder do PSDB; **Denilson Segóvia**, Líder do PSC; **Walter Prado**, Líder do PDT; **Eduardo Farias**, Líder do PC do B; **José Luis**, do PDT e **Lira Morais**, do PRP. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Geraldo Pereira**, Líder do PT, que foi aparteado pelo Deputado Eduardo Farias; **Wherles Rocha**, Líder do PSDB; **Moisés Diniz**, Líder do Governo; **José Luis**, do PDT, que foi aparteado pelos Deputados Antonia Sales e Wherles Rocha; **Astério Moreira**, Líder do PRP, que foi aparteado pelo Deputado Walter Prado. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 5/2011**, de autoria do Deputado **Walter Prado**, solicitando à Mesa Diretora, a realização de uma audiência pública no dia 10 de março de 2011, da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, no Município de Brasília para tratar sobre a questão da proteção jurídica aos haitianos. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 16 votos. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. Aberta a **Explicação Pessoal**, usaram da palavra os Deputados **Antonia Sales**, do PMDB; **Edvaldo Souza**, do PSDC, que foi aparteada pelo Deputado Walter Prado; **Wherles Rocha**, Líder do PSDB; **Geraldo Pereira**, Líder do PT; **Walter Prado**, Líder do PDT; **José Luis**, do PDT, que foi aparteado pelos Deputados Wherles Rocha e Walter Prado. Nada mais havendo a tratar, encerrou a presente Sessão Ordinária às 12h20min, convocando outra para dia e hora regimental. E para constar, eu,  lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

  
Presidente

1º Secretário



Ata da 11ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da  
Décima Terceira Legislatura.

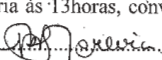
Realizada em 2 de março de 2011.

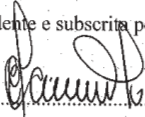
Presidência: Deputado **Helder Paiva**

Secretaria: Deputado **Lira Morais**

Às dez horas e seis minutos, sob a Presidência do Deputado **Helder Paiva**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado, **Lira Morais**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Francisco Viga, Geraldo Pereira, Jonas Lima e Ney Amorim**, do Partido dos Trabalhadores, PT; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Wherles Rocha e Antonia Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Eduardo Farias e Moisés Diniz**, do Partido Comunista do Brasil – PC do B; **Éber Machado e Edvaldo Souza**, do Partido Social Democrata Cristão – PSDC; **José Luis e Walter Prado**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Astério Moreira**, do




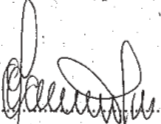
Partido Republicano Progressista – PRP; **Manoel Moraes**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Denilson Segóvia**, do Partido Social Cristão – PSC e **Marileide Serafim**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN. Ausentes os Deputados **Elson Santiago**, **Antonia Sales**, **Gilberto Diniz** e **Jamyl Asfury**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O **Expediente do Dia** constou de: **Requerimento n. 6/2011**, de autoria do Deputado **Moisés Diniz**, solicitando à Mesa Diretora, a realização de uma Sessão Solene, dia 10 de março de 2011, com o objetivo de homenagear os Senhores Adson de Souza Leite e Raimundo Lopes de Melo, fuzileiros navais acreanos que participaram da Resistência ao golpe militar de 1964, bem como o Senhor Paulo Novaes Coutinho – Presidente da Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA) e **Indicação n. 10/2011**, acompanhada de justificativa, de autoria do Deputado **Lira Morais**, solicitando à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do Banco do Brasil no Estado do Acre, José Ricardo Kraemer Salerno, a instalação de um posto de atendimento bancário no Bairro do Calafate. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Wherles Rocha**, Líder do PSDB; **Antonia Vieira**, Líder do PSDB; **Marileide Serafim**, Líder do PMN; **Moisés Diniz**, Líder do Governo, **Walter Prado**, Líder do PDT e **Éber Machado**, do PSDC. Em Questão de Ordem, o Deputado **Moisés Diniz**, Líder do Governo, solicitou à Mesa Diretora, que suspendesse a Sessão, para que os Senhores Deputados pudessem receber a comissão de estudantes da UFAC. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, acatou a Questão de Ordem do Deputado **Moisés Diniz** e suspendeu a Sessão, por tempo indeterminado. (PAUSA) Reabertos os trabalhos, por conta do horário regimental, foi considerado prejudicado o Grande Expediente. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 6/2011**, de autoria do Deputado **Moisés Diniz**, solicitando à Mesa Diretora, a realização de uma Sessão Solene dia 10 de março de 2011, com o objetivo de homenagear os Senhores Adson de Souza Leite e Raimundo Lopes de Melo, fuzileiros navais acreanos que participaram da Resistência ao golpe militar de 1964, bem como o Senhor Paulo Novaes Coutinho – Presidente da Unidade de Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA). Em discussão, usaram da palavra os Deputados **Moisés Diniz**, Líder do Governo; **Wherles Rocha**, Líder do PSDB e **Astério Moreira**, Líder do PRP. Em votação, foi aprovado por 17 votos. O Senhor Presidente, **Helder Paiva**, comunicou ao plenário que à Mesa tomaria as devidas providências. Aberta a **Explicação Pessoal**, usaram da palavra os Deputados **Wherles Rocha**, Líder do PSDB, que foi aparteado pelo Deputado **Walter Prado**; **Geraldo Pereira**, Líder do PT, que foi aparteado pelos Deputados **Walter Prado** e **Wherles Rocha**; **Moisés Diniz**, Líder do Governo; **Chagas Romão**, Líder do PMDB, que foi aparteado pelos Deputados **Wherles Rocha** e **Moisés Diniz**. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Helder Paiva**, encerrou a presente Sessão Ordinária às 13 horas, convocando outra para dia e hora regimental. E para constar, eu, .........., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

  
.....  
Presidente

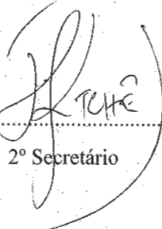
.....  
1º Secretário

  
.....  
2º Secretário

secretariada pelo Deputado, **Ney Amorim**, Secretário, presentes os Deputados **Francisco Viga**, **Geraldo Pereira** e **Jonas Lima**, do Partido dos Trabalhadores, PT; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Wherles Rocha** e **Antonia Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Eduardo Farias** e **Moisés Diniz**, do Partido Comunista do Brasil – PC do B; **Éber Machado** e **Edvaldo Souza**, do Partido Social Democrata Cristão – PSDC; **José Luis** e **Walter Prado**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Astério Moreira** e **Lira Morais**, do Partido Republicano Progressista – PRP; **Manoel Moraes**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; **Helder Paiva**, Partido da República – PR; **Denilson Segóvia**, do Partido Social Cristão – PSC; **Jamyl Asfury**, do Democratas – DEM e **Marileide Serafim**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN. O Senhor Presidente, **Elson Santiago**, convidou para compor a Mesa os Senhores Raimundo Lopes de Melo e Adson Souza Leite, fuzileiros navais e o Dr. Henrique Corinto, representando o Governador do Estado do Acre. Na sequência informou que de acordo com o **Requerimento n. 6/11**, de autoria do Deputado **Moisés Diniz**, aprovado pelo plenário, esta Sessão seria realizada para homenagear os Senhores Adson Souza Leite e Raimundo Lopes de Melo, fuzileiros navais acreanos, que participaram da resistência ao Golpe Militar de 1964. A seguir concedeu a palavra ao Deputado **Moisés Diniz**, Líder do Governo; aos Senhores **Paulo Novaes Coutinho**, vice-presidente da União da Mobilização Nacional pela Anistia (UMNA); **Adson Souza Leite** e **Raimundo Lopes de Melo**, fuzileiros navais, ao Dr. **Henrique Corinto**, representando o Governador do Estado do Acre; aos Deputados **Geraldo Pereira**, Líder do PT; **Manoel Moraes**, Líder do PSB; **Wherles Rocha**, Líder do PSDB; **Eduardo Farias**, Líder do PC do B e **Astério Moreira**, Líder do PRP. O Senhor Presidente, **Elson Santiago**, parabenizou as Deputadas **Marileide Serafim**, **Antonia Vieira**, **Antonia Sales** e **Maria Antonia**; às esposas e irmãs dos Deputados; à dona Célia, esposa do Senhor Adson e as funcionárias da Casa, pelo dia 8 de março, dedicado às mulheres. A seguir convidou a Senhora Célia para fazer a entrega do certificado ao seu esposo Senhor Adson Souza Leite; a Deputada **Marileide Serafim**, para fazer a entrega do certificado ao Senhor Raimundo Lopes Melo e ainda o Deputado **Moisés Diniz**, para fazer a entrega do certificado ao Senhor Paulo Coutinho. Nada mais havendo a tratar, encerrou a presente Sessão Solene às 12h38min, convocando outra para dia e hora regimental. E para constar, eu, .........., lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

  
.....  
Presidente

.....  
1º Secretário

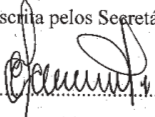
  
.....  
2º Secretário

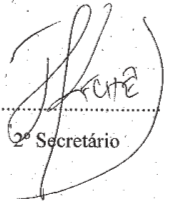
Ata da 2ª Sessão Solene da Primeira Sessão Legislativa da  
Décima Terceira Legislatura.  
Realizada em 10 de março de 2011.  
Presidência: Deputado **Elson Santiago**  
Secretaria: Deputado **Ney Amorim**  
Às dez horas e quinze minutos, sob a Presidência do Deputado  
**Elson Santiago**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre,

Ata da 12ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da  
Décima Terceira Legislatura.  
Realizada em 15 de março de 2011.  
Presidência: Deputado **Elson Santiago**  
Secretaria: Deputado **José Luis**  
Às dez horas e treze minutos, sob a Presidência do Deputado  
**Elson Santiago**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada  
pelo Deputado, **José Luis**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados  
**Francisco Viga**, **Geraldo Pereira**, **Jonas Lima** e **Ney Amorim**, do Partido dos  
Trabalhadores, PT; **Maria Antonia**, do Partido Progressista – PP; **Antonia Sales** e

**Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; **Wherles Rocha** e **Antonia Vieira**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Eduardo Farias** e **Moisés Diniz**, do Partido Comunista do Brasil – PC do B; **Éber Machado** e **Edvaldo Souza**, do Partido Social Democrata Cristão – PSDC; **Walter Prado**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Astério Moreira** e **Lira Morais**, do Partido Republicano Progressista – PRP; **Manoel Moraes**, do Partido Socialista Brasileiro – PSB; **Gilberto Diniz**, do Partido Trabalhista do Brasil – PT do B; **Helder Paiva**, do Partido da República – PR; **Denilson Segóvia**, do Partido Social Cristão – PSC e **Marileide Serafim**, do Partido da Mobilização Nacional – PMN. Ausente o Deputado **Jamyl Asfury**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O **Expediente do Dia** constou de: **Requerimento n. 7/2011**, de autoria do Deputado **Walter Prado**, solicitando à Mesa Diretora, conceder menção de Elogio aos servidores abaixo relacionados, pelo excelente desempenho ante as atribuições que lhes foram delegadas na Audiência Pública, realizada no dia 11 de março de 2011, no Município de Brasília: Doricélia Taumaturgo da Silva, Edilson Moreira Sampaio, João Luiz da Veiga Simão, Orleilson Melo Vieira de Lacerda, Paulo Luiz Rodrigues da Silva e Rosana Cruz Cavalcante; **Requerimento n. 8/2011**, de autoria do Deputado **Chagas Romão**, solicitando à Mesa Diretora que seja realizado no Grande Expediente do dia 17, quinta-feira, uma homenagem ao Dia do DeMolay, o qual é comemorado anualmente no dia 18 de março; **Requerimento n. 9/2011**, de autoria da Deputada **Antonia Vieira**, solicitando à Mesa Diretora que seja recebido no Grande Expediente do dia 16, quarta-feira, o Conselho Tutelar de Proteção às Crianças e ao Adolescente do Município de Sena Madureira, para tratar de assuntos indígenas; **Indicação n. 11/2011**, de autoria da Deputada **Maria Antonia**, acompanhada de justificativa, solicitando à Mesa Diretora que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Tião Viana, para que, através da Secretaria Estadual de Educação – SEE, possa providenciar a construção, ampliação e recuperação da Escola Estadual Pedro Antonio de Oliveira, situada na Comunidade República, área indígena, dos índios Nukini, Rio Môa, no Município de Mâncio Lima; **Projeto de Decerto Legislativo n. 1/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Acrescenta dispositivos ao artigo 26 da Constituição Federal e dá outras providências”; **Projeto de Decerto Legislativo n. 2/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal”; **Projeto de Decerto Legislativo n. 3/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Altera o artigo 132 da Constituição Federal” e **Projeto de Decerto Legislativo n. 4/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Modifica o artigo 198 da Constituição e o § 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais”. Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Astério Moreira**, Líder do PRP; **Marileide Serafim**, Líder do PMN; **Wherles Rocha**, Líder do PSDB; **Eduardo Farias**, Líder do PC do B; **Antonia Vieira**, do PSDB e **Moisés Diniz**, Líder do Governo. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Marileide Serafim**, Líder do PMN, que foi apartada pela Deputada Antonia Vieira; **Antonia Vieira**, do PSDB; **Geraldo Pereira**, que foi apartado pelo Deputado Wherles Rocha; **Maria Antonia**, do PSDB; **Wherles Rocha**, Líder do PSDB; **Moisés Diniz**, Líder do Governo; **Walter Prado**, Líder do PDT, que foi apartado pelo Deputado Moisés Diniz; **Astério Moreira**, Líder do PRP, que foi apartado pelo Deputado Eduardo Farias e **Gilberto Diniz**, do PT do B. Aberta a **Ordem do Dia**, o Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 7/2011**, de autoria do Deputado **Walter Prado**, solicitando à Mesa Diretora, conceder menção de Elogio aos servidores abaixo relacionados, pelo excelente desempenho ante as atribuições que lhes foram delegadas na Audiência Pública realizada no dia 11 de março de 2011, no Município de Brasília: Doricélia Taumaturgo da Silva, Edilson Moreira Sampaio, João Luiz da Veiga Simão, Orleilson Melo Vieira de Lacerda, Paulo Luiz Rodrigues da Silva e Rosana Cruz Cavalcante. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 19 votos. O Senhor Presidente, **Elson Santiago**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 8/2011**, de autoria do Deputado **Chagas Romão**, solicitando a Mesa Diretora que seja realizado no Grande Expediente do dia 17, quinta-feira, uma homenagem ao Dia do DeMolay, o qual é comemorado anualmente no dia 18 de

março. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 19 votos. O Senhor Presidente, **Elson Santiago**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do **Requerimento n. 9/2011**, de autoria da Deputada **Antonia Vieira**, solicitando a Mesa Diretora que seja recebido no Grande Expediente do dia 16, quarta-feira, o Conselho Tutelar de Proteção à Crianças e ao Adolescente do Município de Sena Madureira, para tratar de assuntos indígenas. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 19 votos. O Senhor Presidente, **Elson Santiago**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao **Projeto de Decerto Legislativo n. 1/2011**, de autoria do Deputado **José Luis**, que “Acrescenta dispositivos ao artigo 26 da Constituição Federal e dá outras providências”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 19 votos. O Senhor Presidente, **Elson Santiago**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao **Projeto de Decerto Legislativo n. 2/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Altera os artigos 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 19 votos. O Senhor Presidente, **Elson Santiago**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao **Projeto de Decerto Legislativo n. 3/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Altera o artigo 132 da Constituição Federal”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 19 votos. O Senhor Presidente, **Elson Santiago**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura do Parecer exarado ao **Projeto de Decerto Legislativo n. 4/2011**; de autoria do Deputado **José Luis**, que “Modifica o artigo 198 da Constituição e o § 4º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 19 votos. O Senhor Presidente, **Elson Santiago**, comunicou ao plenário que a Mesa tomaria as devidas providências e suspendeu a Sessão por dez minutos, para que a Mesa Diretora pudesse comunicar aos funcionários da Casa, à Imprensa e aos Deputados a mudança de horário de funcionamento do Poder Legislativo. (PAUSA) Reaberta a Sessão. Aberta a **Explicação Pessoal**, usaram da palavra os Deputados **Wherles Rocha**, Líder do PSDB, que foi apartado pelos Deputados Moisés Diniz e Gilberto Diniz; **Moisés Diniz**, Líder do Governo, que foi apartado pelo Deputado Wherles Rocha; **Astério Moreira**, Líder do PRP, que foi apartado pelos Deputados Walter Prado e Moisés Diniz; **Eduardo Farias**, Líder do PC do B, que foi apartado pelo Deputado Moisés Diniz; **Chagas Romão**, Líder do PMDB; **Walter Prado**, Líder do PDT, que foi apartado pela Deputada Marileide Serafim. Nada mais havendo a tratar; o Senhor Presidente, **Elson Santiago**, encerrou a presente Sessão Ordinária às 13 horas, convocando outra para dia e hora regimental. E para constar, eu, ..... lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

  
Presidente

  
2º Secretário

1º Secretário

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO  
DO ESTADO DO ACRE

Editado pela:  
Subsecretaria de Publicidade e  
Comunicação Social

Diretor Responsável:  
João Roberto Braña Bezerra  
Inscrição 13198

Coordenadora de Redação e Revisão  
de Atas:  
Juscelína Barbosa Pinheiro

Apoio:  
Coordenadoria de Comunicação Social  
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.  
Endereço: Av. Ceará - 3.335.